

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Sociologia

Isadora Costa Saraiva

**SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MEIO FECHADO E A
PROFISSIONALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE VIDA DOS
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

BELO HORIZONTE

2024

ISADORA COSTA SARAIVA

**SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MEIO FECHADO E A
PROFISSIONALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE VIDA DOS
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Maria Silveira

BELO HORIZONTE

2024

301

Saraiva, Isadora Costa.

S243s

Sistema socioeducativo de meio fechado e a profissionalização [manuscrito] : um olhar sobre o curso de vida dos adolescentes em conflito com a lei / Isadora Costa Saraiva. - 2024.

2024

161 f.

Orientadora: Andrea Maria Silveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Teses. 2. Adolescentes – Teses. 3. Delinquentes juvenis – Reabilitação – Teses. 4. Assistência a menores – Teses. I. Silveira, Andrea Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado da discente **Isadora Costa Saraiva**, intitulada: "**SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MEIO FECHADO E A PROFISSIONALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE VIDA DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**". A banca foi composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **Andrea Maria Silveira** (Orientadora - DSO/UFMG), **Valeria Cristina de Oliveira** (Coorientadora -UFMG) e **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro** (DSO/UFMG). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, Professor(a)**, em 05/02/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Silveira, Chefe de departamento**, em 05/02/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Cristina de Oliveira, Membro de comissão**, em 06/02/2024, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2962776** e o código CRC **DF4652B7**.

Dedico essa dissertação àqueles a quem tive o privilégio de ouvir, bem como, a todos aqueles quem não pude ouvir mas que gostaria de tê-lo feito, pois, afinal são seres humanos e merecem acolhimento e escuta.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de diversas contribuições tanto pessoal quanto de outras pessoas, mas primeiramente, toda a minha gratidão à Deus por me permitir sonhar e concretizar meus sonhos.

O mestrado em sociologia na UFMG foi mais do que um resgate de um sonho antigo, me propiciou novos laços e descobertas. Ao longo do mestrado diversas foram as escolhas, as prioridades, as renúncias, os encontros e desencontros para chegar até a finalização de uma dissertação.

Inicialmente, agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pela acolhida e, principalmente, por ser o palco de todo o espetáculo ao longo dos últimos dois anos. Palco este que me permitiu evoluir tanto profissionalmente, academicamente quanto como ser humano. Estudar em uma universidade federal é uma honra que levarei comigo por toda a vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) que me concedeu bolsa de estudos e permitiu que pudesse dedicar-me integralmente aos estudos e desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e toda a equipe pela recepção, oportunidade e compartilhamento, todos vocês são excepcionais e muito têm de minha admiração pelo trabalho e dedicação. À minha orientadora Prof. Dra. Andréa Maria Silveira, exemplo de paciência, obrigada por ter topado o convite e termos caminhado juntas ao longo dessa pesquisa.

Os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFMG), tiveram um papel igualmente vital neste trabalho, a vocês meu obrigada pelos ensinamentos, correções e orientações, vocês são exemplo de dedicação e igualmente inspiradores. Ao grupo de pesquisa “Trabalho infantil e tráfico de drogas: entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte” agradeço a receptividade e o aprendizado.

Ouso discordar de todos aqueles que afirmam que essa é uma caminhada solitária, pois, encontrei colegas que pude compartilhar ao longo dos dias angústias, descobertas e risadas. Para não incorrer em erros ao mencionar nomes, agradeço a todos vocês que estiveram comigo nessa caminhada e partilharam de suas histórias, conhecimentos e intimidades que muito me ajudaram a pensar e repensar a sociologia e sua interdisciplinaridade. Outrossim, injusta seria se eu não a mencionasse, Thamires Oliveira, mais do que uma colega de mestrado, em ti encontrei um ombro amigo, obrigada por tanto e por tudo.

Todo o meu amor e, também, gratidão aos meus pais Marcos e Mônica e à minha irmã Isabela por juntos termos sonhado e chegado até aqui. Ao meu pai, exemplo de força e

dedicação, agradeço pelos diversos cafés das manhãs cuidadosamente preparados e acompanhados pelas prosas que puderam me reconfortar em muitos dos meus dias. À minha mãe, exemplo de doçura e amor, você foi o meu colo e o meu farol nesta caminhada, que com seu olhar atento e sábio foi a minha corretora ortográfica e conhece boa parte desse trabalho. A vocês, também, dedico essa dissertação por sempre acreditarem no meu potencial e apoiarem as minhas escolhas.

A todas as minhas amigas e aos meus familiares que (in)diretamente contribuíram apoiando-me e compreenderam a minha ausência.

Por último e não menos importante ao Marcel, tu fostes os meus ouvidos, o lembrete do “*respirar*” e o meu melhor refúgio durante o processo de escrita. Meu bem querer, apesar de não partilharmos das mesmas aspirações acadêmicas, todo o seu apoio e incentivo foram fundamentais para me tirar da zona de conforto e me dedicar ainda mais à realização deste sonho. Tua calma, paciência e carinho deixaram meus dias mais leves e arrancaram de mim muitos sorrisos.

RESUMO

As medidas socioeducativas visam a reeducação e reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei, para tanto, precisam oferecer atividades e cursos profissionalizantes suficientes e capazes de estimular o desenvolvimento criativo e habilidades destes adolescentes. A literatura do curso de vida aponta que os eventos, transições e trajetórias são particulares e impactam diferentemente a vida de cada sujeito, sendo que a depender de diversos fatores vivenciados, o indivíduo vai demonstrar uma maior ou menor aderência às atividades executadas durante o cumprimento de uma medida socioeducativa. Desse modo, a partir deste estudo pretendeu-se qual a percepção dos socioeducandos sobre o eixo profissionalização contemplado nas MSE's de meio fechado, em Belo Horizonte (MG). Para realizar este objetivo, foi realizada revisão integrativa na bases de dados SciELO e Periódicos CAPES sobre a relação entre juventude e mercado de trabalho, bem como pela pesquisa de campo qualitativa baseada na realização de 15 entrevistas semiestruturadas, sendo 03 participantes egressos do sistema socioeducativo e vinculadas ao programa Se Liga e 12 participantes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de meio fechado a fim de conhecer quais são as suas percepções acerca do cumprimento da medida, sobretudo, do eixo profissionalização. A partir do estudo, constatou-se que as medidas socioeducativas não estão sendo efetivas, não estão reeducando os adolescentes em conflito com a lei com habilidades necessárias para a entrada no mercado de trabalho e nem estimulando a criação de projetos concretos de vida. Conclui-se, então, que há uma dissonância entre a previsão legal e as práticas institucionais, eis que, há uma profissionalização cerimonial.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei. Egressos. Medidas socioeducativas de meio fechado. Profissionalização. *Turning point*.

ABSTRACT

Socio-educational measures aim at the re-education and social reintegration of adolescents in conflict with the law, to this end, they need to offer sufficient activities and professional courses capable of stimulating the creative development and skills of these adolescents. The life course literature points out that events, transitions and trajectories are particular and impact each subject's life differently, and depending on different factors experienced, the individual will demonstrate greater or lesser adherence to the activities carried out during the fulfillment of a socio-educational measure. Thus, this study aimed to determine the perception of socio-educational students regarding the professionalization axis contemplated in closed MSEs, in Belo Horizonte (MG). To achieve this objective, an integrative review was carried out in the SciELO and CAPES Periodicals databases on the relationship between youth and the job market, as well as qualitative field research based on carrying out 15 semi-structured interviews, with 03 participants coming from the socio-educational system and linked to the Se Liga program and 12 participants who are complying with socio-educational measures in a closed environment in order to find out what their perceptions are regarding compliance with the measure, especially the professionalization axis. From the study, it was found that socio-educational measures are not being effective, they are not re-educating teenagers in conflict with the law with the skills necessary to enter the job market nor are they encouraging the creation of concrete life projects. It is concluded, then, that there is a dissonance between the legal provision and institutional practices, as there is a ceremonial professionalization.

Keywords: Teenagers in conflict with the law. Egress. Closed socio-educational measures. Professionalization. Turning point.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA-BH Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

CRISP/UFMG Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais

CSE Centro Socioeducativo

CSL Casa de Semiliberdade

ECA Estatuto da Criança e do adolescente

DCRI Diretoria de Prevenção à Criminalidade

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA Liberdade Assistida

MEI Microempreendedor Individual

MSE Medida Socioeducativa

MSE's Medidas Socioeducativas

PCD Pessoa com deficiência

PSILACS/UFMG Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo da Universidade Federal de Minas Gerais

RMBH Região Metropolitana de Belo Horizonte

SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SEJUSP Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

SMSP/PBH Secretaria Municipal de Segurança Pública de Belo Horizonte

SUASE Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo das teorias criminológicas à perspectiva desenvolvimental	30
Figura 2 - Fluxograma da revisão integrativa em etapas.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese dos participantes entrevistados	53
Tabela 2- Síntese dos dados demográficos dos participantes do Se Liga	79
Tabela 3- Síntese dos dados demográficos dos socioeducandos.....	86

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
2. INTRODUÇÃO	13
3. ENTRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O CURSO DE VIDA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA.....	16
3.1 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: PANORAMA LEGAL E SOCIOLÓGICO	16
3.1.1 Estatuto da criança e do adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990	16
3.1.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) - Lei nº 12.594/2012 17	
3.1.3 Medidas Socioeducativas.....	21
3.1.4 Semiliberdade e Internação.....	22
3.2 CURSO DE VIDA.....	27
3.2.1 Histórico – das teorias criminológicas à perspectiva desenvolvimental	29
3.2.2 Principais conceitos – trajetória, transição, evento e pontos de virada	32
3.2.3 Principais pontos – princípios analíticos.....	35
3.2.4 Permanência e desistência da trajetória infracional	36
3.2.5 Profissionalização no socioeducativo – um <i>turning point</i> ou uma profissionalização cerimonial?	41
4. OBJETIVOS	44
4.1 GERAL	44
4.2 ESPECÍFICOS.....	44
5. METODOLOGIA.....	44
5.1 JUVENTUDE, MERCADO DE TRABALHO E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	45
5.2 PESQUISA DE CAMPO: AS VOZES DOS SUJEITOS.....	47
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
6.1 JUVENTUDE E TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	56

6.1.1	Fluxograma	60
6.1.2	As categorias temáticas.....	61
6.2	AS VOZES DOS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE SUAS HISTÓRIAS DE VIDAS	77
6.2.1	Síntese da história de vida e dados sociodemográficos dos participantes.....	77
6.2.1.1	Egressos da MSE	77
6.2.1.2	Adolescentes e/ou jovens em cumprimento de MSE.....	80
6.2.2	Entrevistas e as categorias temáticas	90
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICES	148
	ANEXO.....	157

1. APRESENTAÇÃO

O processo de apresentar-se consiste em analisar as múltiplas trajetórias trilhadas até então. É uma ocasião intrigante, pois, ao mesmo tempo em que me desperta a curiosidade do que está por vir, ainda, me causa interesse de como as decisões e as experiências vividas foram moldando-me para chegar até aqui. Ao longo do caminho diversos foram os eventos, transições, trajetórias e, alguns, *turning points* para chegar até a finalização de uma dissertação de mestrado em sociologia na UFMG.

Nessa trajetória, diariamente, uma infinidade de encontros pessoais e profissionais aconteceram, dando sustentação à essa dissertação. Assim, mostra-se necessária um breve exame sobre a trajetória anterior que culminou no interesse por essa pesquisa. Tudo começa com o bacharelado em Direito, em 2016, e as respectivas especializações *lato sensu* em Ciências Penais, em julho de 2018 e em Psicologia Jurídica, em 2021.

Em todos estes anos de estudo me interessava pelas temáticas relacionadas às políticas públicas, criança e adolescentes, criminologia, controle social, criminalidade, justiça juvenil e sistema socioeducativo. Ante a predileção por essas temáticas, em 2019, trabalhei como assistente técnica jurídica (advogada) em uma Unidade Socioeducativa de Semiliberdade localizada em Belo Horizonte (MG) e essa vivência profissional teve a duração de 02 anos e 08 meses. Tal experiência foi bastante enriquecedora, permitiu-me aproximar do meu objeto de estudo, pude conhecer a aplicação jurídico-legal das normativas referentes ao público infanto-juvenil além de poder visualizar na prática a execução das medidas socioeducativas (MSE's) de semiliberdade.

A pesquisa surgiu, a princípio, a partir do conhecimento do alto número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado, à experiência e vivência prática profissional em uma Unidade Socioeducativa de Semiliberdade de Belo Horizonte aliada aos anseios e dificuldades destes adolescentes no campo da profissionalização e reinserção social.

Enquanto atuei nessa Unidade, apesar de ficar responsável apenas pela parte jurídica, pude perceber que os demais técnicos tentavam desenvolver os eixos previstos junto aos adolescentes, sendo que os que detinham maior atenção e cuidado eram os eixos escolarização e profissionalização, sendo estes de suma importância para que o socioeducando fosse considerado apto ao desligamento da MSE.

Assim, observava-se que os socioeducandos muitas das vezes realizavam cursos profissionalizantes ou participavam de entrevistas de emprego fora de seu domínio de

conhecimento ou até mesmo assinavam contratos, seja de aprendizagem ou profissional, de trabalho que não estavam entre seus objetivos de vida. Tal experiência profissional evidenciou a necessidade de se estudar a temática da profissionalização em relação aos adolescentes que passaram pelo cumprimento das MSE's, por começar a questionar o porquê da atenção especial a este eixo, se por socialmente e juridicamente acreditar na lógica moralizante de que o “trabalho salva” o que justificaria a imposição do eixo ou por uma própria demanda dos adolescentes em conflito com a lei.

2. INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas (MSE's) de semiliberdade estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) bem como na Lei nº 12.594/2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). São aplicadas quando verificada a prática de ato infracional, sua designação tem como finalidade a reeducação e reinserção social do adolescente em conflito com a lei além da proteção de seus direitos e garantias individuais.

Esta é uma temática relevante quando se constata que ainda é alto o número de apreensões por atos infracionais e consequente aplicação de MSE's de meio fechado apesar do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹, ter constatado uma queda das internações de adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional. No ano de 2022 tinha-se um total de 12.154 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado. Segundo este mesmo relatório, somente em Minas Gerais tinha-se um total de 825 adolescentes em cumprimento de semiliberdade e/ou internação.

Dito isso, a problemática referente aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil é extremamente importante além de ser pauta de diversos debates em campos diferentes da ciência, sobretudo, na sociologia. A sociologia para além de problematizar as bases da judicialização da infância e juventude e as justificativas da existência das MSE's, também, está preocupada em compreender como determinadas experiências e eventos podem provocar nesses adolescentes diversos tipos de trajetórias de vida.

¹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 24 de jul. de 2023.

Em relação a essa problemática muitos são os trabalhos que a partir da percepção dos adolescentes em conflito com a lei apontam a dissonância entre o aparato legal-normativo e a prática cotidiana dentro de uma unidade socioeducativa de meio fechado, bem como, os efeitos nocivos da privação de liberdade (Menezes e Moura 2021) ou então suas percepções em relação ao convívio entre adolescentes internos (Balbinot *et al*, 2022) ou então que apontam os estigmas que sentem devido a passagem pelo sistema socioeducativo (Medeiros e Paiva, 2021), por fim, apenas um único estudo tratou da percepção em relação ao interesse pelas atividades laborais (Souza e Sales, 2019). Apesar de compreender a relevância destes trabalhos, é importante afirmar que inexistem estudos que tratem da percepção dos adolescentes em conflito com a lei em relação ao eixo profissionalização que é executado dentro das MSE's.

Dentro desse escopo e diante da minha experiência profissional, bem como, da lacuna existente, essa dissertação tem como objetivo analisar o eixo profissionalização contemplado na MSE de internação e semiliberdade aplicada aos adolescentes sentenciados pela prática de ato infracional e que estão ou finalizaram o cumprimento da medida na Comarca de Belo Horizonte, a fim de responder à pergunta de pesquisa: qual a percepção que os socioeducandos e egressos têm acerca da profissionalização após cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado em Belo Horizonte?

Imprescindível mencionar que este tema precisa ser pormenorizadamente estudado visto que a profissionalização é uma atividade obrigatória para conclusão da medida socioeducativa e, também, pela importância de ser um dos principais meios de ruptura com a trajetória infracional ao propiciar novas escolhas e mudança de vida (Rolim, 2018). Nessa seara, adota-se como marco teórico a abordagem de cursos de vida e a relação entre juventude e mercado de trabalho.

Parto da percepção de que não há compatibilidade entre o que é ensinado durante o cumprimento da medida, no que tange à profissionalização, com a realidade que os adolescentes e jovens vivenciam. Ou, pior ainda, não são educados com habilidades e ferramentas técnicas para que consigam adentrar no mercado de trabalho (Machado, 2016, p. 550), ou ainda, adentram no mercado de trabalho sem possuírem as qualificações necessárias e ficam ainda mais “perdidos” do que quando iniciaram a MSE, já que não conseguem acompanhar, seja por possuírem baixa escolaridade, ou por não ser este o objetivo pessoal de vida.

Feitas essas considerações e para uma melhor compreensão acerca desse fenômeno, este estudo será dividido em duas partes principais, sendo a primeira composta pela revisão de literatura que perpassa por dois capítulos. O primeiro consiste na descrição breve do aparato

legal que sustenta a medida socioeducativa (MSE), bem como a tipificação das medidas de semiliberdade e de internação, suas peculiaridades e dissonâncias.

O segundo capítulo será dedicado a revisão de literatura acerca da teoria do curso de vida. Em relação às trajetórias de vida, adianta-se que a assunção de comportamentos e papéis sociais, muitas das vezes em desconformidade com a lei, são associados à fase conturbada da juventude (Campos e Goto, 2017) que é marcada pela “parca inserção econômica, ausência de horizontes profissionais pelas altas taxas de desemprego e falta de equipamentos socioculturais” (Lazzarotto, 2014, p. 26). É, então, um fenômeno em que a dinâmica e os resultados estão sujeitos a uma continuidade de eventos e especificidades culturais, sociais e contextuais (Elder, 1985;1998) que se pretende abordar ao longo deste estudo.

A adoção da abordagem teórica do curso de vida justifica-se tendo em vista que do ponto de vista legal e normativo a MSE é compreendida como uma prática que busca não apenas a repreensão ao ato infracional cometido, mas também, reeducar e reinserir o adolescente em conflito com a lei na sociedade. Pode-se entendê-la, então, como uma resposta do sistema de justiça juvenil ou uma resposta social ao ato infracional praticado. Assim, as MSE's são entendidas e executadas com a finalidade de oferecer além da orientação, uma possibilidade de ressignificação das trajetórias. Isso porque devido ao seu caráter socioeducativo teria, em tese, um potencial transformador nas história dos sujeitos, ou melhor, seria um possível *turning point*, conseqüentemente, um fator de ruptura da trajetória infracional.

A priori cabe mencionar que *tuning point* são traduzidos como pontos de virada e se referem a eventos ou experiências significativas capazes de alterar o curso de vida de um sujeito. Em outras palavras, seriam pontos de virados tanto positivos quanto negativos que têm impacto na vida dos sujeitos provocando transições e mudanças de trajetórias (Blanco, 2011, p. 13). Sendo essa a perspectiva de mudança a partir da análise do eixo profissionalização da MSE a ser investigada a partir da entrada no campo.

A segunda parte do trabalho é composta pela pesquisa propriamente dita, iniciando-se pela revisão integrativa acerca da relação entre juventude e mercado de trabalho e, em seguida, pela pesquisa de campo que consistiu da realização de entrevistas semiestruturadas com 15 adolescentes que tiveram passagem ou estão em passagem pelo sistema socioeducativo em Belo Horizonte/MG. Ao final, serão feitas as considerações acerca de toda pesquisa além de responder aos objetivos e pergunta de pesquisa.

Dito isso, a conjugação da revisão de literatura à metodologia qualitativa, é realizada para tentar resgatar fatos e eventos que permitam compreender o sujeito e suas subjetividades,

bem como, entender quais as circunstâncias que podem influenciar na ruptura da trajetória infracional e, por fim, responder se podemos chamar o eixo profissionalização como *turning point*.

Esta pesquisa tem grande importância, eis que, em virtude de ser uma pesquisa de evidência empírica pode oferecer, tanto ao Poder Público, quanto à sociedade, a apuração qualitativa da efetividade da gestão, no que tange à reeducação e reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei por meio da profissionalização. Em última análise, esta pesquisa visa propor medidas práticas adicionais que possam aprimorar o alinhamento do eixo de profissionalização com as circunstâncias reais que envolvem esses adolescentes.

3. ENTRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O CURSO DE VIDA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

3.1 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: PANORAMA LEGAL E SOCIOLÓGICO

3.1.1 Estatuto da criança e do adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990

O atual sistema de justiça juvenil no Brasil foi criado a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990) que consagrou no ordenamento jurídico a *doutrina da proteção integral*². Essa é uma lei considerada das mais avançadas legislações em prol da criança e do adolescente no mundo. Fank, Trzcinski e Cetolin (2013, p.252) salientam que é por meio do ECA que o público infanto-juvenil passa a ser visto como integrante da sociedade, além de ser parte do sistema econômico, social e político.

Importante ressaltar que o ECA foi estatuído a partir da promulgação da “Constituição Cidadã de 1988”, que permitiu a redemocratização do país e trouxe importantes modificações no que tange aos direitos e garantias do público infanto-juvenil (Emmerich, 2018). O ECA, então, rompe com a lógica da *doutrina da situação irregular do menor* prevista nos extintos Códigos de Menores de 1927 e 1979 ao instaurar novas referências políticas, jurídicas e sociais, começando inicialmente pela mudança da nomenclatura ao banir o termo “menor” e instituir o termo “criança e adolescente” (Perez e Passone, 2010, p. 666).

² A *doutrina da proteção integral* prevê disposições versando sobre a proteção integral à criança e ao adolescente haja vista que são sujeitos de direitos além de serem seres em condição peculiar de desenvolvimento.

Do ponto de vista normativo, é somente a partir do ECA que se volta o olhar para o público infante-juvenil como sujeito de direitos e suas modificações são de fundamental importância, pois, representaram mais do que uma simples declaração de normas pragmáticas já que contém dispositivos impositivos e de validade instantânea (Francisco, 2020; Emmerich, 2018; González, 2015).

Adicionalmente, o ECA preconiza que crianças e adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, desse modo, merecem proteção especial em nosso ordenamento jurídico. Passado este objetivo da proteção, o ECA prevê em seu artigo 112, a possibilidade de aplicação de medida socioeducativa (MSE) ante a verificação da prática de ato infracional³, podendo ser aplicadas as medidas de meio aberto e, excepcionalmente, as medidas de meio fechado. Em síntese, as medidas de meio aberto seriam todas aquelas que tem como característica o cumprimento em aberto, por sua vez, as de meio fechado têm o caráter de privação parcial ou total liberdade (Meneses, 2008), essas serão mais bem discriminadas nos tópicos a seguir.

3.1.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) - Lei nº 12.594/2012

A fim de se efetivar as diretrizes e proteção previstas no ECA, foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) - Lei nº 12.594/2012 (Brasil, 2012) cujo fim é regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que praticaram ato infracional. O SINASE, inclusive, trouxe novos objetivos e meios para a proteção eficaz da criança e do adolescente estabelecidos no ECA. Através dessa política pública estabeleceu-se um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que norteiam a execução dessas medidas (art. 1º, § 1º, da Lei n.º 12.594/12).

A aplicação da medida socioeducativa tem o intuito de buscar a reeducação e reinserção social do adolescente em conflito com a lei. Também, tem como objetivo a responsabilização

³ *Ato infracional* refere-se a prática de conduta análoga àquela prevista como crime ou contravenção penal, nos termos do artigo 103 do ECA. Importante ressaltar que conforme ressaltado por Craidy (2014) recebe esta denominação legal para diferenciar a responsabilidade quando se tratar de um adolescente, inimputável até os 18 anos de idade e sujeito à legislação especial, conforme artigo 228 da Constituição Federal de 1988; *in* Ato infracional, LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini [et al]. Medida Socioeducativa: entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014, p. 34.

quanto às consequências da prática de ato infracional, bem como, desaprovar a conduta infracional praticada⁴.

Sob o ponto de vista sociológico-criminológico, diversas são as teorias que poderiam ser utilizadas para fundamentar a existência bem como a designação de MSE aos adolescentes em conflito com a lei. Porém, destaca-se fundamentalmente, as teorias do controle social e a teoria do desvio, por entender que elas se complementam quando se tem como fim a ideia de influenciar positivamente o comportamento desses adolescentes. Em outras palavras, acredita-se que, sociologicamente, a MSE além de ser uma forma de controlar os corpos juvenis visa, também, ensinar comportamentos positivos a estes adolescentes.

Em suma, as teorias de controle social a fim de tentarem entender os comportamentos desviantes têm como premissa a consideração de que os indivíduos enquanto seres racionais possuem liberdade de escolha bem como são orientados por seus desejos, por conseguinte, os vínculos sociais são importantes para controlar o comportamento e desejos dos indivíduos (Rolim, 2018; Silva e Bazon, 2014; Hirschi, 2004).

Nesse sentido, a abordagem utilizada pelo sociólogo Travis Hirschi, conhecida como teoria do vínculo social preconiza que os comportamentos desviantes são resultado da ausência de controle, eis que, os vínculos sociais são significativos para prevenção do comportamento delinquente, sendo que indivíduos que possuem laços sociais⁵ fracos ou rompidos são mais propensos a se envolverem em atividades ilícitas (Hirschi, 2004, p. 539). Para o sociólogo, então, quanto maior o vínculo com a sociedade maior será a propensão de ter comportamentos em conformidade com a lei, ou seja, menor será a vontade de transgredir.

Assim, em tese, os adolescentes em conflito com a lei o são porque possuem menor compromisso e envolvimento com atividades sociais-legais, vez que, não possuem vínculos fortes e nem internalizaram regras e normas convencionais (Silva e Bazon, 2014, p. 279). Adianta-se que a maioria dos adolescentes possuem perfis semelhantes e, em geral, são sujeitos que não possuem bons vínculos e, principalmente, que já se sentem excluídos socialmente.

⁴ Art. 1º, § 2º, da Lei n.º 12.594/12: Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos: I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

⁵ Entende-se por laço social como conexões estabelecidas entre os indivíduos formados através das interações sociais, ou seja, é por meio dos laços sociais que se formam os vínculos, permitindo a confiança mútua, participação em grupos além da inserção social (Paugam, 2017).

Logo, existe uma estrutura social que determina o lugar destes indivíduos e, em razão, de vínculos fracos com a sociedade, acabam transgredindo (Francisco, 2020, p.47). Por sua vez, a designação das medidas socioeducativas justifica-se como uma forma de “controle da criminalidade juvenil” (Almeida, 2013, p. 151). Através deste controle defende-se que o fortalecimento dos vínculos sociais além de influenciar positivamente o comportamento destes adolescentes viabiliza a reinserção social.

Já a teoria do desvio, sobretudo, a teoria da associação diferencial do sociólogo Edwin Sutherland tem como ideia principal de que o comportamento criminoso pode ser aprendido através das interações sociais associadas à disposição do indivíduo em realizar o ato desviante (Sutherland, 2015, p.351). Nesse sentido, para uma ressocialização através da aprendizagem de comportamentos positivos, é interessante a ampliação de contatos sociais com aqueles que têm comportamentos positivos. Assim, relacionando essa teoria com as MSE's, diz que sua designação tem como propósito a realização de intervenções para que os adolescentes tenham maior contato e reforço de comportamentos positivos.

Esse fortalecimento de vínculos bem como o reforço de comportamentos positivos pode se dar de diversas maneiras, tais como, a matrícula escolar para aqueles que estão evadidos do sistema educacional, o cadastro em uma rede de saúde, confecção de documentos oficiais (RG, CPF, Título de eleitor, Alistamento Militar), a matrícula em um curso profissionalizante, a frequência de espaços socioculturais, por exemplo. Também, estes adolescentes são colocados em contato com educadores sociais, referências comunitárias a fim de repensarem suas escolhas e história de vida.

Ainda sobre a ideia de controle e reforço de comportamento positivo, poder-se-ia, inclusive, analisar a designação da MSE sob a perspectiva foucaultiana constante no livro "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão" (2014). Nessa perspectiva o autor faz uma análise sobre a vigilância e o controle social perpetrado por parte do Estado a fim de domesticar os corpos. O principal argumento consiste na ideia de que a sociedade disciplinar existe justamente para moldar os seres humanos, ou seja, as instituições (escola, hospício e prisões, por exemplo) foram criadas para monitorar e controlar o comportamento dos indivíduos, sobretudo daqueles que agem em desconformidade com as normas e regras sociais.

No caso, os adolescentes em conflito com a lei “é um indivíduo que rompe com normas e regras, ou seja, rompe com o pacto social” (Mocelin, 2016, p.101) e as MSE's designadas para serem cumpridas dentro de uma instituição, nada mais são, do que a demonstração real da ideia de vigilância e controle desses indivíduos, a fim de estabelecer um padrão de

comportamento socialmente aceitável, ou melhor, domesticar seus corpos, ora desajustados, para reestabelecimento da ordem social.

Em relação a passagem pelo sistema de justiça juvenil e socioeducativo, afirma-se que essas têm o fim latente além do controle desses corpos, inibir práticas infracionais. No entanto, diante da realidade concreta não é algo tão simples (Almeida, 2016). Conforme dito por Mocelin (2016, p. 34) concorda-se que:

(...) o adolescente em conflito com a lei está submetido a um sistema de políticas que gestam sua capacidade de não se envolver mais em nenhum tipo de delito após passagem por centro de socioeducação. Sendo as políticas vigentes totalmente capitalistas, não existem condições econômicas, sociais, políticas e culturais para uma existência livre da prática de delito – delito aqui considerado como um crime, fato voluntário punível pela lei penal ou qualquer fato ofensivo às leis ou aos preceitos da moral.

Inclusive, Menezes e Moura (2021) fazem uma importante pesquisa ao investigarem as relações entre violência, sociabilidade, mobilidade e educação dos adolescentes em cumprimento de MSE de semiliberdade, em uma cidade do Rio de Janeiro. Expõem as percepções dos socioeducandos em relação a instituição, que são marcadas por sentimento de revolta, ódio, sofrimento, ociosidade e quanto às práticas institucionais citam violência física, frio, uma “educação zero”, inclusive, destacam o fato dos adolescentes terem criado o slogan “mente mais criminosa ao passar do tempo” (p.87). A partir das observações dos jovens, concluíram então, que as regras institucionais eram destoantes da prática experimentada.

No mesmo sentido é a pesquisa de Medeiros e Paiva (2021) ao buscar compreender as trajetórias dos adolescentes em conflito com a lei em uma das cidades do estado de Minas Gerais. A partir das entrevistas realizadas, constataram que a experiência dos adolescentes em conflito com a lei na MSE de Internação é marcada por situações de violência, de vergonha quando do cumprimento da medida. Por outro lado, enquanto egresso do sistema, o reencontro com a liberdade é marcado pelo medo, estigma e desafios de reinserção social-profissional. Por fim, destaca a MSE de Liberdade Assistida que, a partir de lógica pautada no diálogo se mostra como uma alternativa possível para auxiliar estes sujeitos na construção de projetos de vida.

Essas acima são duas das diversas pesquisas, como a de Almeida (2016), de Scisleski, *et al* (2015), de Almeida (2013) e, Squidamini, Barbiani e Sugizaki, (2015), sobre a temática que mostram uma dissonância entre os direitos e garantias previstas no ordenamento jurídico-legal e as práticas institucionais e jurídicas, sobretudo, daqueles que estão em cumprimento de

MSE de meio fechado. Inclusive, essa dissonância é percebida, também, através do retrato específico dos adolescentes que fazem parte desse sistema, ou melhor:

as pessoas que estão na condição de pobreza e/ou negros são os mais presentes nos sistemas socioeducativos. Isso não porque o ato infracional é um traço do caráter favelado, do pobre ou de negros, mas porque esses indivíduos são desfavorecidos, de alguma forma, nos processos sociais e judiciais (Francisco, 2020, p. 45)

A seguir analisar-se-á as medidas socioeducativas presentes nas normativas para em seguida expor, detalhadamente, as de meio fechado com os respectivos apontamentos.

3.1.3 Medidas Socioeducativas

As medidas socioeducativas além de estarem previstas no artigo 112 do ECA, como já citado, estão discriminadas nos artigos 115 a 125 do SINASE e são divididas em medidas de meio aberto (artigos 115 a 119 do SINASE) e medidas de meio fechado (artigos 120 a 125 do SINASE), sendo que nessas podem ter a restrição parcial ou total da liberdade. São estas as descrições de cada uma:

a) Advertência – artigo 115 do SINASE: consiste em uma admoestação verbal reduzida a termo e assinada pelo adolescente, responsável e autoridades judiciais.

b) Obrigação de reparar o dano – artigo 116 do SINASE: consiste no ressarcimento do dano direto, ou por outra forma de compensar as vítimas em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais.

c) Prestação de serviço à comunidade – artigo 117 do SINASE: consiste na realização de tarefas gratuitas com interesse social por um período máximo de seis meses.

d) Liberdade assistida⁶ – artigos 118 e 119 do SINASE: consiste no acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente exercida por uma autoridade competente, sendo regulamentada através do município. Possui um prazo mínimo de seis meses.

⁶ Imperioso ressaltar que existem diversas pesquisas que analisam o impacto e efetividade dessas medidas, sendo inclusiva, uma das MSE's mais estudada. Cita-se os trabalhos: Jektivam Maria Da Conceição Silva, and Humberto Miranda. "De "menor infrator" a adolescente em conflito com a lei: tecendo olhares para a medida socioeducativa de liberdade assistida." *Revista Temas Em Educação : RTE* 30.1 (2020): Revista Temas Em Educação : RTE, 2020, Vol.30 e Renata Melo De Souza, Renata Maldonado Da Silva, and Silvia Alicia Martínez. "A Educação E a Medida Socioeducativa Na Modalidade De Liberdade Assistida: Análise Da Produção Acadêmica De Dissertações E Teses (2008-2017)." *Perspectivas Em Diálogo* 6.13 (2019): 164-189.

e) Semiliberdade – artigo 120 do SINASE: consiste no cumprimento dentro de uma instituição, sendo possibilitada a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial.

f) Internação – artigos 121 a 125 do SINASE: consiste em medida de privação total da liberdade cumprida totalmente dentro de uma instituição.

3.1.4 Semiliberdade e Internação

Passadas essas considerações, a presente pesquisa tem como foco as MSE's de Semiliberdade e de Internação, como já exposto, são medidas socioeducativas de meio fechado e consideradas graves justamente pelo cerceamento da liberdade e da retirada do convívio familiar-comunitário. A medida socioeducativa de semiliberdade está mais bem descrita na *Seção VI* da referida lei, a saber:

Art. 120. O **regime de semiliberdade** pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. § 1º São obrigatórias a **escolarização e a profissionalização**, devendo, sempre que possível, ser **utilizados os recursos existentes na comunidade**. (...) (grifo nosso).

No dispositivo acima percebe-se que a essência dessa medida é a possibilidade de realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. Sendo que as atividades escolares e profissionalizantes, que são fundamentais, deverão ser exercidas em espaços fora da instituição com o viés de facilitar a reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei (Lazzarotto, 2014, p. 242).

Em relação à medida socioeducativa de internação está expressamente descrita na *Seção VII* do ECA, a saber:

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Diferentemente da semiliberdade, a internação estabelece a privação total da liberdade, sendo considerada a medida socioeducativa mais gravosa do sistema (Lazzarotto, 2014, p. 132) e, por isso, deve ser breve e excepcional. Além disso, devem-se promover ações que possibilitem que os adolescentes em conflito com a lei possam exercer as atividades de um

cidadão autônomo, que consigam fazer escolhas lícitas e sejam capazes de se relacionar com os demais.

Feitas essas considerações e retomando a funcionalidade e execução das MSE's, é cabível dizer que no Estado de Minas Gerais a execução dessas ocorre sob a supervisão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), mais especificamente, a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) que elabora, coordena e direciona a execução da política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, ou melhor, estabelece diretrizes acerca da execução das MSE's.

Os supracitados órgãos preveem que os adolescentes ou jovens em cumprimento de MSE, somente conseguirão alcançar a finalidade da medida se cumprirem determinados requisitos, que são denominados de eixos, a saber: eixo saúde; eixo profissionalização; eixo escolarização; eixo familiar e comunitário e eixo responsabilização. Sendo que todos visam o desenvolvimento de ações junto às famílias destes adolescentes, a construção de parcerias para utilização de espaços públicos, uma formação profissional, matrícula e frequência escolar, cuidados à saúde, participação em oficinas e atividades de cultura, esporte e lazer, dentre outros⁷.

Para a execução dos referidos eixos, os adolescentes ou jovens são acompanhados por uma equipe técnica especializada (composta basicamente por assistente social, pedagogo, psicólogo, assistente jurídico, terapeuta ocupacional, auxiliar educacional e, em alguns casos, enfermeiros) que deverão auxiliá-los na construção de novos projetos de vida, pautados na licitude. Essa equipe deve verificar se os adolescentes tiveram alcance considerável nestes eixos, ou melhor, se os socioeducandos passaram pelo processo de responsabilização que se dá a partir da reflexão crítica dos atos infracionais praticados, se obtiveram melhora do convívio familiar ou comunitário a partir do contato com a equipe da instituição, com a família e os demais adolescentes, se possuem toda a documentação civil compatível à idade, se apresentaram boa aderência aos tratamentos de saúde quando indicado, se estão com matrícula e frequência escolar satisfatória, realização de curso profissionalizante e/ou entrada no mercado de trabalho, por exemplo.

⁷ Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Medidas socioeducativas. Publicado em 29 de Novembro de 2013, atualizado em 13 de Maio de 2020, Disponível em:< <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/medidas-socioeducativas>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

A partir do cumprimento desses é que será enviado relatório ao Juízo competente, atestando que o adolescente em conflito com a lei obteve êxito e conseguiu cumprir a medida socioeducativa, merecendo a sua extinção.

Outrossim, na prática tem-se percebido que “o sistema de socioeducação não consegue resolver as questões da delinquência infanto-juvenil previstas nas medidas socioeducativas V e VI do Estatuto da Criança e do Adolescente que tratam da semiliberdade e da privação de liberdade” (Mocelin, 2016, p. 33). Inclusive, podem estar corroborando para a reiteração infracional, o adoecimento mental e físico e a exclusão social, ou seja, pode-se dizer em pouca efetividade do sistema em promover o desenvolvimento dos seus internos e reinserção social (Coscioni *et al*, 2018⁸; Squidamini, Barbiani e Sugizaki, 2015), eis que, em geral equiparam essas medidas a uma prisão (Menezes e Moura, 2021; Medeiros e Paiva, 2021).

As MSE's de meio fechado, no longo prazo, têm implicações significativas na vida dos adolescentes e jovens que dão entrada nas instituições. Podem contribuir para perpetuação das desigualdades econômicas e sociais, vez que, esses indivíduos possuem semelhanças de raça, classe e gênero (Lima e Haracemiv, 2021; Kobi, Machado e Monzeli, 2020), ou seja, percebe-se uma uniformidade de perfil dos socioeducandos (Marinho e Vargas, 2015; Squidamini, Barbiani e Sugizaki, 2015) que não possuem acesso aos bens básicos de consumo e sanitários (Scisleski *et al*, 2015). Em relação a esse perfil, afirma-se que:

No que se refere às características do perfil dos/as adolescentes em situação de conflito com a Lei, o estudo revela que são coletivos humanos com determinadas particularidades. Numa visão geral, apresentam linhas convergentes nas suas condições histórico-socioeconômicas, entre elas são: adolescentes de classes populares, alijados de direitos a uma vida digna, com histórias de vida imbricadas em experiências negativas marcadas por violências de diversos tipos, perdas e resistências (Lima e Haracemiv, 2021, p. 17).

Uma das implicações está relacionada à restrição total ou parcial da liberdade, que contrariando a ideia do ser em formação e livre. No caso, a institucionalização que retira o sujeito do convívio familiar e comunitário de forma prolongada pode causar o adoecimento ou agravamento de problemas de saúde mental devido às práticas e condições estruturais-institucionais que se assemelham ao sistema prisional ante a continuação da lógica da penalização em detrimento da socioeducação (Scisleski *et al*, 2015; Almeida, 2013; Medeiros

⁸ Os autores realizaram uma revisão sistemática de literatura, sendo investigaram 30 pesquisas nacionais realizadas dentro das unidades de internação e em todas elas é apontada a inefetividade do sistema em promover o desenvolvimento dos socioeducandos.

e Paiva, 2021) implicando em uma “desumanização de seus corpos” (Menezes e Moura, 2021, p.90). Cita-se, também, o isolamento, a medicalização excessiva, às violências e discriminações recebidas (Piccoli e Arruda, 2023).

As medidas, em relação ao fim precípua, contrariamente contribuem para o efeito estigmatizante⁹ afetando, então, a reeducação e reinserção desses sujeitos. A simples passagem pelas instituições impregna uma mancha em sua história, ou melhor, são carimbados com uma “cicatriz”¹⁰. Essa “cicatriz” é fruto dos estereótipos que são atribuídos aos sujeitos que entram no sistema socioeducativo. Assim, os adolescentes em conflito com a lei são reduzido a objetos diante da estigmatização imposta socialmente (Mocelin, 2016). São caracterizados como sujeitos perigosos e de personalidade voltada para atividades ilícitas (Scisleski *et al*, 2015; Menezes e Moura, 2021).

Por conseguinte, além do fato de passar pelo sistema socioeducativo desencadear uma mancha na história, suscita sentimento hostil de diversas pessoas, seja da família ou da comunidade em geral, que são extremamente intolerantes, além de pregarem discursos moralistas e punitivistas. Nesse sentido, afirmou Lazzarotto “se tu tens algum problema judicial, a sua cor, o seu peso, enfim, tudo isso faz com que as pessoas não te vejam com bons olhos” (2014, p.198). Sendo que essa hostilidade deixa nas entrelinhas outros estigmas não declarados, tais como, raça, gênero e classe.

Menezes e Moura (2021), apontam as experiências, sobremaneira negativas, desses jovens com a cidade e com a comunidade. Relatam, ainda que o sentimento de estarem presos e a falta de estrutura física adequada eram empecilhos ao desenvolvimento do potencial criativo, da autoestima e, conseqüente, da reinserção social. Inclusive, apontam que o estigma “bicho” era destinado a estes indivíduos, logo, sujeitos perigosos. Por fim, a relação destes estigmatizados com outros membros da comunidade era marcada pelo medo, insegurança, desconfiança e ameaças constantes de ambos os lados.

Por conseqüência, esses que, agora, marcados negativamente pelos atos infracionais praticados (Lima e Haracemiv, 2021; Squidamini, Barbiani e Sugizaki, 2015), encontram

⁹ Importante acrescentar que o estigma somente é percebido e compreendido através das interações humanas e, não pura e simplesmente, por meio de um atributo (Goffman, 2017).

¹⁰ Os termos marca, “cicatriz” e mancha para referir-se aos estigmas que estes sujeitos sofrem devido à passagem pelo sistema socioeducativa. Para compreensão do que é estigma, utiliza-se o conceito apresentado por Erving Goffman em sua obra “Estigmas: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, assim, estigma seria um atributo ou marca da qual o sujeito dito normal reduz toda a concepção, toda a característica e forma de ser do outro a essa marca, logo, popularmente denomina-se como estereótipo (2017, p. 13).

dificuldade de criação de vínculos e de acesso a diversos espaços sociais, correndo o risco de viverem em isolamento social. As portas se fecham para esses sujeitos em vários lugares, em virtude, do preconceito (Lazzarotto, 2014, pg. 198). Assim, essa exclusão pode aumentar o potencial para reincidência, eis que, se não houver programas ou apoio adequado e, sobretudo, marcados pelos estigmas tendem a continuar reproduzindo os estereótipos que lhes foram outrora atribuídos.

O cumprimento dessas medidas pode representar um impasse na vida desses sujeitos, vez que, após sua liberação podem encontrar um mundo externo muito mais difícil de que quando entraram no sistema socioeducativo. Esses impasses vão desde a dificuldade de adaptação, a falta de uma rede de apoio financeiro, educacional e psicossocial, bem como, devido ao fato de carregarem uma “*cicatriz*” para o restante da vida. Por fim, os desafios são extremos e se estendem até a seara educacional e profissional, eis que, enquanto egressos se inserem nesses campos de forma precarizada e segregada no seio social, sobretudo, no mercado de trabalho (Scisleski *et al*, 2015).

Também, pautada na teoria da associação diferencial, já mencionada, o cumprimento da medida ao invés de impactar positivamente o comportamento desses indivíduos pode implicar em um reforço ou qualificação do comportamento desviante através da aprendizagem de novas modalidades infracionais na convivência com outros jovens infratores, dando azo a denominação da medida, por alguns, de “escola do crime” (Balbinot *et al*, 2022, p. 8 e 11).

Logo, em síntese, tem-se todo um aparato normativo-legal destinado a defender os direitos e obrigações das crianças, adolescentes e jovens, sendo que as MSE’s deveriam contribuir para o desenvolvimento de um indivíduo autônomo e solidário além de reforçar sua aptidão pessoal, interpessoal, cognitiva, bem como, suas habilidades produtivas (Jesus, 2013; Silva, Ruzzi-Pereira e Pereira, 2013). E mais, dever-se-ia permitir a estes o direito de ser, respeitando as suas individualidades na inserção social (Mocelin, 2016, p.44). Segundo Mocelin (2016, p. 57) a realização da socioeducação como prática de liberdade e de reinserção social só pode se concretizar dentro de uma estrutura social em que as circunstâncias econômicas, sociais e políticas as permitam.

No entanto, “na prática, existem dificuldades para garantir sua execução de forma plena e que alcance todas as classes sociais” (Kobi, Machado e Monzeli, 2020, p. 996). Assim, tem-se uma dissonância entre o aparato legal e as práticas institucionais, como já adiantado.

Ultrapassados esses apontamentos, menciona-se que tanto a educação quanto a profissionalização, por serem obrigatórias conforme previsão no ECA e SINASE, possuem

fundamental importância na execução das MSE's, inclusive sendo utilizadas como motivação para sua permanência. Em outras palavras a “educação e a profissionalização assumem, nesses espaços educativos onde ocorre a socioeducação, uma função de justificativa para sua existência” (Mocelin, 2016, p.41). Por fim, a partir da experiência prática profissional, concluiu-se que esses são os eixos mais trabalhados pelos técnicos no cumprimento dessas medidas.

Com a lente voltada para a profissionalização, é instigante compreender o porquê da atenção voltada a esse eixo, e mais, vale a pena verificar se na prática existe um estímulo educacional profissionalizante ou, talvez, um impulso para ampliação de propósito de vida destes jovens para que consigam construir seus reais projetos de vida (Machado, 2016, p. 550) conforme pregam. Isso, porque pressupõe-se que não há compatibilidade entre o que é ensinado durante o cumprimento da medida, no que tange à profissionalização, com o desejo e a realidade que esses sujeitos vivenciam.

É correto dizer, então, que as normativas expostas preveem a indispensabilidade da reinserção social a partir das atividades educacionais-profissionalizantes a fim de afastá-los das trajetórias infracionais. A ideia aqui não é analisar a motivação para entrada na trajetória infracional ou o potencial de reincidência dos adolescentes, apenas intenta-se a partir do objeto de estudo, investigar qual a percepção dos adolescentes e jovens em conflito com a lei em relação à profissionalização. Além do mais, intenta-se compreender se esses, caso queiram, possam ser inseridos no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, interromper a trajetória infracional.

3.2 CURSO DE VIDA

No capítulo anterior, trabalhou-se em cima das normativas e problematizações acerca das MSE's, com destaque, para o enfoque da necessidade de cumprir o eixo profissionalização tendo em vista a conjuntura social, política e econômica que se vive. A fim de complementar a revisão é imprescindível a partir da teoria do *Curso de Vida* compreender se a MSE de meio fechado, na prática, pode ser um possível fator de ruptura da trajetória infracional considerando a complexidade e as diferentes dimensões que perpassam na vida dos socioeducandos. Nessas perspectivas, pretende-se a partir dessa teoria verificar se existe alguma correlação entre o cumprimento da MSE, sobretudo, o eixo profissionalização com a ruptura da trajetória infracional.

Muito se fala sobre como determinados eventos estruturais podem alterar o modo como se age e se faz escolhas ao longo da vida, são os chamados cursos de vida. No caso, os cursos de vida fazem parte da perspectiva da criminologia desenvolvimental, em inglês *Developmental and Life-Course Criminology (DLC)*. Essa perspectiva tem como foco de estudo três questões principais, o desenvolvimento do crime e do comportamento antissocial, os fatores de riscos em diferentes idades e, por último, os efeitos dos eventos nos cursos de vida (Farrington, 2003, p.221). Portanto, é uma concepção que se centra nos estudos das carreiras criminais, ou melhor, em entender as mudanças individuais ao longo da vida seja na entrada, permanência ou desistência do crime.

Segundo Elder a teoria do curso de vida permite abordar questões que outras teorias não deram conta, ou melhor,

Estas questões incluem o reconhecimento de que as vidas individuais são influenciadas pelo seu contexto histórico em constante mudança, que o estudo das vidas humanas exige novas formas de pensar sobre o seu padrão e dinâmica e que os conceitos de desenvolvimento humano devem-se aplicar a processos ao longo da vida (1998, p. 1, tradução nossa).¹¹

Ainda segundo o autor, como já destacado, a teoria do curso de vida se manifesta por meio da conexões interdependente entre eventos, trajetórias e transições, permitindo a identificação de padrões, apesar das características únicas de cada narrativa pessoal (1985; 1998). Logo, nessa pesquisa a análise recairá especificamente na última questão, eis que, se intenta entender quais os efeitos dos eventos, qual seja, o cumprimento de uma MSE e o eixo da profissionalização na vida dos adolescentes em conflito com a lei, sobretudo, se tem alguma influência na interrupção da trajetória infracional.

Sabe-se que a cada dia que passa mais se ouve falar sobre redução da maioridade penal, sobre punição severa a adolescentes e jovens em conflito com a lei, assim, as pessoas estão a todo momento requerendo políticas mais duras contra estes adolescentes e jovens. Outrossim, pouco se fala em como os cursos de vida influenciam a vida destes jovens, em como as circunstâncias que vivenciam cotidianamente os levam às escolhas que têm suas próprias consequências, como é o caso da prática de atos infracionais.

¹¹ Trecho original: “These include the recognition that individual lives are influenced by their ever-changing historical context, that the study of human lives calls for new ways of thinking about their pattern and dynamic, and that concepts of human development should apply to processes across the life span”.

Apesar de ser possível estabelecer padrões de cursos de vida dentro de uma coletividade, há particularidades que merecem ser observadas haja vista que os eventos impactam diferentemente cada indivíduo fazendo com que sigam distintos destinos de vida. De acordo com Elder (1998), as histórias de vida são particulares, eis que, os indivíduos são agentes de sua própria história, mas suas escolhas são realizadas conforme as oportunidades e barreiras vivenciadas e, acrescento, expectativas sociais-familiares. Nesse sentido, Pereira (2016, p. 84) afirma que apesar das condições e expectativas sociais acerca do indivíduo, muitos deles escapam do “destino” previsto, pois, os fatores e processos estruturais os atingem de forma diferenciada influenciando-os para determinado percurso de vida.

Desse modo, o estudo dos cursos de vida, por ser multidisciplinar, se mostra imprescindível para compreender historicamente a trajetória, as escolhas e as transições de cada indivíduo, isso porque, os “eventos, a depender de uma série de fatores como sua natureza, duração e os recursos, motivações, crenças e definições que o agente traz para a situação, podem mudar o curso de vida de um indivíduo” (Oliveira *et al*, 2019).

Portanto, a abordagem do curso de vida mostra-se importante quando permite compreender a complexidade dos fatos e fenômenos que acontecem na vida dos indivíduos, permitindo conhecer de que forma estes significaram a vida de cada um. O resgate desses eventos permite compreender o sujeito e suas subjetividades, bem como, permite entender quais são as circunstâncias que influenciaram as suas escolhas, sejam elas negativas ou positivas.

Diante do exposto, a seguir será realizada uma breve análise histórica acerca do surgimento e da metodologia da teoria cursos de vida, seguida dos principais conceito, bem como, os principais pontos englobando os princípios analíticos para, por fim, trazer a profissionalização como um possível *turning point* na vida desses sujeitos.

3.2.1 Histórico – das teorias criminológicas à perspectiva desenvolvimental

A teoria do desenvolvimento, ou melhor, do curso de vida passou por diversos atravessamentos e modificações ao longo do tempo, tendo surgido como desdobramento da criminologia. A figura a seguir mostra os principais marcos dessas modificações:

Figura 1: Linha do tempo das teorias criminológicas à perspectiva desenvolvimental



Fonte: Elaboração própria

A predecessora da criminologia é a escola clássica do direito que tem como matriz de pensamento as concepções metafísicas do Iluminismo e tem como principal premissa fazer crítica a superação do uso do poder, principalmente, colocar em xeque a ideologia penal tradicional (Baratta, 2016, p.29-32). Segundo Baratta, a escola clássica enquanto perspectiva criminológica e preocupada com a questão do “delito” prescreviam o estabelecimento de punição proporcional (pena) ao dano causado por aqueles que contrariam a regra do pacto social. Por fim, essa era a primeira vez em que havia uma teorização sobre a questão criminal.

Em seguida, com o avanço do método científico e sua utilização para compreender os problemas sociais, surgem as teorias biológicas, psicológicas e sociais, de cunho positivistas, tendo como precusores Lombroso (determinismo biológico), Ferri (investigação das causas sociais e das classificação da delinquência) e Garófalo (cunhador do termo periculosidade e medida de segurança), que apontavam as características físicas e psicológicas como causas determinantes do crime, por conseguinte, apontavam essas características como algo inato e

fixo no indivíduo (Piquero, 2015; Anitua, 2015). A principal preocupação era, então, o delinquente.

Em seguida, na Escola de Chicago passa-se a hipotetizar que o ser humano não necessariamente nasce predisposto ao cometimento de delitos, ao contrário, enquanto ser social é influenciado por seu meio e por seus vínculos sociais. Ultrapassada a perspectiva biológica-psicológica, essa escola ficou conhecida como “ecologia social” (Anitua, 2015, p. 411), eis que, os novos estudos visavam compreender as interações humanas com o ambiente. Segundo Piquero (2015, p.337) as novas: “teorias do crime para considerar os papéis do ambiente (Shaw e MacKay), estrutura (Agnew) e processo (Hirschi, Akers)” (tradução nossa). Nesse sentido, a partir das considerações dos expoentes da escola de Chicago, o crime é entendido como um fenômeno social e não individual. Desse modo, os fatores externos, diga-se, ambiente, estrutura e processo, passam a ser considerados como causas de desenvolvimento para o crime, contudo, não explicavam o seu porquê (Piquero, 2015).

A partir disso, uma nova abordagem teórica-metodológica começa a ser desenvolvida em meados da década de 70 e 80, quando o sociólogo americano Glen Elder publica em 1974 um livro que a partir de uma abordagem histórica, social e psicológica por meio de um estudo longitudinal fez uma análise das adaptações familiares e individuais em períodos de mudanças socioeconômicas, demonstrando como estes fatores interferiam na vida dos indivíduos (Blanco, 2011, p. 10).

Posteriormente, este panorama começa a modificar-se efetivamente quando Hirschi e Gottfredson¹², em 1983, fazem uma associação entre idade e crime e sua invariabilidade, sendo essa posteriormente superada quando outros estudiosos ao estudar o desenvolvimento de carreiras criminais apontam outras dimensões que influenciavam nessas carreiras e que deveriam ser consideradas, tais como, persistência, cometimento de crimes cada vez mais graves, especialização, duração da carreira, cometimento de crimes junto com outras pessoas e desistência do crime (Piquero 2015), eis que, inexistente padrão único de cometimento de crime além desse variar ao longo da vida do indivíduo. Logo, evidencia-se a necessidade de aprimorar os estudos longitudinais para demonstrar essas novas descobertas.

Esses novos estudos, então, tornam-se o embrião do surgimento da teoria desenvolvimental-criminológica, primeiramente, os estudiosos Sheldon e Glueck vão protagonizar estudos longitudinais acerca das carreiras delinquentes, que vão ser

¹² Estes autores desenvolvem a teoria do controle social, teoria que considera importantes os laços sociais, crenças e valores e autocontrole para prevenção do comportamento criminoso. A teoria é comumente utilizada para fundamentar programas de prevenção à criminalidade.

posteriormente, em 1990, criticados por Hirschi e Gottfredson sob o fundamento de que deveriam elaborar estudos metodologicamente mais elaborados (Piquero, 2015). Então, em 1993, Moffitt, Sampson e Laub vão protagonizar uma série de estudos longitudinais mais aprimorados metodologicamente para aprofundar no desenvolvimento de uma classificação de desenvolvimento do comportamento antissocial e teoria do controle social informal com gradações etárias, respectivamente (Piquero, 2015, p. 338).

Essa nova abordagem teórica-metodológica do curso de vida, conforme afirmado por Blanco (2011), tem como objetivo geral:

O eixo de investigação mais geral da abordagem do curso de vida é analisar como os acontecimentos históricos e as mudanças econômicas, demográficas, sociais e culturais moldam ou configuram tanto as vidas individuais como os agregados populacionais chamados coortes ou gerações.¹³

Ademais, Oliveira *et al* (2019) ao apresentar as contribuições dos pensamentos de Sampson e Laub, de Gottfredson e Hirschi para a perspectiva desenvolvimental e a dinamicidade dos cursos de vida, apontam que estes autores buscavam tanto compreender as alterações, em termos de comportamento, que iniciam processos dinâmicos modificando as consequências futuras na trajetória de vida de um indivíduo, bem como, o processo de transformação pessoal como uma ocorrência estrutural e metódica.

Dito isso, a perspectiva do curso de vida dá ênfase na análise de uma série de fatos e/ou eventos no decorrer do tempo, ou melhor, o estudo das trajetórias de vida ao longo do tempo, motivo pelo qual, os estudos longitudinais mostram-se necessários. Logo, evidencia-se que se trata de um estudo diacronicamente falando (Blanco, 2011. p. 6).

Esses estudiosos com suas perspectivas vão inspirar vários outros estudos empíricos e longitudinais que vão ao longo do tempo sistematizando e elencando novas dimensões, sendo David Farrington (2003), criminólogo britânico, um dos principais expoentes que articulou os achados da teoria desenvolvimental que se conhece atualmente cujos conceitos serão usados no decorrer deste capítulo.

3.2.2 Principais conceitos – trajetória, transição, evento e pontos de virada

¹³ Texto original: “El eje de investigación más general del enfoque del curso de vida es analizar cómo los eventos históricos y los cambios económicos, demográficos, sociales y culturales moldean o configuran tanto las vidas individuales como los agregados poblacionales denominados cohortes o generaciones”

Explicado o surgimento da teoria desenvolvimental e antes de adentrar propriamente na conceituação, é necessário destacar que os percursos da vida se dão a partir de acontecimentos, etapas e transições vividas pelos indivíduos em diferentes áreas da vida, tais como, relacionamentos, família, escola, religião, amigos, nos quais a junção da vivência em cada um destes espaços implica nos distintos cursos de vida que cada um leva. Dito isso, destaca-se como conceitos-chaves dessa abordagem: trajetória, transição, eventos e pontos de virada.

A palavra *trajetória* conforme dicionário *online* é definida como “linha ou caminho percorrido por um corpo [...] Direção que alguém ou algo toma”¹⁴. No mesmo sentido é o seu significado para a perspectiva do curso de vida, ou melhor, as “trajetórias são compreendidas como linhas desenvolvimentais que podem variar e mudar de direção, de grau e de proporção” (Oliveira, 2020, p.41-42)¹⁵.

Apesar de socialmente fazer suposições de trajetórias em virtude da associação com a idade, a trajetória não pode ser tomada como algo fixo ou destinado, vez que “trajetória não implica nenhuma sequência particular ou certa velocidade no processo do trânsito em si, embora existam maiores ou menores probabilidades no desenvolvimento de certas trajetórias vitais” (Blanco, 2011, p. 12, tradução nossa)¹⁶. Nesse sentido, as trajetórias podem variar de um indivíduo para outro, bem como podem alterar-se por mais de uma vez no mesmo indivíduo.

Ainda sobre as trajetórias, essas perpassam por várias áreas da vida de um indivíduo que são interdependentes entre si, tais como, escola, família, relacionamentos, círculo social e trabalho (Blanco, 2011, p. 12).

Por outro lado, a transição é entendida como modificação da circunstância, posição, configuração ou status (Oliveira, 2020, p. 42), sendo igualmente definida no dicionário *online* como “mudança de uma condição a outra”¹⁷. A título de exemplificação menciona possíveis transições: a saída da escola para entrada numa universidade, a saída da universidade para

¹⁴ Significado da palavra trajetória retirada do dicionário Michaelis on line. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trajetoria/>. Acesso em 08 de jun. 2023.

¹⁵ Trata-se de uma dissertação de Mestrado de Lucas Caetano Pereira de Oliveira apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2020, sob a orientação do Prof. Bráulio Figueiredo Alves da Silva. Atualmente, Lucas é doutorando em sociologia e pesquisador do CRISP/UFMG (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública).

¹⁶ Trecho original: la trayectoria no supone alguna secuencia en particular ni determinada velocidad en el proceso del propio tránsito, aunque sí existen mayores o menores probabilidades en el desarrollo de ciertas trayectorias vitales

¹⁷ Significado da palavra transição retirada do dicionário Michaelis on line. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trajetoria/>. Acesso em 08 de jun. 2023.

entrada no mercado de trabalho, a saída de uma vida solteira para uma matrimonial, ou até mesmo assunção de maternidade/paternidade, o início de uma aposentadoria e por aí vai, não necessariamente dessa forma e nem nessa ordem. Ressaltando-se, assim como as trajetórias, as transições não são fixas e podem ocorrer simultaneamente, por exemplo, pode-se tornar pai e entrar numa universidade ao mesmo tempo, pode ser casar-se e aposentar, dentre outros.

Uma única vida pode ter várias trajetórias e dentro dessa variedade de trajetórias podem ter diversas transições, ou melhor, “transições estão sempre contidas nas trajetórias, que são o que lhes dão forma e significado” (Blanco, 2011, p. 13, tradução nossa)¹⁸. Dentro das trajetórias, conforme destacado por Oliveira *et al* (2019), as transições mais significativas são aquelas marcadas por eventos. Em suma, transições são seriais e intrinsecamente ligadas às trajetórias, sendo que essa mudança é decorrente de um encadeamento de eventos.

Os eventos, por sua vez, conforme Lucas Oliveira, são “ações ou acontecimentos situados na vida dos indivíduos que, apesar de serem gerais para todos os grupos sociais (ou coortes – faixas etárias), são particulares/significativos em suas consequências para os indivíduos” (2020, p. 42).

Especificamente sobre os eventos, destaca-se que estes são importantes, eis que, exercem papel fundamental nas mudanças de cursos de vida, pois, a depender de suas características, tais como, motivações, duração, natureza podem apresentar diferentes significações na vida do sujeito de forma a implicar mudança de trajetória, ou seja:

(...) os efeitos dos eventos sobre a mudança de trajetória acontecem de forma sequencial, ou seja, os eventos significativos de um percurso de vida condicionam o leque possível de eventos futuros e o ponto final de uma trajetória é resultado de uma sequência de eventos significativos (Pereira, 2016, p. 85).

Reunindo os três conceitos, pode-se dizer que diante de uma série de acontecimentos (eventos) que a depender de diversas variáveis tais como grau, importância-significância, duração, natureza e motivações dentro de uma linha desenvolvimental (trajetórias), podem implicar tanto em reforço dessa, quanto em mudança de condição (transição).

Por conseguinte, a depender dos eventos ocorridos tem-se a ocorrência de transições que implicam em descontinuidade da trajetória vivenciada, ou melhor, são os chamados pontos de virada ou *turning point* (Goes *et al.*, 2019, *apud* Oliveira, 2020). Mais especificamente, os pontos de virada segundo Blanco (2011, p. 13) são eventos que provocam mudanças

¹⁸ Trecho original: “Las transiciones siempre están contenidas en las trayectorias, que son las que les dan forma y sentido”.

extremamente significativas ocasionando transições na vida do sujeito implicando na descontinuidade da antiga para uma nova trajetória. De acordo com Sampson e Laub (2005) os pontos de virada representa um corte do passado para um novo implicando, até mesmo, a modificação da identidade. Em suma, os *turning point* são acontecimentos que modificam padrões nas trajetórias redirecionando-as para uma nova.

A fim de encerrar essas conceituações e para melhor reprodução dos conceitos apresentados, pode-se representá-los metaforicamente como *um veículo que se depara com um cruzamento* no qual o indivíduo condutor deste veículo e diante desse cruzamento decidirá qual caminho seguir, ou melhor, decidirá se irá continuar reto ou se virará em outra estrada, caso faça a curva tem-se um *turning point*.

3.2.3 Principais pontos – princípios analíticos

Feitas as conceituações, há de se considerar 05 (cinco) princípios indispensáveis que regem essa perspectiva, são eles: agência humana, vidas ligadas, lugar geográfico e tempo histórico (aqui consideram-no como um único princípio) e o da evolução no tempo, eis que esses ajudam a compreender de que forma os conceitos-chaves operam na vida dos sujeitos (Elder, 1994). Conforme explanado nos artigos de Blanco (2011, p. 14-15); Blanco e Pacheco (2003, p. 161-162), os cinco princípios podem ser assim sistematizados:

Iniciando-se pelo princípio da agência humana, que também pode ser chamado de livre-arbítrio ou, ainda, capacidade de agir. Entende-o como um elemento volitivo do sujeito, eis que, parte-se da ideia de que os indivíduos fazem suas próprias escolhas, construindo seu próprio curso de vida e a partir delas têm que passar por determinadas consequências, ressalta-se que essas dependem dos recursos socialmente disponíveis. Ressalta-se ainda que existam pressões, expectativas e/ou imposições sociais de determinados padrões de conduta, é o próprio indivíduo quem irá desenhar sua trajetória de vida.

O princípio de vidas ligadas ou vidas conectadas é considerado por Elder (1994) como princípio central do curso de vida. Segundo este princípio tem-se a máxima de que os indivíduos são rodeados por diversos laços sociais que se desdobram em diversas redes de interdependência que são construídas ao longo da vida e que, de certa maneira, essas relações a depender do vínculo e importância podem influenciar nas escolhas pessoais, incentivando-os ou reprimindo-os a determinados comportamentos. Assim, deve-se analisar as redes de pessoas que estão ligadas àquele indivíduo.

O princípio do lugar geográfico, refere-se ao nível geográfico e as características físicas sociodemográficas, ou seja, está relacionado ao ambiente tanto em termos de espaços quanto em termos sociais na qual o indivíduo está inserido. Por outro lado, o princípio do tempo histórico implica em compreender como determinado tempo influencia na vida dele, ou melhor, como as experiências da história interferem na ação individual interferindo nos cursos de vida de cada um.

De acordo com Elder “as forças históricas moldam as trajetórias sociais da família, da educação e do trabalho e, por sua vez, influenciam o comportamento e linhas específicas de desenvolvimento” (1998, p. 2, tradução nossa)¹⁹. Logo, leva-se em conta que o indivíduo é consequência das estruturas sociais e institucionais que lhe ditam os comportamentos aceitáveis ou não, assim, deve-se conhecer o contexto histórico e o tempo no qual está inserido.

Em relação ao princípio da evolução no tempo, pressupõe que se deve ter o conhecimento do desenvolvimento do indivíduo durante a vida – do nascimento à morte, ou seja, analisar como o indivíduo se comporta em diferentes momentos da vida.

Por sua vez, nem todos consideram como princípio analítico principal, mas merece destacar o princípio da temporalidade ou calendarização, que estabelece a necessidade de avaliar como os acontecimentos impactam a vida das pessoas conforme idade ou fase da vida, bem como, papéis e eventos sociais (Elder, 1994). Nessa seara, a idade é como um fator ligado às expectativas e normas para ação individual, além de que os eventos podem apresentar diferentes significações a depender da idade que o indivíduo possui (Hogan 1980, apud Oliveira et al 2019). Nesse sentido, conhecer a idade do sujeito permite conhecer melhor suas trajetórias, transições e subjetividades.

Por fim, feita a retrospectiva histórica, elencados os principais conceitos e princípios analíticos, concorda-se que a teoria do curso de vida é importante pois “examina a interação entre restrições estruturais, regras e regulamentos institucionais e significados subjetivos, bem como decisões ao longo do tempo” (Heinz e Krüger, 2001, p. 33, tradução nossa)²⁰, seja estes o próximos pontos a serem abordados ao longo dessa dissertação.

3.2.4 Permanência e desistência da trajetória infracional

¹⁹ Trecho original: “Historical forces shape the social trajectories of family, education, and work, and they in turn influence behavior and particular lines of development”.

²⁰ Trecho original: “examines the interaction between structural constraints, institutional rules and regulations and subjective meanings as well as decisions over time”.

Considerar a medida socioeducativa como um fator de ruptura da trajetória infracional ou um espaço possibilitador de novas oportunidades, vínculos e comportamentos positivos é de fundamental importância, pois existem outros determinantes que fogem da competência dessas medidas, ou melhor, temos que considerar que os indivíduos são seres racionais e dotados de livre arbítrio.

A escolha de permanecer ou não na trajetória infracional, apesar de influências externas, é unicamente do adolescente. É imprescindível considerar o indivíduo em suas diversas dimensões, eis que, a partir de suas escolhas, experiências e significações são também variáveis que podem influenciar em uma boa vinculação à medida, por conseguinte para interrupção (ou não) da trajetória infracional (Lagares 2015; Silva e Rossetti-Ferreira, 2002).

O ponto que quer se defender é que uma boa vinculação à medida e, conseqüentemente, desistência da trajetória infracional vai além da aplicação prática do que está previsto em lei, ou seja, ainda que seja um espaço acolhedor e de garantias de direitos, existem variáveis que fogem de seu controle. Isso porque, a partir da percepção do indivíduo, ora socioeducando, a MSE pode ser entendida tanto como um fator protetivo quanto como um fator de risco para a continuação do envolvimento infracional a depender da forma que reage à essa designação judicial, isso porque, são sujeitos ativos na construção de suas trajetórias.

A MSE por se tratar de uma imposição, pode implicar no adolescente um sentimento de revolta ou de impotência, especialmente, quando se encontra cerceado total ou em parte de sua liberdade, vez que seus passos serão guiados por profissionais e terá toda a sua rotina previamente estabelecida (Medeiros e Paiva, 2021; Menezes e Moura, 2021). Nesses casos, poder-se-ia dizer que os adolescentes não demonstram engajamento com a medida socioeducativa, enxergando-a como um obstáculo aos seus planos de vida, ora, ilícitos. Ou ainda, enquanto fator de risco, pode ser um local de aperfeiçoamento e associação com os pares e, conseqüente, permanência na trajetória infracional.

Por outro lado, a prática profissional pode implicar em um comportamento aquiescente, seja por estar cansado da correria do dia a dia da dinâmica infracional, seja porque entende que merece ser responsabilizado por suas condutas ou até porque encontrou um espaço de escuta e de possibilidades²¹. Pode, também, permitir ao adolescente a formação de novos laços sociais bem como propiciar acesso a diversos espaços. Aqui já se percebe uma aderência à medida, de

²¹ Essas eram algumas das muitas frases ouvidas durante o atendimento que realizava quando da prática profissional.

modo que, o adolescente ou jovem cumpre as regras e elabora novos planos de vida, sendo então um fator protetivo (Silva, Ruzzi-Pereira e Pereira, 2013).

A priori, menciona-se que os processos de permanência e desistência estão diretamente interligados com a história de vida desses sujeitos, sobretudo, com os eventos e outras variáveis contextuais e socioeconômicas que estão vivenciando no momento. Merece ressaltar que esses processos não podem ser compreendidos na sua literalidade, ou melhor, interrupção ou continuidade conforme verbete do dicionário. Eis que, todo o contexto, as relações, o ambiente, os constrangimentos contínuos além de circunstâncias objetivas e subjetivas irão influenciar no processos de escolhas dos indivíduos (Lagares, 2015), sendo destacado o princípio da agência humana além da forma de interação desse indivíduo no ambiente (Sampson e Laub, 2005).

A desistência da conduta criminal, de acordo com Maruna (2001), deve ser entendida como “um processo de abstenção do crime entre aqueles previamente engajados em um padrão criminal sustentável” (*apud* Rolim, 2018, p. 830). Sobre a temática, Sampson e Laub, destacam que a desistência vai além da existência de laços sociais positivos, bem como a permanência é mais do que a existência de laços fracos, eis que, são processos complexos que perpassam pela interação do indivíduo com o ambiente além da tomada de decisões.

Portanto, o indivíduo desiste da continuidade do comportamento criminal na medida em que além de abdicar da prática de ato infracional, interrompe-a ao mesmo tempo em que adequa seu comportamento às expectativas sociais-normativas, conforme afirmado por Lagares, “O termo “desistência da conduta infracional” abrange não apenas a interrupção da execução dos atos infracionais, mas também, o processo de abandono do contexto ilícito em seu cotidiano” (2015, p. 346). Assevera-se que esse processo por ser complexo somente pode ser percebido ao longo do tempo.

Por outro lado, a permanência na conduta criminal caracteriza-se, essencialmente, pela continuidade da conduta infracional, de modo que, as condutas perpetradas pelos sujeitos consistem nas reiteradas práticas de atos infracionais, logo, na prática de comportamentos em desconformidade às expectativas sociais-normativas. Arrisca-se a dizer que adolescentes e jovens que se enquadram nessa permanência são aqueles que insistem neste estilo de vida, não cabendo nessa pesquisa a análise das motivações para tanto.

Retomando a questão da desistência, é importante dizer que se trata de um tema bastante recente e controverso, eis que não há evidências ou mensurações de como acontecem, motivo pelo qual, não são entendidos como eventos. Sobre isso Rolim afirma “Trata-se, antes, da ausência de eventos, do processo pelo qual alguém se afasta de certas práticas e decide construir

outros caminhos, o que coloca desafios também para uma definição social” (2018, p. 834). Em suma, a desistência configurando-se pela abstenção da prática de ato infracional não é, propriamente, a prática de uma conduta e, sim uma ausência dessa prática que somente é constatada ao longo do tempo, desse modo, é de difícil mensuração.

Por outro lado, algumas teorias apontam outros entendimentos sobre a desistência criminal, por exemplo, a teoria da estruturação de Anthony Giddens (Farral e Bowling, 1999), ou a teoria integrada de Farral e Bowling (1999) que fazem uma combinação das decisões individuais e condicionalismos estruturais-sociais. Menciona-se as teorias da associação diferencial de Erwing Sutherland e a do aprendizado social cunhada por Albert Bandura, ambas as teorias possuem a máxima de que os comportamentos são passíveis de aprendizado, logo, eles também podem ser desaprendidos.

Por conseguinte, Rolim destaca as teorias de reforma de maturação cerebral e a do vínculo social de Farrington, que aponta a força dos vínculos como importantes variantes que podem explicar melhor as mudanças de comportamento que implicam em comportamentos disruptivos da trajetória criminal (2018, p 833-836). Ou ainda, a partir de uma abordagem psicológica-desenvolvimental tem-se a teoria de redes de significações que enfatiza a interação do indivíduo-meio como produtor de significados no contexto em que se vive dando suporte à desistência (Rossetti-Ferreira e Silva, 2002). Diante de tantas possibilidades teóricas, não se tem a intenção de esgotá-las.

Acerca das possíveis variantes que podem implicar na mudança de comportamento e de vida, citam-se maioridade, casamento, paternidade/maternidade, mudança de território, perda de um ente querido, estudos e/ou aquisição de emprego, sendo esse último a variante que importa para essa pesquisa haja vista que “as correlações entre desistência criminal e emprego são muito fortes” (Rolim, 2018, p. 836), o que será analisada mais adiante.

Destina-se atenção especial ao fenômeno da desistência da trajetória infracional, pois, é através desta que se pode esperar a respeito de uma redução nos índices de apreensão por apuração de ato infracional e, especialmente, na redução dos índices de reiteração da prática de atos infracionais e melhoria da qualidade de vida de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Desse modo, “sustenta-se que o fenômeno da desistência pode ser amplamente estimulado com políticas públicas e programas específicos [...]” (Rolim, 2018), como é o caso de uma execução eficiente das medidas socioeducativas.

Ademais, para além de uma execução eficiente, é imprescindível um engajamento dos adolescentes e jovens ao que está sendo proposto para eles. Este engajamento, é tanto do

adolescente em relação à medida quanto dos profissionais que orientam estes sujeitos, como é o exposto por Reyes-Quilodran *et al*, 2022, o engajamento está ligado, também, ao bom relacionamento dos profissionais dessas instituições com os adolescentes, permeado pela escuta, pelo diálogo bem como pela referência de comportamento positivo. Para além disso, é imprescindível que estes sujeitos encontrem outras possibilidades quando do encontro com a liberdade.

Os autores, então, apontam a importância do empenho profissional como uma importante ferramenta para intervenção com os adolescentes e jovens infratores, de modo que, consigam refletir e interromper a trajetória infracional, sendo este último o elemento significativo para a aderência desses sujeitos à medida. Nessa seara, descrevem que a interação do profissional com o socioeducando influencia na sua concordância com as regras e diretrizes do cumprimento da MSE, além disso, destacam que a partir desse engajamento positivo é possível potencializar os recursos do jovem através da escuta e compreensão de seus dilemas.

Apesar de fugir do escopo dessa pesquisa, destaca-se a importância do profissional das instituições socioeducativas, ou seja, o papel desse como forma de engajar o adolescente no cumprimento da MSE's ao permitirem um espaço de escuta, de confiança para realização das intervenções e, conseqüentemente, o estabelecimento de laços sociais como forma de apoio e incentivo para que progridam por conta própria.

Para além do engajamento profissional, vale a pena citar outras variáveis possíveis para uma aderência à medida, como frequência escolar quando se encaixa nestes espaços, suporte familiar no cumprimento da medida socioeducativa, um acompanhamento regular em uma rede de saúde, a possibilidade de ampliação do repertório social-cultural além de uma boa convivência com os demais socioeducandos. Sendo que estes devem ser condizentes com a realidade social desses sujeitos, assim, defende-se, a priori, que a medida socioeducativa quando eficiente pode implicar no sujeito a vontade de mudança de comportamento, em especial, o desejo de romper com a trajetória infracional.

Em síntese, elencadas as considerações acerca dos possíveis fatores de permanência e desistência da trajetória infracional e sabendo que o eixo profissionalização é um dos mais bem trabalhados durante a medida socioeducativa, necessária se faz a compreensão se a profissionalização pode ser considerada como um possível *turning point* na vida desses sujeitos ou não passa apenas de uma profissionalização cerimonial.

3.2.5 Profissionalização no socioeducativo – um *turning point* ou uma profissionalização cerimonial?

A respeito de se considerar a MSE como um possível fator de ruptura da trajetória infracional, ou melhor, um *turning point* na vida do sujeito é preciso que ela seja suficiente e capaz de fazê-lo mudar seu curso de vida. A expectativa legal e normativa é a de que o indivíduo ao cumpri-la passe tanto por um processo de responsabilização e reeducação quanto por um processo de reflexão sobre a sua trajetória e escolhas de até então, de modo que, consiga elaborar novos planos de vida pautados na licitude.

Nesse sentido, a MSE dever-se-ia ser significativa suficientemente a fim de que o indivíduo reflita sobre a sua trajetória além de provocá-lo a mudar o seu curso de vida, mas, para isso é preciso que haja uma vinculação desse indivíduo com a medida. Assim, a partir de seus programas de ação tem como objetivo trabalhar diversos campos da vida do sujeito, especialmente, no campo da profissionalização de modo que o sujeito potencialize seus conhecimentos e práticas individuais para que consiga desenvolver e adentrar no mercado de trabalho.

Feitas essas considerações, cabe questionar se a profissionalização como uma atividade obrigatória, é entendida mais como uma oportunidade de mudança de vida ou como uma profissionalização cerimonial a partir da perspectiva de Hagan (*et al*, 1979). Isso porque, considera-se que os indivíduos são seres racionais e agentes de sua própria história, sendo que a vontade de escolher um novo curso de vida poderá surgir a partir do momento em que a MSE propicia este tipo de abertura e espaço ou poderá não desejar profissionalizar-se, mesmo assim irá fazê-lo porque é obrigatório.

Em relação a primeira perspectiva, os autores Oliveira *et al* (2019) destacam que o eixo profissionalização trabalhado na MSE, deve ter uma qualificação profissional atraente, pois, visa contribuir para aperfeiçoar as potencialidades dos adolescentes em conflito com a lei a ponto de mudar o curso de vida, vez que, ainda permanece a ideia do trabalho como recuperação e inclusão social. Por conseguinte, a formação profissional deve ser capaz de dialogar com os anseios e realidade social dos adolescentes em conflito com a lei (Instituto Sou da Paz, 2018, p.47).

Aduz-se, a priori, que o trabalho pode ser considerado um ponto de virada na vida do adolescente, pois, conforme pesquisa feita por Souza e Sales (2019) e por Jacobina e Costa (2007), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou egressos apresentaram

forte interesse pela profissionalização, pois, o trabalho na visão desses sujeitos é entendido como uma oportunidade de construção de identidade além da ressignificação e inclusão familiar e social. Seria uma oportunidade porque permitiria a construção e vinculação às novas redes de relações, uma mudança de papéis aliada à mudança da própria postura individual e de sua subjetividade.

Destaca-se o trabalho e/ou profissionalização que, como categoria social de suma importância para além da sociabilidade e inserção na estrutura social, é também um rito de passagem. Sobre isso, Narciso destacou que “ingressar no mundo do trabalho é um marco da passagem da juventude para a vida adulta, pois os jovens se sentem independentes e autônomos e essa sensação lhes confere uma responsabilidade relacionada à vida adulta” (2017, p. 59).

Nesse mesmo sentido, destacam as autoras Jacobina e Costa (2007) acerca da importância do trabalho como forma de ressocialização e adequação do comportamento às normas sociais. Ingressar no mundo profissional, então, para os adolescentes em conflito com a lei, além de proporcionar o reconhecimento individual enquanto ser responsável, ocupado e produtivo, também, implica em concluir que este readequou seu comportamento ao que é desejado socialmente, logo, interrompeu a trajetória infracional.

Para além das problematizações elencadas no capítulo anterior, cabe destaque acerca da importância que os operadores do direito e do sistema socioeducativo dão ao trabalho como elemento de sociabilização, bem como, uma categoria que liberta o indivíduo. Assim, a MSE de meio fechado enquanto uma instituição legalmente e juridicamente constituída somada ao seu fim socioeducativo tem como possibilidade a oferta de um espaço, em termos geográficos, bem como de tempo para propiciar momentos de reflexões acerca das escolhas, das histórias de vidas dos sujeitos. Dessa forma, operacionalizando na vida desses sujeitos um espaço de oportunidades e vinculação. Igualmente, este espaço e tempo, para além do controle, visa propiciar o estabelecimento de novos laços sociais e reforço de comportamentos positivos.

Portanto, a MSE pode permitir que estes sujeitos construam novas elaborações a partir dos recursos disponíveis, de modo que, possam interromper sua trajetória infracional, especialmente, através do investimento de seu tempo e formação especializada através da profissionalização. Se for este o caso, essa medida além de alcançar efetividade jurídica, legal e sociológica é, também, suficiente para ser um *turning point*, ou seja, é percebida como uma oportunidade de vida para estes sujeitos.

Por outro lado, partindo da ideia de que os adolescentes em conflito com a lei são seres racionais e protagonistas da própria história, poder-se-ia entender que o cumprimento desse

eixo poderia ser definida como uma profissionalização cerimonial, especialmente, para aqueles que não elaboraram novos projetos de vida e/ou pretendem continuar na trajetória infracional e o cumpriram apenas para agilizar o processo de encerramento da MSE.

É imperioso dizer que se considera a racionalidade como um conceito complexo e que pode variar de indivíduo para indivíduo. A racionalidade, então, é caracterizada pela capacidade de tomada de decisões baseada em critérios e cálculos racionais. No caso, o indivíduo irá decidir com base naquilo que for mais interessante e vantajoso para alcançar os fins pretendidos.

Aliada a essa definição, a profissionalização cerimonial, sob a perspectiva de Hagan (*et al*, 1979), pode ser definida como a realização de atividades e/ou cursos profissionalizantes ou até mesmo assinatura de contrato de trabalho somente como fins ritualísticos e simbólico sem qualquer resultado prático pretendido, por parte daqueles que os realizam. Em outras palavras, não há um verdadeiro sentido ou valor para o socioeducando a realização de determinada atividade, mas o faz porque, racionalmente, sabe que faz parte da tradição, bem como do processo de cumprimento de uma MSE além de ser um requisito obrigatório para a extinção dessa.

Desse modo, o socioeducando sabendo que para finalizar o cumprimento da MSE precisa tanto frequentar a escola quanto realizar curso profissionalizante, irá fazê-lo mesmo contra sua vontade, pois, seu objetivo é a extinção da medida. Isso acontece, pois, sabem que o Juiz irá considerá-lo responsabilizado e reeducado socialmente quando cumprir todos os requisitos estabelecidos legal-normativamente.

Logo, o adolescente adentrando no sistema socioeducativo e conhecendo as regras, irá adequar seu comportamento com base naquilo que for mais vantajoso para sua trajetória naquele ambiente. Sem vinculação com a equipe socioeducativa ou sem qualquer perspectiva de futuro e a fim de alcançar a liberdade rapidamente, o adolescente não pensará duas vezes antes de acatar as atividades que lhes oferecerem, já que, é dessa forma que conseguirá a passagem para voltar à antiga rotina. Caso seja essa a perspectiva, infere-se que a MSE não está sendo efetiva a ponto de ser um *turning point* no curso de vida dos adolescentes em conflito com a lei.

Em suma, ainda que se acredite socialmente que o trabalho liberta, ou melhor, que a profissionalização é uma boa oportunidade para a transição de seu curso de vida ao criar uma alternativa para ruptura da trajetória infracional e, que, apesar do cenário de crise no mercado de trabalho, será que os adolescentes em conflito com a lei têm essa crença ou se apenas

cumprem com uma profissionalização cerimonial, sendo o que se almeja desvendar ao longo da condução da pesquisa de campo.

Por fim, mesmo que possuam essa crença do trabalho como uma saída para a reinserção e reeducação social, será se não passa de uma promessa vazia e estes sujeitos passem de sonhadores a indivíduos frustrados?

4. OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar qual a percepção dos socioeducandos sobre o eixo profissionalização contemplado nas MSE's de meio fechado, em Belo Horizonte (MG).

4.2 ESPECÍFICOS

a) Compreender através de análise sistemática e crítica a relação entre juventude e mercado de trabalho a fim de identificar possíveis lacunas e oportunidades de futuras pesquisas.

b) Analisar como os adolescentes participantes da pesquisa têm lidado com o eixo profissionalização na MSE de meio fechado em Belo Horizonte afim de verificar se há uma aderência pelos socioeducandos; e

c) Sugerir novas possíveis ações que poderiam ser utilizadas para tornar o eixo profissionalização mais coerente à realidade destes adolescentes.

5. METODOLOGIA

A tese defendida é a de que existe uma dissonância entre o que é ensinado durante o cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado, no que tange à profissionalização, com o desejo e a realidade que esses indivíduos vivenciam. Dito isso, esta é uma pesquisa de desenho qualitativo e descritivo que constou de revisão integrativa da literatura e entrevistas.

Iniciou-se pelo levantamento de literatura para aprofundamento no referencial teórico já realizado, pela revisão integrativa seguido pela realização da pesquisa empírica de campo através da coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, de amostra por

conveniência, realizada na cidade de Belo Horizonte/MG. Para alcançar os objetivos, a condução deste trabalho ocorreu em duas etapas, que serão apresentadas em formato de tópicos.

No primeiro tópico serão expostos os achados da revisão integrativa referente a relação entre juventude e mercado de trabalho a fim de responder a seguinte pergunta de pesquisa: como se dá a relação da juventude com o mercado de trabalho? E mais, quais são os principais desafios enfrentados por estes jovens, sobretudo, daqueles egressos do sistema socioeducativo ao ingressar no mercado de trabalho?

Já no segundo tópico, trata-se da pesquisa de campo que busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a percepção que os socioeducandos e egressos têm acerca da profissionalização executada durante o cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado? Assim, mediante dados coletados e a partir do referencial teórico do curso de vida reflete-se, de forma exploratória, sobre as trajetórias dos adolescentes e jovens entrevistados até o momento em que se encontravam.

Para compreender suas trajetórias, tentou-se elencar os principais eventos e significações que construíram ao longo de suas vidas a fim de tentar compreender de que forma estes acontecimentos impactaram suas escolhas até então. Essa construção da história de vida se mostra fundamental para compreender a percepção que os participantes possuem acerca da profissionalização executada durante o cumprimento da MSE de meio fechado. Dito isso, a seguir mostrar-se-á o caminho realizado em cada uma das duas etapas.

5.1 JUVENTUDE, MERCADO DE TRABALHO E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

A revisão integrativa de literatura se mostrou interessante na medida em que visava-se conhecer os estudos da temática e compreender quais eram as particularidades, desafios e limites no mercado de trabalho. Essa revisão segundo Whitemore e Knafl (2005) é um método de pesquisa que permite a coleta, sistematização e análise crítica de documentos mediante combinação de diversas metodologias, ou seja, tanto de estudos empíricos quanto teóricos a partir de uma metodologia sistemática. No caso, essa metodologia possibilitou uma compreensão abrangente de fenômenos específicos, eis que, através dessa coleta foi possível conhecer pesquisas anteriores, inclusive, permitiu identificar possíveis lacunas e oportunidades de pesquisas (Botelho, Cunha e Macedo, 2011).

Conforme Botelho, Cunha e Macedo (2011) para a realização da revisão integrativa, que acontece em seis etapas inicia-se pela: 1) identificação do tema e elaboração de uma pergunta de pesquisa; 2) estabelecimento de critérios predeterminados de inclusão e exclusão; 3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) categorização dos estudos selecionados; 5) análise e interpretação dos resultados e; por fim 6) síntese da pesquisa que consiste na apresentação dos resultados e do caminho metodológico realizado para fins de posterior reprodução.

Foi estabelecido o marco temporal para a revisão desta seção a partir da reforma trabalhista (Lei nº 13.467²²) datada de julho de 2017 passando a vigorar somente no dia 11 de novembro de 2017. Essa reforma provocou mudanças significativas no mundo do trabalho, tais como, aumento da jornada de trabalho, flexibilização dos intervalos intrajornada, ampliação da possibilidade de terceirização ou de contratação de autônomos sem vínculo empregatício, implicando em uma redução de direitos e garantias dos empregados (Santos e Coelho, 2023; Guimarães Junior e Silva, 2020). Portanto, acredita-se que o ano de 2018 seria o mais apropriado para compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, uma vez que a lei passou a vigorar somente no final do ano de 2017, desse modo, foram selecionados estudos publicados nos anos de 2018 a 2023.

Feitas essas considerações, para a concretização dessa revisão de literatura, as buscas foram realizadas em 02 bases de dados bibliográficos: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) por serem bases de abrangência nacional, além disso, ambas as bases reúnem os artigos publicados nos periódicos melhor classificados pela CAPES, que foram submetidos a revisão por pares e que tratam da realidade brasileira que é o objetivo dessa revisão. Assim, a partir das perguntas anteriormente propostas, estabeleceu-se a combinação dos descritores “juventude” e “mercado de trabalho”. Na primeira busca nessas plataformas foram encontrados o total de 320 documentos, sendo 272 na CAPES e 48 no SciELO.

Ressalva-se que se tentou ainda combinar com o descritor “socioeducativo”, sendo que ficou demasiadamente restrito resultando apenas três resultados (dois artigos e uma dissertação) no Portal Periódico da CAPES e nenhum resultado na SciELO, motivo pelo qual optou-se por utilizar apenas os dois primeiros termos para o título, resumo e/ou palavras-chave para uma revisão mais abrangente.

²² Essa lei fez alterações pontuais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Na segunda etapa, selecionou-se os documentos que preenchessem os seguintes requisitos: a) ser artigo; b) publicados nos anos de 2018 a 2023; c) o texto deve estar disponível, em português ou inglês ou espanhol e; d) que tratassem do mercado de trabalho como um todo. Em consonância aos critérios estabelecidos, os resultados que estivessem em língua estrangeira diversa da mencionada ou que não tivessem correlação com a temática foram excluídos da pesquisa. Finalizada essa exclusão em cada base de dados fora encontrado o total de 104 resultados na CAPES e 13 na SciELO.

Na terceira etapa, optou-se por ser mais criterioso em relação aos critérios de inclusão e exclusão, assim, como critérios de inclusão os artigos deveriam: a) estar na versão completa e online nas bases de dados selecionadas; b) focar no cenário brasileiro devido as particularidades econômicas e sociais do país e; c) possuir correlação com a temática. Para realização dessa etapa, exportou-se os resultados em formato CSV ou BibTeX e, após os resultados foram exportados para a plataforma EXCEL a fim de fazer a triagem dos estudos. Assim, feita a análise dos títulos, resumos e palavras-chaves, constatou-se duplicatas que foram imediatamente eliminadas e, posteriormente, foram selecionados aqueles que preenchessem tanto os critérios de inclusão e ao mesmo tempo pudessem responder à pergunta de pesquisa.

Assim, nessa etapa, foram encontrados o total de 15 artigos na CAPES, sendo que do total encontrado após primeiro filtro: 11 artigos não estavam disponíveis da base de dados, 48 eram de temáticas diversas, 12 eram duplicidades e 18 referiam-se a contextos internacionais. Já na base de dados SciELO foram selecionados 07 artigos, sendo que outros 06 eram de temáticas diversas. Resultando-se em 22 artigos que foram lidos na íntegra.

Por fim, um último filtro fora realizado após leitura na íntegra e foram excluídos aqueles que não apresentavam pertinência com a proposta dessa seção que, em sua maioria, tratava do aspecto da juventude com a educação, da estrutura curricular ou de juventude correlacionada com outras temáticas. Logo, chegou-se a um conjunto de: 14 documentos, sendo 10 artigos do Portal da CAPES e 04 artigos da SciELO que foram utilizados para a revisão integrativa realizada.

5.2 PESQUISA DE CAMPO: AS VOZES DOS SUJEITOS

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, no princípio, havia-se proposto a realização de entrevistas episódicas (Flick, 2013) com os adolescentes vinculados e/ou

acompanhados pelo programa Se Liga²³ - Programa Estadual de Acompanhamento ao Adolescente Desligado das Medidas Socioeducativas de Internação ou Semiliberdade em Minas Gerais pertencente ao Instituto Elo²⁴. O “Se Liga” é um programa de adesão voluntária e tem como objetivo acompanhar adolescentes e/ou jovens recém desligados das MSE’s de meio fechado vinculados à SUASE.

A escolha do Se Liga se deu por ser um programa de proteção e assistência social, que orienta e acompanha o reencontro do adolescente em conflito com a lei com a liberdade. É, então, um programa capaz de acolher o adolescente, seus impasses e suas escolhas além de permitir sua proteção quando deparado com a finalização da MSE e, conseqüente, liberdade plena²⁵ por um período máximo de 01 (um) ano contado a partir de sua inclusão. Portanto, é um programa capaz de dar suporte à trajetória do adolescente e/ou jovem após o cumprimento de MSE de meio fechado. Sendo esse um dispositivo que permitiu o acesso a esses adolescentes e/ou jovem além de ter feito a mediação entre a pesquisa, pesquisadora e os participantes.

Inicialmente, optou-se por acessar os adolescentes e/ ou jovens através desse programa, no qual seriam entrevistados adolescentes de qualquer gênero a partir de 16 anos até os 21 anos, que estivessem vinculados ao programa Se Liga ou que, ainda que não vinculados, tenham tido algum atendimento com a equipe técnica, sendo essa uma amostragem intencional haja vista a seleção da composição da amostra a partir do local em que seria possível coletar dados relevantes em relação à pergunta de pesquisa (Yin, 2016, p. 79).

Ressalta-se que para serem acompanhados pelo programa, além do vínculo precisam possuir estruturas (financeiras e/ou familiares) para acessarem este tipo de apoio. O Se Liga oferta ajuda de custeio de transporte ou de matrícula em cursos, no entanto, trata-se de recursos limitados o que demanda que o interessado seja proativo e persistente para ter acesso, logo, este programa pode deixar de servir àqueles que estão em condições de maior vulnerabilidade. Desse

²³ É um programa de acompanhamento aos egressos das medidas socioeducativas de meio fechado criado no ano de 2010. Este programa faz parte de um conjunto de ações criados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública por meio da Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) com atenção na mediação dos fatores sociais relacionados à violência e à criminalidade. Mais informações disponíveis em: <https://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/659733b3a3d46bbd595317543862a99a.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2023.

²⁴ Este instituto é uma associação privada sem fins lucrativos sendo qualificada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (em 2005) e pelo Governo Federal (em 2006) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

²⁵ Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Medidas socioeducativas. Publicado em 04 de Março de 2020. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3074-programa-se-liga>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2023.

modo, pode-se dizer que, em tese, os participantes do programa podem apresentar um resultado mais favorável se comparado com os adolescentes e/ou jovens egressos em geral²⁶.

Apesar dessa constatação, embora não representem a totalidade, é importante olhar para esse grupo, pois, passar pelo acompanhamento do programa Se Liga, implica em compreender que o adolescente e/ou jovem concluiu a MSE alcançando todos os eixos previstos no SINASE, isso porque, somente podem ser vinculados ao programa os adolescentes egressos das MSE de internação e de semiliberdade, que morem na capital ou nos municípios de Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Sete Lagoas e Vespasiano. Isso significa que estes estão em um processo avançado de profissionalização, eis que, para finalizar a MSE o adolescente ou jovem tem que ter realizado curso profissionalizante ou até mesmo ter tido algum contrato de trabalho, portanto, considera-se que estão em um estágio mais elevado de amadurecimento e responsabilidade.

Após aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP), registrado sob o número de CAAE 69881123.7.0000.5149, de parecer sob o número 6.130.020 aprovado em 20 de junho de 2023, esta pesquisadora entrou em contato com o Núcleo de Pesquisa e Extensão – NuPE pertencente à SEJUSP, sendo que a solicitação da pesquisa foi encaminhada à Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade – Supec e, após o trâmite administrativo, foi autorizada a entrada no campo.

Em seguida, foi feito contato com a coordenação e gestão do programa Se Liga e apresentação da pesquisa para toda a equipe do programa através de uma reunião *online*. Na reunião foi mencionada a importância do programa Se Liga ser visto, inclusive, como um objeto de pesquisa, especialmente, para romper com a ideia de que o programa faz o encaminhamento profissional, destacando que a atuação do Se Liga é mais abrangente. Apesar deste apontamento, foi dito que as maiores demandas dos adolescentes e/ ou jovens acompanhados são por emprego, apesar destes não entenderem as dimensões legal e burocráticas envolvidas e que perpassam a dinâmica do mercado de trabalho. Essa demanda dá-se em razão de desejarem ter uma renda, ainda que, nem sempre seja satisfatória. Após a reunião, ficou combinado que a equipe se reuniria para pensar em possíveis nomes de participantes e repassar o convite²⁷.

²⁶ Ribeiro, Ludmila e Oliveira, Valéria. Reincidência e reentrada na prisão no Brasil. Instituto Igarapé - artigo estratégico 56 | abril 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Reincidencia-e-reentrada-na-prisao-no-Brasil.pdf>. Acesso em 20 de dez. 2023.

²⁷ Foi feito um convite em formato virtual, pela pesquisadora, contendo um breve texto sobre a pesquisa além de convidar para participar da entrevista.

Ato contínuo, foi realizada uma seleção prévia pela equipe de possíveis participantes para repassar o convite, caracterizando-se uma amostra intencional, não aleatória e potencialmente enviesada. Em relação a essa lista, questionou-se como a equipe selecionou estes nomes e foi informado que eram aqueles que a equipe acreditava que estavam em um bom momento para participação da pesquisa, sobretudo, por estarem trabalhando ou com interesse pela entrada no mercado de trabalho. Reforçou-se que, apesar do estudo englobar o eixo profissionalização, os critérios estabelecidos pela pesquisadora seriam todos aqueles que eram acompanhados pelo programa e que preenchessem o critério de idade.

No caso, solicitou-se essa lista para identificar quantos adolescentes foram convidados e suas motivações. A lista continha 11 adolescentes, sendo que 03 aceitaram o convite e os demais apresentaram como principais motivações para recusa: incompatibilidade de horário devido ao trabalho, dificuldade de deslocamento ou nem responderam ao convite feito pela equipe no WhatsApp. Em relação à incompatibilidade de horários ou à dificuldade do deslocamento, foi sugerida a entrevista de forma virtual ou na proximidade da residência e, mesmo assim, não obtivemos retorno. A equipe ressaltou que apesar da juventude ter mais facilidade com a tecnologia, trata-se de uma juventude periférica e com vulnerabilidades que, inclusive, perpassam pela tecnologia. Mesmo após mobilização tanto da equipe quanto da pesquisadora, foi informado que esgotaram as possibilidades de entrevistas ante o desinteresse dos jovens.

Ultrapassadas essas questões de possíveis nomes, iniciou-se a pesquisa de campo no princípio de setembro sendo entrevistados os três adolescentes que estavam prontamente disponíveis (Yin, 2016, p. 79), logo, uma amostragem por conveniência. Cabe mencionar que a equipe do programa aproveitava o agendamento que tinham com os adolescentes para estarem fazendo o convite da pesquisa e, imediatamente após a confirmação do interesse dos participantes, a pesquisadora era comunicada via ligação ou mensagem por WhatsApp da possibilidade de entrevista e se deslocava até a sede para fazer o convite formal e proceder com as entrevistas.

Acrescenta-se que além destes entrevistados, um quarto adolescente tinha manifestado interesse em participar, porém, após leitura do TCLE pediu desculpas e informou que não desejaria prosseguir, pois, contar a história de vida é algo que o faria chorar e não desejava fazê-lo na frente da pesquisadora.

Importante salientar que, durante o período da entrada em campo, a sede do programa estava de mudança de endereço o que impactou significativamente na mobilização de possíveis

participantes para a pesquisa, eis que, para além do convite de participação na pesquisa a equipe teve que se movimentar para sensibilizar os adolescentes acerca da mudança de endereço, de modo que, não perdessem o vínculo ao programa.

Diante dos entraves apontados e da impossibilidade de completar o quantitativo de entrevistas inicialmente propostas (10 participantes), foram recrutados os participantes do grupo de pesquisa do qual faço parte como pesquisadora voluntária. O grupo de pesquisa “Trabalho infantil e tráfico de drogas: entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte” trata-se de uma pesquisa encomendada pela Diretoria de Prevenção à Criminalidade (DCRI) da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Belo Horizonte (SMSP/PBH) ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) e ao Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS/UFMG), sob a coordenação da professora e pesquisadora Andréa Máris Campos Guerra. Pesquisa esta que foi autorizada pelo Dr. Afrânio José Fonseca Nardy, juiz titular da Vara Infração da Infância e Juventude de Belo Horizonte/MG e pela Núbia Vieira de Souza, assessora chefe da Subsecretaria de atendimento socioeducativo através do Memorando SEJUSP/SUASE n.º 1184/2023.

Em suma, essa pesquisa visa conhecer toda a dimensão do fenômeno do trabalho infantil no tráfico de drogas, seus desafios e impasses e foi dividida em dois momentos: o primeiro deu-se a partir de entrevistas e grupos de conversação em três escolas da regional Leste (Alto Vera Cruz, Granja de Freitas e Taquaril) com estudantes previamente selecionados pela instituição e devido ao fato de possuírem um perfil diferente não foram aqui considerados, no caso, eram estudantes de escolas municipais que não tinham passagem pelo sistema de justiça juvenil e nem pelo sistema socioeducativo; e o segundo momento, sendo o relevante para o presente trabalho, foram entrevistados adolescentes e/ou jovens que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado devido à prática do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, sendo que foi possível realizar as entrevistas nos Centros Socioeducativos (CSE's) Horto, Lindeia, Santa Clara, São Jerônimo e na Casa de Semiliberdade (CSL) Letícia, entre os meses de novembro 2023 e janeiro de 2024.

Acrescenta-se que, apesar dos adolescentes recrutados possuírem perfil relacionado à prática de ato infracional específico, o que era irrelevante para esse estudo, entendeu-se a partir das entrevistas realizadas que os participantes forneciam elementos importantes de análise que correspondiam à proposta inicial. Cabe mencionar, ainda que, a realização de entrevistas com adolescentes e/ou jovens dentro de uma instituição fechada pode ter como principal desvantagem a possibilidade de uma fala direcionada a responder positivamente ou até mesmo

omitir informações em virtude de associar a conversa com a pesquisadora como uma das atividades inerentes ao cumprimento da MSE e que poderia, de certa forma, contribuir ou prejudicar o seu cumprimento.

Feitas essas considerações, foram entrevistados 10 adolescentes que estavam em cumprimento de medida de internação e 02 que estavam em cumprimento de medida de semiliberdade.

Sendo assim, participaram da pesquisa 15 adolescentes. Desse total de participantes, é imperioso ressaltar que 13 eram do sexo masculino, 1 do sexo feminino e 1 era homem trans.

Ademais, não foi autorizado o acesso a documentos e/ou prontuários dos participantes, vez que, a autorização restringia-se apenas a realização das entrevistas.

No tocante ao método de coleta, as entrevistas episódicas se mostraram uma abordagem interessante quando se almejava a combinação do estímulo narrativo através de perguntas e respostas com a narração das histórias de vida dos entrevistados. Essa metodologia considera a experiência dos entrevistados sob a forma de conhecimento narrativo-episódico e semântico (Flick, 2013, p.117), de modo que, esses possam utilizar suas próprias palavras e significações para responder as temáticas apresentadas a fim de se compreender a perspectiva que dão a certos eventos de suas vidas (Yin, 2016, p. 120).

Para estas entrevistas, realizadas face a face, foram elaboradas perguntas além de estímulos narrativos dos entrevistados acerca da trajetória de vida, dos seus projetos, de suas experiências laborativas e percepções pessoais acerca do eixo profissionalização bem como sua aderência às medidas socioeducativas de meio fechado. Especialmente, em relação aos participantes recrutados pelos grupos de pesquisas, adentrou-se mais na dinâmica do tráfico de drogas. Portanto, não foi roteiro rígido e, sim em um modo conversacional por meio de um protocolo de entrevista, caracterizado por uma seleção a priori de perguntas que foram feitas conforme a dinâmica da entrevista (Yin, 2016, p. 119-124).

Antes de iniciar as entrevistas, foi lido e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), conforme o caso. Sendo disponibilizada uma via para o participante e uma ficou retida com a pesquisadora. Este momento inicial se resumiu tanto na leitura do termo quanto na explicação dos objetivos, benefícios e riscos da pesquisa. Também, foi explicado sobre o consentimento voluntário além da preservação da identidade dos entrevistados, sendo que todos eles receberiam um nome fictício.

As entrevistas foram gravadas em áudio em aparelho telefônico e/ou gravador, com exceção de duas. Uma dessas entrevistas era a primeira a ser realizada em uma unidade socioeducativa de internação e não foi autorizada a gravação com o celular, sendo que se não tinha em mãos um gravador disponível naquele momento. Após essa experiência foi providenciado um gravador para ser utilizado em entrevistas posteriores. Enquanto na segunda o participante não autorizou a realização da gravação da conversa. Em ambos os casos, tentou-se anotar informações em um papel e caneta que foram fornecidos e, logo após o término das entrevistas foram realizados relatos gravados no aparelho telefônico que tentou recuperar o máximo de informações produzidas no diálogo realizado.

Importante ressaltar que somente nas entrevistas realizadas dentro das unidades socioeducativas de internação masculinas, local em que era proibida a entrada de aparelho telefônico, tinha-se um agente de segurança socioeducativo do lado de fora da sala, o qual passava de tempos em tempos olhando pela pequena janela de vidro que dava visão para a sala onde as entrevistas eram realizadas. Já nas unidades socioeducativas de semiliberdade e na unidade socioeducativa de internação feminina, a vigilância era mais suave, inclusive, tendo sido possível a gravação das entrevistas por aparelho telefônico.

Salienta-se ainda que como essas entrevistas eram oriundas do um grupo de pesquisa, tinham-se outros pesquisadores que também estavam realizando entrevistas com outros participantes. No entanto, aqui foram utilizadas somente as entrevistas em que estive presente como pesquisadora e, por vezes, algumas delas foram realizadas em conjunto com outros pesquisadores tendo em vista que no dia eram poucos participantes. Nesses casos, foi decidido realizar entrevistas em dupla de pesquisadores. Já dentro da instituição Se liga, não havia qualquer tipo de vigilância, sendo que as entrevistas se deu somente com a participação da pesquisadora e do participante.

Em suma, coletou-se 15 entrevistas no total, sendo três adolescente/jovens que eram egressos do sistema socioeducativo, doze adolescentes/jovens em cumprimento de MSE de meio fechado na capital, sendo dois em cumprimento de semiliberdade e dez em unidade de internação. Para melhor visualização dessas entrevistas foi elaborado um quadro sintetizando-as, contendo o nome fictício do(a) adolescente e/ou jovem entrevistado(a), o tempo de duração da entrevista e o tipo de instituição em que estava vinculado(a).

Tabela 1 - Síntese dos participantes entrevistados

Nome fictício	Duração da entrevista	Instituição/ informações complementares
Alan	20:48	Se Liga
Bob	46:57	Se Liga
Jimi	22:45	Se Liga
Brian	Aproximadamente 30 min.	CSE/ em conjunto com outro pesquisador e não foi possível gravar por circunstâncias alheias
Tom	51:33	CSE/ em conjunto com outro pesquisador
Chico	37:59	CSE
Jorge	50:27	CSE/ em conjunto com outro pesquisador
Elza	35:51	CSE/ em conjunto com outro pesquisador
Milton	41:43	CSL
Mozart	45:49	CSL
Belchior	22:01	CSE
Beethoven	Aproximadamente 15 min.	CSE/ não autorizou a gravação da conversa
Bach	39:25	CSE
Johann	08:12	CSE/ interrompeu a entrevista após 08 minutos para poder jogar ping pong.
Chopin	53:09	CSE

Fonte: elaboração própria

É imprescindível dizer que essa coleta de dados realizada a partir da conjugação de adolescentes e/ou jovens egressos do sistema socioeducativo, bem como aqueles que estavam inseridos nesse sistema foi imprescindível para compreender o panorama geral do histórico de vida, além de evidenciar as expectativas dos entrevistados em relação à medida socioeducativa e à profissionalização. Inclusive essa coleta foi importante para contrastar os pensamentos de quem estava em cumprimento de medida daqueles que eram egressos do sistema.

Passada a coleta de dados, o material coletado por meio das entrevistas foi transcrito através da plataforma *Reshape*, sendo necessárias correções manuais pela pesquisadora a fim de preservar as falas dos participantes, inclusive, os termos coloquiais e as gírias utilizadas. Aliada a esta correção, simultaneamente, foi feita uma análise prévia do conteúdo das falas para identificação de categorias-chaves a partir da teoria estudada, qual seja, curso de vida. Em seguida, as transcrições foram exportadas para o software de análise de dados *Atlas.ti* para uma análise detalhada do conteúdo coletado.

Nesta plataforma, as transcrições foram decompostas em partes para serem codificadas manualmente e, posteriormente, foram agrupados em grupos de códigos e, enfim, feita a análise da combinação de códigos para utilização da técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin (2004), na modalidade temática. A análise de conteúdo mostra-se capaz de explicar o contexto daquilo que foi narrado, ou melhor, a expressão do indivíduo de como se desenrolou o cumprimento da medida socioeducativa e quais eram as suas expectativas, logo, dá-se o enfoque na compreensão dos dados coletados. Esse método permite compreender os adolescentes, os atores (in)diretamente envolvidos e o ambiente socioeducativo num momento determinado, como contributo das partes observáveis (Bardin, 2004, p. 38).

A decomposição das transcrições em partes menores foi imprescindível para o processo de codificação e, em seguida, viabilizou a categorização.

Nesse sentido, almejou-se categorizar partes do texto que se repetiam a fim de atribuir uma expressão para representá-las (Caregnato e Mutti, 2006). Assim, “visa o conhecimento das variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc. por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (Bardin, 2004, p. 39), sendo, então, um recurso interessante para compreender as significações atribuídas as trajetórias, eventos e desejos do(a) adolescente e/ou jovem em comparação com a previsão legal e realidade social desses adolescentes/jovens.

Para tanto, as entrevistas foram recortadas em categorias temáticas (semânticas) para compreensão das significações daquilo que foi dito e, posteriormente, foram comparadas para

encontrar semelhanças e diferenças entre as trajetórias, eventos e desejos dos adolescentes entrevistados, que serão mais bem analisadas no capítulo subsequente (6.2).

Por conseguinte, o grupamento de códigos foram correlacionados às categorias-chaves que foram sistematizadas conforme recorrência temática: eventos importantes e possíveis *turning point*; família e vínculos sociais; escola; cultura, esporte e lazer; saúde e uso de drogas; religião e Deus; ato infracional, arma e estigmas; MSE e cursos profissionalizantes; polícia, justiça e Estado; Se Liga; trabalho, tráfico de drogas e dinheiro; e por fim, sonho e futuro. Agrupou-se os segmentos das entrevistas comparando-os a fim de encontrar semelhanças e diferenças, além de selecionar os trechos mais significativos e que pudessem, de alguma forma, responder à pergunta de pesquisa.

A partir dessa combinação, percebeu-se que alguns códigos se enquadravam em mais de uma categoria-chave, bem como, houve recorrência de alguns códigos que foram desconsiderados por não responderem à pergunta de pesquisa, tais como, “violência policial”, “ganho financeiro”, “rotina do tráfico”. Outrossim, acrescenta-se que a categoria-chave “tráfico de droga” apesar de ser mais ampla que a pergunta de pesquisa foi mantida porque os adolescentes consideravam-no como uma opção viável de trabalho e obtenção de renda. Assim, a partir do estudo dos códigos e, conseqüente, análise realizada foram selecionadas “falas” dos documentos que pudessem responder a proposta da pesquisa a partir da teoria estudada.

Ressalta-se que somente foram exportadas as entrevistas que foram gravadas, sendo que as duas entrevistas que não foram gravadas foram consideradas somente no momento da análise a fim de evitar transcrições e/ou codificações enviesadas por parte da pesquisadora. Optou-se por manter os dados reduzidos a termo destas duas entrevistas porque apresentavam, explicitamente, a percepção dos adolescentes em relação à MSE e ao curso profissionalizante. Por fim, apresentados metodologicamente a pesquisa, a seguir passa-se à análise dos resultados e discussão.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 JUVENTUDE E TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Na intenção de aprofundar a discussão acerca da temática: sistema socioeducativo e a profissionalização foi realizada uma revisão integrativa da literatura acerca da relação entre juventude e mercado de trabalho, como já mencionado no tópico 5.1. Pretendeu-se verificar se

existe ou não uma dissonância entre os discursos e prática institucional socioeducativa e a inserção dessa juventude no mercado de trabalho, principalmente, devido ao fato de que essas práticas colocam bastante peso na profissionalização dos socioeducandos como uma das formas de reeducação e reinserção social.

Convém destacar que especificamente em relação à inserção profissional os autores Moraes e Rocha-de-Oliveira (2019) já realizaram uma análise bibliométrica e a partir dos estudos concluíram que abordando a ideia de inserção profissional como inclusão, tinha-se distintas abordagens. As principais temáticas foram em relação às experiências de estágios e o primeiro emprego dos jovens, bem como, os diferentes aspectos individuais, institucionais e sócio-históricos que perpassam suas vidas. A partir dessa leitura, o enfoque a ser dado nessa revisão perpassa pela discussão da mudança de contexto no mercado de trabalho, em termos de habilidades requeridas, barreiras para o ingresso além das situações de desemprego e vulnerabilidade que a juventude vivencia cotidianamente.

Antes de adentrar na temática proposta, insiste-se em justificar a escolha do termo “juventude”. Apesar dessa pesquisa ter como objeto de estudo socioeducandos ou egressos do sistema socioeducativo, optou-se por utilizar o termo “juventude”, eis que, este termo abrange uma faixa etária maior, na qual é possível incluir tanto adolescentes quanto jovens adultos.

No Brasil, segundo o ECA, o termo “adolescente” refere-se apenas àqueles que possuem entre 12 e 18 anos de idade incompletos²⁸. Por outro lado, o termo “jovem”, conforme classificação das entidades da Organização das Nações Unidas, é aquele que possui entre 10 e 24 anos (UNVPA, 2010), no entanto, no Brasil conforme Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852)²⁹ e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é considerado jovem aquele com idade compreendida entre os 15 e 29 anos. Desse modo, a adoção de uma faixa etária mais ampla se mostra mais condizente com o objeto de estudo já que a medida socioeducativa pode ser cumprida até os 21 anos conforme o ECA^{30 31}.

Para além destes marcos numéricos, em termos gerais, “juventude” trata-se de uma categoria social e historicamente construída, ou melhor, uma fase da vida ligada ao contexto social, cultural, político e econômico relevantes (Boghossian e Minayo, 2009; UNVPA, 2010;

²⁸ Art. 2º do ECA: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

²⁹ Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, Art. 1º, § 1º: “Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

³⁰ Art. 2º, parágrafo único: “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.”

³¹ Art. 121, § 5º do ECA: “A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.”

Moraes, Costa e Helal, 2023; Gonçalves e Rangel, 2022). Engloba a transição da fase infantil para a fase adulta, momento em que passa a desenvolver habilidades, adquirir responsabilidades além de uma construção de identidade e assunção de papéis sociais (UNVPA, 2010; Campos e Reis, 2020).

Assim, em um contexto mais amplo, pode-se argumentar que a noção de juventude diz respeito a uma categorial social, a uma fase específica do ciclo de vida, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância de circunstâncias sociais e culturais distintas que facilitam a integração destes indivíduos na sociedade (Boghossian e Minayo, 2009; Campos e Reis, 2020³²; Theis *et al*, 2018).

Nessa seara, afirma-se que não há uma definição rígida ou homogênea para o termo “juventude”, sendo que a lente utilizada neste capítulo a fim de delimitar o marco teórico, será considerar aqueles que possuem entre 12 e 29 anos de idade. Ademais, está se falando de mercado de trabalho e profissionalização que são questões que englobam ambas as faixas etárias (adolescentes e jovens adultos), logo, conclui-se que este é termo mais adequado para a revisão que se propõe nesta seção.

A juventude desempenha um importante papel no mercado de trabalho afetando não só a economia, mas também a dinâmica social. Esse papel é significativo pois, popularmente, considera-se que a juventude é aquela capaz de trazer inovação, eis que, possui mais energia, está mais motivada e criativa (Theis *et al* 2018). Dito isso, é interessante englobar essa juventude nos setores sociais, motivo pelo qual é constantemente objeto de estudos (Sousa, 2022; Narciso, 2017; Cardoso, 2013; Oliveira, 2018b) a fim de nortear políticas públicas para uma melhor inserção desse público no mundo do trabalho.

Em relação ao termo “mercado de trabalho”, em concordância com o afirmado pelos autores Theis *et al* (2018, p. 200) pode-se dizer que o modo de produção do sistema capitalista provocou a formação de dois lados, aqueles detentores das ferramentas produtivas e aqueles que tinham sua força de trabalho para vender. Assim, entende-se como mercado de trabalho a troca da força de trabalho pelo uso das ferramentas produtivas, ou melhor, seria toda atividade relacionada à troca de trabalho por uma recompensa financeira ou auferimento de benefícios em virtude do que foi feito. Logo, trata-se de interações complexas entre indivíduos dentro de

³² Os autores destacam, ainda que, a partir de sua pesquisa que alguns autores trabalham em cima de uma dimensão multifacetada da juventude, motivo pelo qual, alguns utilizam o termo no plural a fim de destacar suas multiplicidades.

um contexto econômico e social, no qual, para sobreviverem e terem acesso aos bens de consumo, os indivíduos recorrem a esse mercado.

De acordo com Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021, p.10) a inserção no mercado de trabalho é algo que acontece de forma bem independente e particular, marcada por experiências distintas na vida de cada jovem. Embora seja uma experiência única, pode-se encontrar semelhanças que podem ser observadas entre os jovens que compartilham das mesmas realidades econômicas e sociais.

A temática mostra-se imprescindível, pois, há uma gama de diversidade de formas de trabalho vivenciadas (ou não) pela juventude. Além disso, as reformas trabalhistas aliadas à crescente precarização do mercado de trabalho mostram-se um fenômeno complexo e multifacetado que transcende as fronteiras políticas e econômicas para se entrelaçar com questões sociais e estruturais. Nessa seara, a relação entre as condições laborais precárias bem como o contexto social brasileiro, especialmente, para jovens que passam ou passaram pelo sistema socioeducativo, é uma área crucial que merece ser cuidadosamente estudada. Isso porque “o processo de inserção no mercado de trabalho e as experiências laborais estão imbricados nas suas trajetórias pessoais e escolares e no delineamento de projetos de vida” (Correa e Cunha, 2023, p.10).

Apesar de reconhecer a importância da juventude no mercado de trabalho, convém destacar que essa parcela populacional encontra obstáculos específicos neste meio, incluindo, mas não se limitando ao desemprego, baixos rendimentos, ausência de experiência anterior, instabilidade profissional, insegurança econômica e incerteza no futuro (Carmo e Matias, 2019; Campos e Reis, 2020). Theis *et al* (2018) destaca que “As políticas neoliberais e a reestruturação produtiva a partir da década de 1990 contribuíram, sobremaneira, para a redução de oportunidades para os jovens no mercado de trabalho” (p.201), motivo pelo qual a juventude é que mais sofre com essas barreiras impostas pela política e pelo atual sistema econômico.

A juventude que tem uma relação bem particular e necessária de consumo tanto para satisfação de desejo particular quanto para construção de identidade, tem entrado cada vez mais precocemente no mercado de trabalho de forma precarizada, vez que, está disposta a aceitar qualquer tipo de emprego e mesmo assim vivencia situações de dificuldades materiais, conforme destacado por Lima e Sales (2022):

A procura das juventudes por fontes de renda se relaciona com aspectos da cultura juvenil, na qual o consumo de determinados bens e o acesso a determinados espaços são fatores fundamentais para a construção e a afirmação das identidades. Além disso, é incontornável pensar que, cada vez

mais cedo, os jovens das classes populares são obrigados a contribuir com a renda familiar, já que o poder de compra está diminuindo e a capacidade de sustentação da vida material através do custeio de necessidades básicas (alimentação, saneamento básico, eletricidade e conexão à internet) é um desafio constante para a maioria das famílias brasileiras (p. 138-139).

Ademais, os autores Pereira e Oliveira (2019) fizeram entrevistas com egressos de cursos técnicos e constataram que existia uma expectativa de que a conclusão de um curso do Pronatec viabilizaria a entrada no mercado de trabalho, outrossim, os entrevistados relataram barreiras de acesso ao mundo do trabalho, além de que a qualificação não é suficiente para garantir a perspectiva inicial. Nessa seara, apesar de reconhecer a importância da qualificação profissional como um meio de aprimoramento de conhecimento e habilidades, é desestimulante reconhecer que se os jovens qualificados através de cursos técnicos encontravam dificuldades de aquisição de emprego, este cenário é pior para os que não possuem qualificação e, mais ainda, para aqueles egresso do sistema socioeducativo. Isso porque as ramificações da precarização do mercado de trabalho recaem com mais força sobre essa parcela populacional.

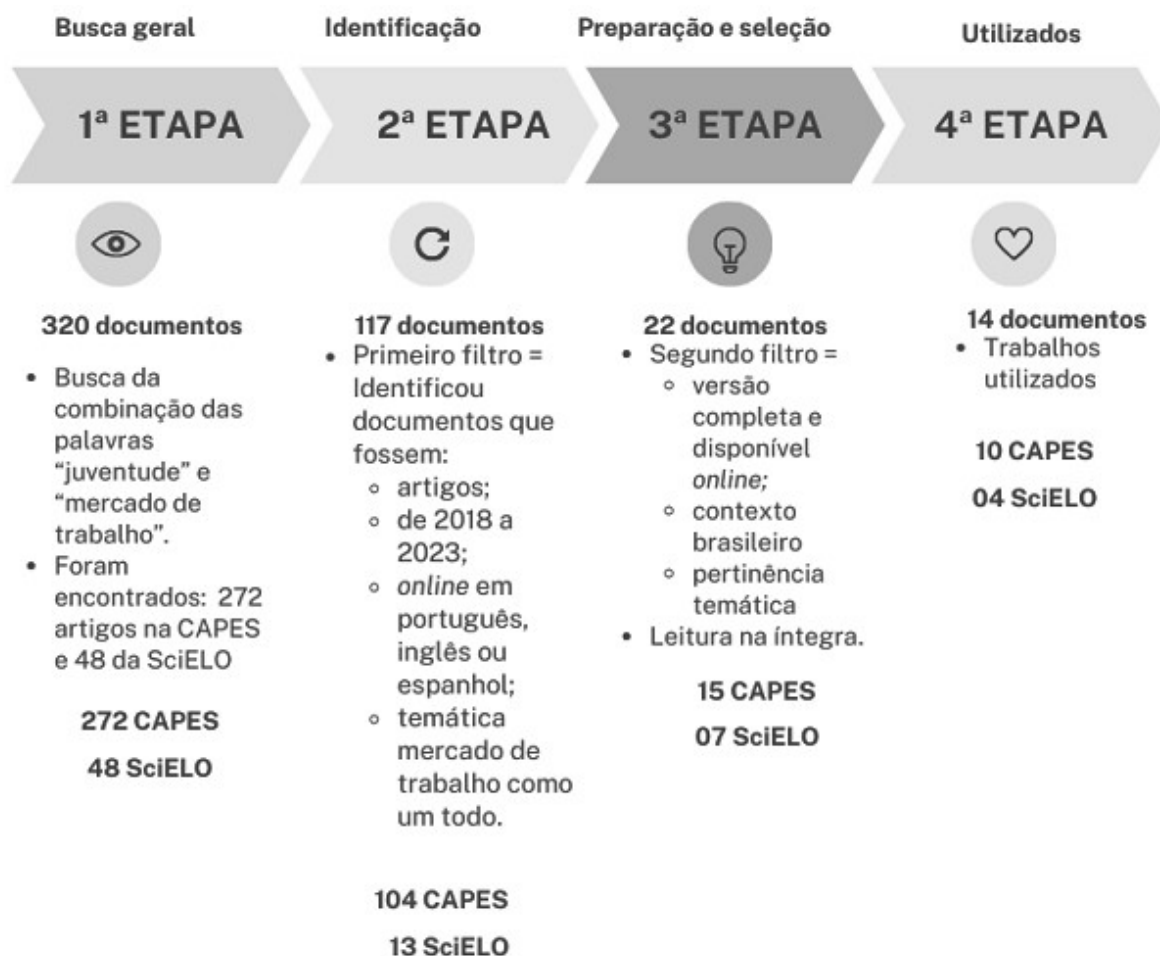
A relação entre juventude e mercado de trabalho atual, caracterizada pela precarização, informalidade além de falsas ideias de ascensão social, não apenas reflete mudanças econômicas, mas também, influencia diretamente a qualidade de vida e as perspectivas de futuro da juventude. Nesse contexto, os jovens que deixam o sistema socioeducativo encontram-se em uma encruzilhada, enfrentando não apenas os desafios comuns da juventude de transição para o mercado de trabalho, como também, as barreiras adicionais impostas pelas marcas que carregam de trajetórias anteriores.

Dito isso, é de fundamental importância compreender essas especificidades que perpassam o mundo do trabalho e de que forma impactam a vida da juventude brasileira. A seguir, apresentar-se-á um fluxograma e as categorias temáticas encontradas.

6.1.1 Fluxograma

Na figura a seguir apresenta-se um fluxograma descritivo do processo de levantamento das bibliografias nas bases de dados selecionadas, conforme etapas mencionadas nos tópicos anteriores.

Figura 2 - Fluxograma da revisão integrativa em etapas



Fonte1- Elaboração própria

6.1.2 As categorias temáticas

Feitas as leituras na íntegra dos artigos selecionados, foi possível identificar alguns temas comuns que perpassaram estes trabalhos que se dedicam sobre a temática de juventude e mercado de trabalho. Nessa seara, os resultados encontrados foram subdivididos nas categorias temáticas a seguir: a) Transformações no mercado de trabalho; b) Flexibilização, precarização e “uberização” do trabalho; c) Relação entre escola e mercado de trabalho; d) Qualificação e trabalho; e) Desemprego juvenil e vulnerabilidades; f) Empreendedorismo; g) Nem e Nem e; h) Trabalho e egressos das medidas socioeducativas, como será demonstrado a seguir:

- a) Transformações no mercado de trabalho

As transformações no mercado de trabalho refletem não apenas mudanças na estrutura econômica e política, como também, mudanças nas dinâmicas sociais que moldam a experiência humana. Nessa seara, compreender essas transformações torna-se imperativo para analisar as complexidades que permeiam a vida dos trabalhadores contemporâneos.

Em síntese, dizer sobre essas transformações envolvem também fazer uma abordagem retrospectiva em relação ao sistema econômico e político, que relacionados pelo modo de produção capitalista, em que, segundo Theis *et al* (2018, 202-205) a lógica capitalista é pautada pela exploração da mão de obra, bem como, pela valorização do capital. Pouca atenção é destinada à saúde e condições do trabalhador, além do mais, os indivíduos até possuem disposição de trabalhar, mas por diversos motivos, nem todos conseguem se alocar no mercado³³.

Com o passar dos anos, especialmente a partir de 1970 com os novos projetos neoliberais europeus e americanos se percebem grandes transformações na economia, política, sobretudo, no mundo do trabalho impactando na contratação de trabalhadores formais. Este era um momento de flexibilização da produção a fim de atender às novas demandas do mercado (Gomes, Oliveira e Rodrigues, 2020, p.5). Especificamente em relação ao mundo do trabalho, Theis *et al* (2018), ainda complementam que as transformações que ocorreram nas duas últimas décadas, a partir do séc. XXI, implicaram numa supervalorização do mercado financeiro, além de uma diminuição na proporção de empregos industriais e a expansão do setor terciário. Além disso, houve um aumento da precariedade encontrada nas relações de trabalho perceptível pelo aumento do emprego informal bem como pelo excesso de mão de obra trabalhadora.

No que tange ao Brasil, conforme Lima e Sales (2022) essas mudanças são mais significativas a começar da década de 1990 em que essas modificações são indicativas da adoção de políticas neoliberais que facilitaram a adaptabilidade e a externalização do trabalho, juntamente com a restrição dos direitos trabalhistas. Ainda segundo estes autores, para além dessas mudanças no sistema econômico e político, é possível citar as contínuas reformas trabalhistas realizadas no país, especialmente, a reforma trabalhista do ano de 2017³⁴ ³⁵ que

³³ Os indivíduos que não conseguem se alocar no mundo do trabalho foram denominados como “Exército Industrial de Reserva” ou de mão de obra reserva, por Marx, 1985.

³⁴ Lei 13.467 de 13 de julho de 2017. Essa lei alterou alguns dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em 16 de nov. 2023.

³⁵ Conforme explicitado no capítulo de metodologia, estabeleceu-se o marco temporal para a revisão desta seção a partir da reforma trabalhista datada do ano de 2017 que passou a vigorar dia 11 de

provocou insegurança nas relações contratuais além de ter implicado no aumento do número de trabalhadores informais.

Estes complementam ainda que, o “Brasil tem passado por diversas transformações no mundo do trabalho nos últimos 05 anos e essas transformações perpassam pela flexibilização das regras trabalhistas além de uma crescente informalidade” (2022, p. 131). Essas transformações das leis trabalhistas corroboram ainda mais com o fim latente do capital, eis que, há a valorização do mercado em detrimento da proteção dos trabalhadores.

Assim, no contexto brasileiro, em tempos recentes que são percebidas as diversas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, “desde a década de 1990, transformações de magnitudes distintas vêm ocorrendo no mercado de trabalho (inovações tecnológicas, produção enxuta, internacionalização e desterritorialização)” (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021, p.2).

Nesse sentido, essa dinâmica de flexibilização e informalidade permitiu novos arranjos no mercado, dentre os quais, cita-se o incremento de contratação temporária, trabalho parcial, aumento da carga horária laboral diária, baixa qualificação, baixos rendimentos além da contínua contratação de trabalhos *freelas* e/ou autônomos, sobretudo, contratação de funcionários na modalidade de pessoa jurídica a fim de diminuir custos com os encargos trabalhistas decorrentes de uma contratação nos moldes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Decerto que essas mudanças afetaram a estabilidade e segurança do emprego, eis que, agora os trabalhadores lidam com a falta de proteção das leis trabalhistas, com a incerteza quanto ao futuro no emprego e com a instabilidade de renda. Ademais, ao utilizar esses arranjos mais flexíveis de trabalho tem por consequência o não oferecimento de benefícios comuns de uma contratação conforme CLT, tais como, recolhimento de INSS, plano de saúde, vale-transporte, vale-alimentação/refeição, férias, décimo terceiro salário, dentre outros benefícios relacionados ao emprego.

Ultrapassado esse panorama geral, as mudanças realizadas no mercado de trabalho impactaram de forma significativa a juventude, vez que:

Se antes os jovens detinham o controle do seu futuro profissional, podendo fazer previsões e formular ideias sobre melhores escolhas, atualmente têm de agir sob um cenário de incertezas e resultados imprevisíveis, algo que vem modificando as estratégias de colocação no mercado dos trabalhadores em formação (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021, p.7).

novembro de 2017. No caso, acredita-se que o ano de 2018 seria o mais apropriado para compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Essa flexibilização, então, contribui ainda mais para as desigualdades sociais e econômicas vez que essas medidas recaem com maior força em relação à população jovem e periférica (Theis *et al*, 2018). No caso, é possível dizer que “as desigualdades sociais entre jovens continuam estendendo-se às transições para o mercado de trabalho” (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021, p.7). E mais, Oliveira (2018b, p.93) aduz que “as elites brasileiras, em sua articulação com o grande capital mundial na exploração dos trabalhadores, empregam todos os mecanismos possíveis de forma a aumentarem o nível de extração da mais valia”, em outras palavras, essas reformas trabalhistas estão em consonância com a vontade daqueles detentores de capital e poder.

Por conseguinte, essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho implicam em contingente de mão de obra trabalhadora, sobretudo, da juventude pobre já que atualmente cobra-se mais por produtividade, escolaridade e habilidades por baixos salários (Moraes, Rocha-de-Oliveira, Andrade, 2020, p. 63³⁶). Logo, essa exigência profissional cumulada com a flexibilização acaba acentuando ainda mais a crise de emprego além de evidenciar ainda mais a necessidade de conseguir alguma renda para conseguir o mínimo para sobreviver, em outras palavras:

Em um cenário de crise de empregos e da grande oferta de mão de obra, almejar arranjar um trabalho não significa ter um emprego com carteira assinada, direitos trabalhistas e benefícios sociais. Representa, antes de tudo, a possibilidade de ter uma renda que viabilize o mínimo necessário à sobrevivência (Oliveira, 2018a. 186).

No país, o contexto juvenil de exército de reserva é agravante e altamente competitivo, algo que é justificado, principalmente, pelo quantitativo da população jovem brasileira³⁷, pela elevação da produtividade, dispensando a contratação de novos trabalhadores; e pela exigência de maior escolaridade, sendo o jovem pobre o mais afetado.

³⁶ Estes autores fazem uma aproximação da teoria de inserção francesa com a juventude brasileira, essa é uma teoria que leva em consideração as dimensões individual, institucional e sócio-histórica de determinando grupo social, sendo utilizado em diferentes contextos, contudo, o fazem na inserção profissional. Assim, essa aproximação se justifica para ajudar a compreender a complexidade da inserção profissional da juventude brasileira, levando em conta os diversos fatores que podem influenciar nesse processo de inserção.

³⁷ Segundo dados recentes, de 2021, os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população nacional, o equivalente a 47.8 milhões de jovens, reconhecendo-se o *boom* da população jovem no país. Informação constante do Atlas da Juventude, disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/>. Acesso em 23 de nov. 2023.

Esse fenômeno, então, faz com que os indivíduos se sujeitem às diversas formas de trabalho, a maioria informais ou outros ilegais a fim de conseguirem uma remuneração suficiente para conseguirem o mínimo para a própria subsistência.

b) Flexibilização, precarização e “uberização” do trabalho

Como afirmado no tópico antecedente, as transformações neoliberais da economia e política impactaram significativamente o mundo do trabalho, sendo que a partir da flexibilização do emprego, a informalidade é uma das formas de precarização do trabalho que se tornou prevalente no cenário brasileiro provocando diversos tipos de impactos econômicos e sociais.

Essa linha de raciocínio é exposta pelos autores Sales e Lima (2022) que apontam como uma das medidas de flexibilização o crescente número de trabalhos realizados de formas terceirizadas, essas que se configuram “enquanto práticas de organização e gestão do trabalho, determinante para a mundialização produtiva e implementação de políticas neoliberais de flexibilização das relações de trabalho” (p.132), ou seja, a terceirização enquanto prática de transferência de suas atividades a terceiros tem como fim latente a redução de custos operacionais referentes à contratação e treinamento de empregados com fim de encontrar mão de obra mais acessível, além da transferência de responsabilidades financeiras e trabalhistas, ou seja, essa estratégia implica no aumento da “oferta de emprego sem garantias” (Gomes, Oliveira e Rodrigues, 2020, p.5).

A nova realidade é amplamente marcada pela predominância de trabalhos temporários, alta rotatividade, *freela*, trabalhos intermitentes (aqueles cuja contratação é por demanda e/ou projeto de curto prazo). Nesses tipos de empregos não se fala em estabilidade, segurança financeira ou em certeza profissional, vez que, não existe um trabalho fixo ou uma única empregadora além de que os trabalhos muitas das vezes são em períodos específicos, curtos e com baixos rendimentos.

Citam-se como exemplos dessa flexibilização e precarização do trabalho o serviço de aplicativo de transporte em que a juventude pobre é tida como a principal vítima. Considera-se serviço de aplicativo de transporte aquele realizado por entregadores de comida e/ou encomendas através do *IFood*, *Uber*, 99, dentre outros.

Nesse ínterim, Lima e Sales (2022, p.140) conceituam a “uberização” do trabalho como decorrente do processo de informalização do trabalho por meio do qual o trabalhador-

empreendedor, em sua maioria os jovens, sujeitam-se a serviços sem garantias trabalhistas sob a falsa ideia de serem gestores do próprio negócio, assim, como é feita a ideia dos motoristas de aplicativo de Uber, cuja intermediação da contratação de serviços dá-se através de plataformas digitais³⁸.

Aqui o trabalhador assume um suposto papel de chefe de si, estando sempre acessível para o serviço com a intenção de aumentar a renda, ao mesmo tempo em que não possui nenhum tipo de garantia e nem mesmo um contrato de trabalho fixo com a empregadora que, inclusive, o desconsidera como tal, sendo apenas cliente ou colaborador (Lima e Sales, 2022, p.146). Percebe-se que esse fenômeno tem implicações tangíveis e intangíveis, tais, como acesso a bens de consumo precários bem como com o investimento particular com as ferramentas de trabalho além do adoecimento psíquico e/ou físico ante a desvalorização deste.

Por outro lado, em relação a promoção de um trabalho decente, Campos e Reis (2020) a partir de sua revisão bibliográfica articulam que o principal desafio seria a desigualdade estrutural da sociedade brasileira que limita o acesso dessa juventude a boas condições de trabalho e de salário. Por fim, a informalidade, a terceirização e outras precariedades podem ser entendidas como frutos de estratégias para redução de custos com a mão de obra, sendo que a juventude aparece como uma opção atraente para aqueles que visam este fim.

Em síntese, a precarização no mercado de trabalho, caracterizada pelas formas de trabalhos instáveis, insegurança econômica e condições de trabalho desafiadoras representam um fenômeno complexo que recai com mais força sobre a juventude. Sendo que essa juventude, sem alternativas de escolha acaba se sujeitando à essas precariedades e passa por diversas situações de desvalorização, de descuido e de adoecimento. Esses impactos destacam a necessidade de abordagens abrangentes para lidar com as condições precárias do mercado de trabalho bem como a urgência em promover uma transição de fase mais tranquila dessa juventude.

c) Relação entre escola e mercado de trabalho

³⁸ A “*uberização*” pode ser melhor definida como uma reconfiguração das relações de trabalho, caracterizada pela intermediação do serviço através das plataformas digitais (Vaclavik, Oltramarie; Rocha-de-Oliveira, 2022). Nessa modalidade predomina-se a dissimulação do trabalho assalariado (Antunes, 2023), além da exploração do trabalho (Félix, 2023) que são instáveis e imprevisíveis, mas geridas pelas plataformas digitais (Filgueiras e Dutra, 2021).

A escola possui uma relação particular com o mercado de trabalho, pois, é através dessa que se adquire uma educação formal, além de contribuir para o desenvolvimento de diversas habilidades, competências e conhecimentos que poderão contribuir para a entrada no mercado de trabalho.

Em consonância com o exposto por Oliveira (2018a, p.178), nos últimos anos se estuda muito acerca da importância da formação básica para entrar no mercado de trabalho ou no ensino superior. Dito isso, conclui-se que essa relação, em tese, é imprescindível tanto para aprendizagem formal quanto para a socialização dos indivíduos, bem como, para viabilizar a entrada no mundo do trabalho ou em uma formação superior.

Apesar de não ser uma relação mutuamente exclusiva ou contraditória, gera consequências e divergências nas políticas formuladas pelo atual modelo de domínio educacional (Bueno, 2019, p. 37). O ensino estabelecido pelas escolas, bem como, por outras instituições de ensino, na maioria das vezes, é elaborado em conformidade com a necessidade do mercado de trabalho. No caso, ajustam-se os currículos escolares de forma a alinhá-los com as demandas atuais do mundo do trabalho, ou melhor, prioriza-se a “formação de um novo perfil de trabalhador” (Oliveira, 2018a, 2018b).

Ademais, em consonância com Bueno (2019), essa relação acaba se tornando perversa, vez que, em uma sociedade capitalista a escola assume um papel nessa lógica de acumulação de capital, transmitindo as competências e habilidades requeridas no sistema produtivo. Por sua vez, esse papel desempenhado pelas instituições de ensino acaba perpetuando as desigualdades sociais. Em outras palavras, este ensino inibe a capacidade e o desenvolvimento criativo da juventude ao estabelecer as habilidades e competências desejáveis para o mercado, eis que, as escolas se submetem a uma lógica produtiva para a formação de sujeitos econômicos e para melhor extração da sua força de trabalho (Oliveira, 2018a, 2018b; Lima e Sales, 2022).

Por outro lado, as escolas pouco contribuem para a formação desse novo perfil, eis que, além de possuírem má qualidade estão dissociadas da realidade dessa juventude (Oliveira, 2018a, p. 178), e acabam por desestimulá-la acerca da importância do ensino, agravando ainda mais a evasão escolar com a entrada precoce no mercado de trabalho. Em concordância com este raciocínio, Moraes, Rocha-de-Oliveira e Andrade afirmam que além do ingresso precoce no mundo do trabalho essa relação é, também, marcada pela “superposição do trabalho à educação” (2020, p. 61). Logo, tanto o ensino quanto a escola ficam em um lugar sem significado para essa parcela populacional, sendo muitas das vezes, apenas um espaço de lazer, de alimentação, de encontros com os colegas ou de passar o tempo.

Nesse sentido, correlacionando a juventude com o mercado de trabalho convém destacar que este prioriza mais a inserção a partir da conclusão do ensino escolar:

Primeiro, é importante destacar que os jovens brasileiros são trabalhadores, mesmo que informalmente. Ainda que nos últimos anos boa parte do segmento de jovens de 15 a 17 anos tenha conseguido se dedicar exclusivamente aos estudos, adiando a entrada no mercado de trabalho, muitos ainda encontram nos trabalhos informais, os “bicos”, uma forma de vivenciar plenamente sua juventude. Já quando se trata dos jovens de 18 a 29 anos, a dedicação exclusiva aos estudos diminui e uma preocupação maior com o mundo do trabalho se torna mais latente (Lima e Sales, 2022, p.136).

Porém, dessa parcela populacional, alguns ainda apostam na relação benéfica da escola com o trabalho, pois, reconhecem que ter uma certificação de ensino é importante para conseguir uma melhor colocação ou mobilidade social, assim conforme bem colocado por Oliveira (2018a):

Os jovens desejam de alguma forma, mudar a sua condição social, nesse sentido, articulam trabalho e escola como uma relação fecunda no sentido da mobilidade social. A vinculação estabelecida entre escola e trabalho trata-se de uma necessidade posta enquanto condição de sobrevivência e de uma melhor condição de vida. (p.177).

Apesar de ser um cenário ainda pior em se tratando do ensino público, marcado pela má qualidade aliada a uma péssima estrutura física, é uma realidade em que a juventude se submete em virtude do desejo de mobilidade, bem como necessidade de sobrevivência. O autor ainda complementa que a escola mais do que um desejo é uma necessidade, motivo pelo qual alguns insistem em conciliar as duas jornadas, sendo que a escola fica destinada ao período noturno³⁹. Ante essas considerações, reforça-se o já afirmado, que o mercado de trabalho não é só uma necessidade para este público como também é uma realidade-prioridade.

Oliveira (2018b) em sua pesquisa que faz uma relação entre o certificado de ensino médio com a entrada no mercado formal de trabalho além de apontar as implicações da reforma do ensino médio enfatiza a formação profissional precarizada por diversos fatores, dentre eles, a distribuição desigual de conhecimento escolar, empobrecimento da formação dos docentes, mecanismos que reforçam a precarização da oferta e contratação no mercado de trabalho (p.82). Conclui, ainda que, o modelo escolar dos últimos anos propicia ainda mais as desigualdades sociais já que direciona este público a postos de trabalhos precarizados (Oliveira, 2018b, p.85).

³⁹ Pesquisa realizada na base de dados pelo autor que estão dispostas nas páginas 185-186.

Por fim, em concordância com o pesquisador Oliveira (2018a) compreende-se que boa parte da juventude, de alguma maneira, por desejar uma melhor condição de vida em relação aos seus pais, estabelece uma relação entre a escola e o mercado de trabalho como uma relação promissora em termos de socialização e mobilidade social e, fazem essa associação em virtude das suas histórias ou de seus familiares, bem como da realidade que vivenciam.

Outros, não veem benefícios nessa relação e acabam por optar pela entrada precoce e/ou precarizada no mercado de trabalho a fim de auferir renda. Aqui é importante mencionar que há uma desigualdade nessa relação entre escola e mercado de trabalho em relação à classe, inclusive, os autores Campos e Reis (2020) afirmam que por vivermos em uma sociedade marcada pela lógica de acumulação de capital, o adiamento da entrada no mundo do trabalho somente é possível para aqueles cujos familiares são capazes de financiar atividades educacionais, por outro lado, aqueles cuja família não é abastada não consegue tal proeza, então, estes jovens acabam entrando no mercado de trabalho de forma precoce e deixam de dar importância para o estudos.

d) Qualificação e trabalho

Quando se fala de qualificação e trabalho, Oliveira apresentou dados que apontam que no mundo do trabalho formal encontra-se maior número de trabalhadores que tenham concluído o ensino médio. E mais, quanto maior a escolaridade maior a chance de entrada no mercado de trabalho formal: “estes dados evidenciam o quanto ter a certificação é um dos diferenciais em relação à forma de inserção no mercado de trabalho” (2018b, p.92). Ainda, sobre os dados apresentados por este autor, não possuir uma qualificação mínima, diga-se, não ter concluído o ensino médio aumenta a chance de entrada em atividades informais, de natureza instável ou incerta.

Essa linha de raciocínio persiste, pois, apesar do quadro desanimador de flexibilização e informalização do mercado de trabalho ainda se vende a ideia de que é preciso aprimorar a qualificação profissional. Segundo esse autor, essa ideia é fruto da interpretação, bem como da pressão governamental e das elites empresariais que apostam como solução à essa insegurança profissional a necessidade de qualificação (Oliveira, 2018b, p.81).

Por outro lado, essa mesma elite aproveita desse panorama para exigir atributos pré-definidos e rígidos de contratação, como por exemplo, um maior nível de escolarização, ainda que ofereçam em contrapartida um baixo salário ou péssimas condições de trabalho (Oliveira,

2018b, p. 91). Além disso, no estudo de Theis *et al* (2018, p. 208) apesar de fazer um levantamento do estado de Santa Catarina, acredita-se que suas constatações se aplicam ao contexto nacional. Estes autores afirmam que existe uma relação entre menor a qualificação e grau de escolaridade e menor salário, reforçando ainda, a concepção de que as empregadoras estrategicamente contratam jovens com pouca qualificação a fim de reduzirem os custos operacionais.

Contrariamente, ousa-se dizer que prepondera uma falsa ideia de que uma maior qualificação irá garantir uma melhor remuneração ou uma segurança empregatícia. Ou pior, a convicção de que concluir o ensino médio garantirá uma vaga de emprego nos moldes da CLT, já que a realidade brasileira tem mostrado que diante da crise econômica e de emprego o processo de conseguir um trabalho mostra-se mais complexo do que se imagina.

Dito isso, o cenário se agrava ainda mais quando há uma competição desequilibrada. Assim, com o excedente de mão-de-obra trabalhadora aliado ao desejo comum de auferimento de renda tem gerado uma competição entre aqueles qualificados, inclusive, com ensino superior com aqueles que não possuem uma qualificação básica. Neste mesmo sentido foi a afirmação dos pesquisadores Moraes e Rocha-de-Oliveira que dizem: “Apesar de esses jovens alcançarem determinada qualificação, que lhes possibilite um ingresso profissional menos inseguro, as condições estruturais ainda os impedem de competir em mesmo nível que os demais jovens provindos de uma origem social mais favorável” (2021, p.7). Logo, pode-se dizer que existe uma concorrência desleal entre os qualificados e os sem ou baixa qualificação vez que as condições estruturais ainda são predeterminantes.

Ademais, no contexto nacional, “muitos jovens inserem-se no mercado de trabalho sem terem ainda concluído a educação básica” (Oliveira, 2018^a, p.91). O autor ainda emenda que “a entrada precoce no mercado de trabalho determina o tipo, a qualidade e o tempo da escolarização juvenil, repercutindo diretamente nas aspirações de ter um emprego mais nobre.” (Oliveira, 2018^a, p.187). Por fim, coaduna-se ao afirmado por Gomes, Oliveira e Rodrigues (2020), a ideia, ora errônea, de formação e qualificação é contrária ao discurso de empregabilidade, vez que, apenas legitima o excedente de mão de obra trabalhadora no país. É justamente essa sobra de mão de obra trabalhadora que viabiliza a própria precarização desse mundo, eis que, precifica-se o valor desse trabalho como bem entenderem.

e) Empreendedorismo

Ainda sobre esse novo mercado, para alguns a ideia de empreendedorismo surge como uma alternativa promissora de carreira, isso porque, o conceito de indivíduos empreendedores se distingue por suas capacidades de originalidade, de buscar ativamente novas perspectivas, além de explorar de forma independente o mercado para uma adaptabilidade à dinâmica em evolução passa a ser muito valorizado (Gomes, Oliveira e Rodrigues, 2020, p.9). Esse estímulo do empreendedorismo vem de diversas frentes, tais como, programas sociais, redes sociais, mídia, inclusive, incentivo de pessoas famosas em relação à ideia de ser dono do próprio negócio para adentrar no mercado de trabalho.

O empreendedorismo como uma oportunidade é sustentado pela promessa incerta de autonomia, mobilidade social e autopromoção social e econômica para os indivíduos pobres, bem como pela possibilidade de acesso aos bens de consumo (Medeiros e Gonçalves, 2019). O empreendedorismo, de certo modo, é também uma forma de trabalho alienante, vez que, a estrutura organizacional-social limita o acesso igualitário a oportunidades e recursos e deixa o sujeito estranho a si mesmo e ao seu trabalho. Logo, essa ideia mascara a crise e precariedade do mercado de trabalho sob o argumento de que é mais interessante o indivíduo se reinventar para ter o sucesso profissional desejado do que procurar um emprego nos moldes tradicionais.

Além do mais, sob a propaganda de incentivo ao empreendedorismo, as reformas trabalhistas, econômicas e políticas ao facilitarem a criação e registro de Microempreendedor Individual (MEI) permitiram a execução de contratos de trabalhadores como pessoas jurídicas, reforçando ainda mais, a realidade de precarização e “uberização” do mercado de trabalho. Acerca disso, Lima e Sales destacam que existe uma grande adesão dessa ideia por parte da juventude “porque se vende a possibilidade de o trabalhador ser agora um ‘empreendedor’, dono do seu próprio tempo e das suas próprias decisões, mesmo que para isso seja necessário abrir mão de direitos trabalhistas, como a carteira assinada” (p.134).

Por outro lado, não há como afirmar que empreender é algo simples, pois, é preciso ter um capital de giro para poder investir na própria empresa, começando pelo registro dessa e compra de ferramentas de trabalho, por exemplo. Para além das questões burocráticas e materiais, é preciso planejamento, conhecimento e estudo de mercado para ter sucesso financeiro e conseguir a almejada mobilidade social.

A ideia pode até parecer interessante nos ideários populares, mas mostra-se distante da realidade da juventude periférica a criação e manutenção de uma empresa nos moldes formais. Estes além de não terem uma boa qualificação formal e nem recursos financeiros para investimento em uma nova empresa, carecem ainda de conhecimento e domínio de modelos de

gerenciamento de negócios. Apesar disso, sabe-se que alguns “compram” essa oportunidade, digamos, do *jeitinho brasileiro*⁴⁰.

f) Nem e nem

O termo “nem e nem”^{41 42} é frequentemente empregado para designar aqueles jovens que nem trabalham e que nem estudam (especificamente, que não estejam matriculados em uma instituição de ensino)^{43 44}. Por não estarem nem no mercado de trabalho e nem na educação formal constituem-se em uma parcela que não está ativamente envolvida em dois campos fundamentais para o desenvolvimento pessoal e a construção de identidade.

Especificamente em relação a esse grupo, ressalta-se que ainda há poucos estudos que tratam das particularidades dessas categorias. Campos e Reis a partir de sua pesquisa mencionam que a condição dos jovens “nem e nem” no Brasil pode ser considerada uma

⁴⁰ Expressão vulgarmente utilizada para designar o modo brasileiro de agir e improvisar em determinadas situações, sejam elas problemáticas ou não, desconsiderando regras, procedimentos ou técnicas específicas.

⁴¹ Cita-se um interessante artigo “Los jóvenes “NI-NI”: un estigma que invisibiliza los problemas sociales de la juventude”, de Juan García-Fuentes e José Saturnino Martínez García, disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4652/2381>. Este trabalho faz uma reflexão sobre os jovens nem-nem como um dos grupos mais vulneráveis diante do cenário de falta de oportunidades e precariedades do mercado de trabalho. Acrescenta-se que este artigo foi excluído dessa revisão por não preencher um dos critérios de inclusão por estar se referindo aos jovens espanhóis.

⁴² Outro artigo interessante da temática é “Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação” de Adalberto Cardoso, 2013. O autor destaca que esse fenômeno, diferentemente da Europa, é social-estrutural no Brasil. Decorre, sobretudo, do contexto político neoliberal que contribuiu para a precarização do mercado de trabalho permeada pela falta de oportunidades, a baixa qualidade da educação, contribuindo para a perpetuação da desigualdade social. O artigo está disponível no site: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jgzXVY4P9YMBxnwwRfT7y9g/abstract/?lang=pt>. Menciona-se que este artigo foi encontrado aleatoriamente e não fez parte da busca de literatura integrativa realizada.

⁴³ É importante mencionar que segundo última síntese de indicadores sociais do IBGE publicado em dezembro de 2022, o tinha-se o total de 12,7 milhões de jovens em 2021 que não estudavam e nem trabalhavam, este total corresponde a 25,8% das pessoas de 15 a 29 anos de idade. Este é um número bastante alto e deixa clarividente tratar-se de uma questão social. Essa síntese está disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20jovens%20de,%2C8%25%20deste%20grupo%20et%C3%A1rio>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

⁴⁴ O relatório “Global Employment Trends for Youth 2022 - Investing in transforming futures for young people”(2022), aponta que em termos globais, mais de um a cada cinco jovens fazem parte da categoria “nem-nem”. Neste relatório consta, ainda que, estes jovens correm o risco de terem dificuldades de futura entrada no mercado de trabalho. Relatório disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_853321.pdf. Acesso em 23 de nov. 2023.

questão estrutural decorrente da acentuada disparidade socioeconômica predominante no país, em que, a juventude periférica e negra é a maior vítima. Consequentemente, os jovens se encontram em uma posição delicada, enfrentando empregos precários, informalidade ou até mesmo desemprego (2020, p.171).

Essa é uma definição que, então destaca a dualidade da situação que a juventude vivencia em relação à escola e o mercado de trabalho, além de deixar clarividente o impacto que a desigualdade social tem na vida dessa. Portanto, mais uma vez, reforça-se a importância de políticas públicas de trabalho e de uma educação que estimule o potencial criativo da juventude brasileira.

g) Desemprego juvenil e vulnerabilidades

Como já mencionado nos tópicos antecedentes, a juventude é a parcela populacional que mais sofre com a questão das mudanças no mercado de trabalho, sobretudo, a precarização e a informalidade. Logo, é também aquela que mais sofre com o desemprego (Campos e Reis, 2020; Theis et al, 2018). Em outras palavras, a incerteza do futuro profissional os força a entrarem na informalidade ou em trabalhos precarizados de forma precoce:

Na relação entre acesso desigual à escolarização e arranjar um emprego é bom lembrar que, embora as condições econômicas e uma certa cultura determinem a entrada dos jovens no mercado de trabalho, essa aproximação ocorre precocemente e, na maioria das vezes, em condição precária (Oliveira, 2018a, p. 91).

Assim, a juventude é a mais afetada pelo desemprego⁴⁵, sendo os jovens considerados como os mais desamparados se comparados com os adultos, devido a entrada imatura no mercado de trabalho, em concordância com o disposto por Lima e Sales:

(...) possuindo menos experiência no mercado de trabalho do que os mais velhos, estando quase sempre em busca do primeiro emprego e com o estigma social de serem mais irresponsáveis, essa parcela da sociedade é historicamente a mais atingida pelo desemprego, principalmente em momentos de intensas mudanças no mundo do trabalho e grandes crises econômicas e/ou políticas (2022, p.137).

⁴⁵ Essa informação foi retirada no relatório “Global Employment Trends for Youth 2022 - Investing in transforming futures for young people”, 2022. Neste relatório consta, ainda que, o número de desemprego juvenil, em termos globais, foi três vezes maior do que de adultos. Relatório disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_853321.pdf. Acesso em 23 de nov. 2023.

Esses autores ainda complementam “empregos informais acabam sendo a forma mais rápida de conseguir um sustento, principalmente voltado para o consumo próprio e a satisfação de necessidades materiais, pelo que são os jovens de classes baixas os mais atingidos por essa realidade” (2022, p.138)

Oliveira (2018b) aponta que a crise econômica implicou no aumento de jovens desempregados que “Segundo o IBGE, no ano de 2015, o percentual de jovens nesta faixa etária, fora da escolarização e fora do mercado de trabalho, atingiu o montante de 27,4%” (p.85). Apesar do autor trazer um dado datado de 2015, esse número apesar de queda ainda continua bem alto, sendo que no ano de 2021 tinha-se o total de 12,7 milhões conforme dados da síntese de Indicadores Sociais⁴⁶. Nessa seara, a crise econômica se torna mais preocupante para essa parcela populacional, pois, conforme Lima e Sales (2022) apontam: o desemprego é uma constante na vida dos jovens não brancos.

Esse fenômeno de desemprego precipitou em uma situação em que os brasileiros se veem enfrentando o subemprego, desprovidos de quaisquer garantias ou direitos, ao mesmo tempo em que lhes oferecem a oportunidade de garantir rapidamente um meio de subsistência (Lima e Sales, 2022, p.136), como é o caso, dos serviços de aplicativos de transporte, já informado em tópico anterior (tópico b)

Assim, são estes que vivenciam as mais diversas formas de vulnerabilidades, conforme destacado por Lima e Sales (2022) as mudanças operadas e operantes no mercado de trabalho aliada à introdução de arranjos de trabalho flexíveis, os processos de “*uberização*” bem como a expansão da ideia de empreendedorismo podem exacerbar em muito as vulnerabilidades vivenciadas por jovens economicamente desfavorecidos, pois essas mudanças têm um impacto profundo na sua saúde mental. Tornando, então, cada vez mais difícil tanto a entrada quanto a permanência destes jovens no mundo do trabalho (Lima e Sales, 2022, p.137).

Os problemas de saúde mental, também, podem ser exacerbados diante da incerteza do futuro profissional, a insegurança de acesso aos bens de consumo básico bem como ao suprimento das necessidades básicas de um indivíduo. Lima e Sales (2022, p. 131) acrescentam ainda que tanto a informalidade quanto a flexibilidade viabilizadas pelas reformas promovem

⁴⁶ BRITTO, Vinicius. Em 2021, país tinha 12,7 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados. Agência, 02/12/2022 IBGE notícias Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados>. Acesso em 09 de dez. 2023.

a excessiva exploração da mão-de-obra contribuindo para o adoecimento dessa parcela populacional.

Apesar de entender que “o sonho por um emprego se mantém somente como promessa irrealizada para milhões de jovens” (Costa, Oliveira, Rodrigues, 2020, p.16), acredita-se que, ainda que não seja o ideal, mas diante das circunstâncias atuais, a busca por uma melhor educação e trabalho possam ser uma saída para a construção de identidade, significação pessoal, aspiração de um futuro mais digno e, mormente, para a socialização.

Por fim, em concordância Campos e Reis (2020), aposta que o fato dessa juventude estar em um lugar de desvantagem e de vulnerabilidades faz com que voltemos a olhar para essa necessidade e urgência, procurando por políticas públicas efetivas. Assim, um ensino intencional bem como uma preparação que permeie a transmissão de conhecimentos histórico-cultural podem alimentar o raciocínio criativo-crítico dessa juventude a fim de remodelar o cenário atual além de viabilizar a entrada e permanência no mercado de trabalho em boas condições, ou melhor, garantir um trabalho decente.

h) Trabalho e egressos das medidas socioeducativas

Em relação aos egressos das medidas socioeducativas e o mercado de trabalho, ressalta-se que este é um tema ainda pouco trabalhado na sociologia (Silveira e Previtali, 2017), sendo facilmente encontrado na área da saúde, psicologia ou educação (Medeiros e Paiva, 2021; Souza e Sales, 2019; Baquero, Lemes e Santos, 2011).

Preliminarmente, aduz que se para a juventude que não tem conflito com a lei é difícil a entrada e permanência no mercado de trabalho, muito pior será para os que passaram pelo sistema socioeducativo. A simples passagem pelo sistema de justiça ou socioeducativo provocam-lhes uma marca, uma “*cicatriz*” ainda que não respondam por algum ato infracional. Estes já não são mais uma folha em branco a ser moldada e treinada para o mercado de trabalho, existe uma mancha que o acompanhará para o restante de sua vida.

Souza e Sales (2019) ao fazer a pesquisa com os egressos, afirmam ser perceptível um grande interesse desses jovens pela entrada no mercado de trabalho formal ao mesmo tempo em que constatava que estes tinham grandes dificuldades para tal. Quanto ao aspecto educacional, acrescentam que este ponto não aparecia nas falas dos jovens e, que o mercado de trabalho era o principal objetivo destes para mudança de vida.

Esses autores, ao fazerem a análise dos sentidos e significados que os jovens atribuem às atividades laborais, demonstraram que o trabalho possui diferentes sentidos a depender do momento vivido por eles. Quando envolvidos na criminalidade, o primeiro contato com o trabalho ocorre através de práticas ilegais, eis que, marcados pelos estigmas de serem jovens, inexperientes e moradores de periferia não conseguiram adentrar no mercado de trabalho formal. Ressaltaram que alguns consideravam a atividade pela qual foram apreendidos como um trabalho, ainda que ilegal, como é o caso da maioria dos entrevistados desta pesquisa.

Após cumprimento da medida e acompanhados pelos programas de egressos, partilham a ideia de que atividades ilícitas não seriam um trabalho, pois, pode cerceá-los de sua liberdade a qual tem muito valor. Assim, passaram a idealizar as atividades legais, outrossim, em grande parte passaram a exercer trabalhos informais. Em relação às perspectivas profissionais futuras aparece o desejo de realizar atividades que deem retorno para a sociedade, elencando este como um trabalho ideal.

Estes autores concluem que os jovens participantes da pesquisa, ora egressos, enfrentam diversos desafios e barreiras no mercado de trabalho, pois, carregam estigmas devido à baixa escolaridade, à passagem pelo sistema e, conseqüentemente, pela falta de formação profissional que é um importante ponto para garantir uma ocupação remunerada.

Em geral notou-se que os estudos analisados, examinam principalmente a relação entre o mercado de trabalho e juventude de forma ampla, com ênfase específica nas facetas sociais, históricas e econômicas, expectativas profissionais e vulnerabilidades. Esses estudos, então, destacam a situação precária a que está submetida a juventude brasileira quando se fala de entrada e permanência no mundo do trabalho.

Além disso, apontam que os aspectos familiares e socio-históricos a que está submetida essa parcela populacional irá refletir sobre sua carreira profissional que poderá ser de sucesso, ou em grande maioria, de frustração. Apesar de abordarem a juventude periférica bem como as suas situações precárias, constatou-se que há apenas um estudo que menciona especificamente sobre essa relação do mundo do trabalho com os egressos do sistema socioeducativo, assim, o estudo de Souza e Sales (2019) foi o único encontrado na base de dados CAPES.

Portanto, percebe-se uma ausência de pesquisas sobre essa relação entre a juventude egressa do sistema socioeducativo e o mercado de trabalho. Sendo que um estudo sobre a temática é de fundamental importância até mesmo para atestar se a passagem pelo cumprimento de uma MSE é entendida como um fator protetivo no que tange a viabilização para reinserção social, além de contribuir para a entrada no mercado de trabalho, ou se é um fator de risco na

proporção em que reafirma a desigualdade social além de “marcar” o sujeito inviabilizando a sua entrada e/ou permanência no mercado de trabalho.

6.2 AS VOZES DOS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE SUAS HISTÓRIAS DE VIDAS

6.2.1 Síntese da história de vida e dados sociodemográficos dos participantes

A fim de nortear a apresentação dos resultados e discussão, necessária se faz a apresentação da história de vida de cada participante. Iniciar-se-á pelos três entrevistados que estavam vinculados ao programa Se liga, ora egressos da MSE e, em seguida, continuar-se-á apresentando daqueles que estavam em cumprimento de MSE.

6.2.1.1 Egressos da MSE

Alan é um jovem adulto de 18 anos que mora com a mãe e um irmão mais novo (06 anos) na capital. Além destes, tem mais duas irmãs mais velhas que são casadas e moram em outro local. Sua mãe e irmã trabalham, sendo que a mãe trabalha como cuidadora de idosos, uma irmã é manicure e a outra trabalha com eventos. O pai do jovem é ausente, algo que impactou de forma significativa sua vida, inclusive, justifica o seu cuidado e proteção do irmão mais novo cujo pai também é ausente. Parou de estudar na pandemia de Covid-19 por não ter se adaptado às aulas *online*, momento em que iniciou seu envolvimento infracional, por volta dos 15 anos de idade. Afirma esporádico envolvimento no tráfico de drogas e que estava cumprindo semiliberdade por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas roubo. Justifica como motivação para o envolvimento: as dificuldades financeiras da mãe com o desejo de comprar objetos para si, sendo que o envolvimento infracional foi o que apareceu como uma saída possível. Afirma fazer uso esporádico de maconha. Em suma, afirma valorizar a liberdade e a família, sobretudo, devido ao fato de que irá ser pai e deseja ser um pai presente. Por sua vez, afirma que a MSE não mudou nada em sua vida preferindo, então, o acompanhamento e o suporte da equipe do Se Liga que, em sua visão, foi bem melhor do que o cumprimento de uma medida socioeducativa. Não possui experiência laboral e nem realizou curso profissionalizante quando estava na MSE. Sua principal prioridade é conseguir um emprego.

Bob é um jovem adulto de 18 anos que mora com a namorada de 15 anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), porém, no momento da entrevista estava morando

com a mãe devido a dificuldades financeiras. Tem cinco irmãs e um irmão, sendo que um dos irmãos se encontra institucionalizado, uma irmã mora com o pai, uma irmã mora com a “madrinha” e não mencionou o paradeiro dos demais. Tem contato esporádico com o pai que trabalha na construção civil e está sempre viajando, já a mãe trabalha na informalidade com venda de produtos. Bob está trabalhando a partir de um contrato temporário em uma cooperativa de descarga de caminhão e almeja regularizar a documentação para ser contratado nos moldes CLT, motivo pelo qual vinculou-se ao programa Se Liga. Relata longo envolvimento infracional desde os 12 anos de idade no tráfico de drogas. Além de descrever a dinâmica infracional afirma que hoje a interrompeu, pois, tem a responsabilidade de cuidar da namorada que é menor de idade. Afirma fazer uso de bebida alcoólica e de maconha. Durante o cumprimento da MSE chegou a realizar três cursos profissionalizantes: confeitiro, Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro⁴⁷ e Promotor de Compra e Venda. Além de valorizar a liberdade, avalia que a única coisa positiva do cumprimento da MSE é o atual acompanhamento pelo programa Se Liga.

Jimi é um adolescente de recém completados 17 anos que mora com a mãe e com um dos dois irmãos mais velhos na RMBH. A mãe é concursada e trabalha na prefeitura, um dos irmãos trabalha em fábrica de motor de automóveis e o mais velho encontra-se acautelado no sistema prisional. Relata não possuir envolvimento infracional e, em suas palavras, afirma que precisou praticar um ato infracional de homicídio para receber a MSE de internação não entrando em detalhes sobre o ato e motivações para tal. Avalia a MSE como uma experiência positiva já que a partir dessa que criou mais responsabilidade, tendo amadurecido, inclusive, o fez sentir “*homem*” (sic). Durante a MSE fez o curso de almoxarifado. Afirma não fazer uso de drogas e nem de álcool, demonstra apreço pelo esporte, especialmente, artes marciais que aprendeu com o irmão, bem como, pelos estudos. Encontra-se em tratamento de saúde mental no CAPSi e possui uma rotina permeada pela ida à escola e participação em atividades promovidas pelo CAPSi.

Importante mencionar que, antes da entrevista com Jimi, a pesquisadora fora alertada pela equipe técnica que se tratava de um adolescente com quadro de saúde mental, que estava

⁴⁷ O curso Jovens Profissionais do Futuro – JPF, ministrado pela Rede Cidadã faz parte de um conjunto de programas e projetos socioassistenciais e tem como precípua melhorar as conexões, bem como, promover a liderança, a inclusão social e o crescimento pessoal de adolescentes e jovens em conflito com a lei com ênfase particular em facilitar sua integração à força de trabalho. No curso são ofertadas atividades teóricas e prática de autoconhecimento e, também, ensinadas técnicas sobre como se portar no mercado de trabalho. Maiores informações podem ser encontradas no site do programa: <https://www.redecidada.org.br/projetos/jovens-profissionais-do-futuro/>. Acesso em 11 de jan. 2024.

em acompanhamento médico e psiquiátrico, logo, não deveria adentrar muito na trajetória do adolescente, deixando-o falar livremente e que a prioridade do adolescente seria o tratamento médico. Outrossim, na entrevista o próprio adolescente menciona o ato infracional cometido e que sua principal prioridade seria arrumar um trabalho para ter uma renda e poder ajudar a mãe.

Frisa-se que dos três participantes acima, Jimi era o único que não possuía uma trajetória infracional, sendo que o ato praticado fora algo pontual em sua vida, conforme apontou. Era, também, aquele com maior nível de escolaridade e que avalia a passagem pela MSE como uma experiência positiva em sua vida, apesar do ônus da privação de liberdade. Com exceção de Jimi, os outros dois entrevistados, Alan e Bob, afirmam ter se inserido na dinâmica infracional para conseguir dinheiro e poder comprar as coisas que desejavam além de que o cumprimento da MSE fora uma experiência negativa em suas vidas.

No quadro a seguir apresenta-se uma síntese das principais informações dos participantes recrutados a partir do Se Liga.

Tabela 2- Síntese dos dados demográficos dos participantes do Se Liga

Nome fictício, idade, escolaridade e residência (onde e com quem)	Medidas Socioeducativas e demais informações relevantes	Experiência de trabalho	Curso profissionalizante na MSE
Alan , 18 anos e concluiu o ensino fundamental. Mora com mãe e irmão mais novo na capital.	Cumpriu semiliberdade por pouco mais de um mês sendo que evadiu da MSE. Na segunda vez cumpriu dois meses. Total aproximado de 03 meses de medida.	Não possui experiência de trabalho.	Não fez curso profissionalizante quando do cumprimento da MSE. Pelo Se Liga fez curso de barbeiro.
Bob , 18 anos e estudou até o 9º ano do ensino fundamental. Mora com a namorada na RMBH e está morando temporariamente na casa da mãe.	Cumpriu um ano de internação.	Antes da MSE já trabalhou vendendo bala e de capina de lote. Após o cumprimento da MSE, trabalhou de ajudante de serralheiro, após foi trabalhar em um bar e demitido. Atualmente, está em um contrato temporário dentro de uma cooperativa de descarga de caminhão.	Durante o cumprimento da MSE fez três cursos profissionalizante: confeitiro, Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro e Promotor de Compra e Venda.

<p>Jimi, 17 anos e está no 2º do Ensino Médio. Mora com a mãe e irmão mais velho na RMBH.</p>	<p>Passou por duas unidades de internação, sendo que na primeira ficou apenas algumas semanas. Foi transferido para outra unidade mais próxima da residência familiar, tendo cumprido três meses vinte e oito dias.</p>	<p>Após o cumprimento da MSE trabalhou em uma oficina de motos por duas semanas.</p>	<p>Durante o cumprimento da MSE fez o curso de almoxarifado. Pelo Se Liga fez curso de mecânica de motos e de gestão eletrônica.</p>
--	---	--	--

Fonte2- Elaboração própria

6.2.1.2 Adolescentes e/ou jovens em cumprimento de MSE

Brian é um adolescente de 14 anos que mora com a avó e uma tia em uma cidade do interior do estado. Adolescente foi criado pela avó paterna, pois, ambos os pais foram ausentes em sua vida, especialmente, em sua infância sendo que o contato familiar era apenas a avó e a tia paterna. Sua mãe mudou-se para outro estado em busca de emprego e seu pai estava acautelado no sistema prisional, sendo que depois de solto voltou a envolver-se com a criminalidade e no momento da entrevista encontrava-se acautelado novamente no sistema prisional. Relata envolvimento infracional no tráfico de drogas a partir dos 09 anos de idade e apresenta como principal motivação o desejo de obter dinheiro para comprar as coisas que desejava, bem como, ajudar nas despesas da casa já que a renda da família era composta apenas da aposentadoria da tia que era pessoa com deficiência (PCD) e por metade da aposentadoria da avó que era idosa, sendo que a outra metade era destinada a pagamento de empréstimos. Inclusive, com o dinheiro adquirido do envolvimento infracional teria realizado melhorias estruturais na casa onde mora. Brian diz que faz uso esporádico de bebida alcoólica e de maconha. Relata ter tido experiência laboral aos treze anos, tendo trabalhado em um cafezal e que era uma serviço “*muito pesado*” (sic) e depois trabalhou cuidando de bois em uma fazenda da sua cidade. Relatou que busca participar de todas as atividades propostas pela equipe da MSE e que quem não faz isso “*fica garrado*” (sic). Relata que gostaria de fazer curso do SEBRAE, porém, até o momento não haviam conseguido e que estaria fazendo um curso de digitação ministrado pela própria equipe da instituição. Finalmente disse que hoje arrumar um trabalho é mais importante do que a escola, já que nunca foi muito de estudar, logo, sua prioridade.

Tom é um adolescente de 14 anos que morava sozinho na RMBH. Sua família é composta pela mãe, avó e mais quatro irmãos, sendo que o mais velho mora sozinho e encontra-se evadido da MSE. A mãe alterna períodos de trabalho externo com período em dedicação integral aos filhos. Quando o adolescente tinha oito anos de idade, a mãe se casa e a família sai da capital para morar na RMBH com o novo parceiro. Neste novo ambiente, Tom passa a ter experiência laboral com o pai de seu padrasto descarregando frutas no CEASA, também, teve experiência com vendas de doces aos finais de semana. Após algum tempo, o padrasto tenta agredir seu irmão mais velho, que passa a morar com a avó materna na capital e se inseriu na trajetória infracional. Com a saída do irmão, o padrasto passa a ser agressivo consigo e com a mãe, motivo pelo qual a mãe rompe o vínculo e retorna para a capital. Após algum tempo o adolescente relata início do envolvimento infracional aos 13 anos de idade e evasão escolar, sendo que a mãe, que também é pastora, tentava dissuadi-lo dessa trajetória trancando-o dentro de casa, então, o adolescente passa a residir com um colega na RMBH. Tom relata não gosta de fazer uso de bebida alcoólica e nem uso de drogas, mas que devido a alergia que possui deixando os olhos sempre de um vermelho intenso o faz ser alvo corriqueiro de abordagens policiais. Depois de alguns meses e apreensões pela polícia, Tom passa a residir com a tia materna na mesma cidade. Após algumas passagens pela delegacia e sistema de justiça, adolescente é acautelado e recebe sua primeira MSE, no princípio ficou inconformado de já ter recebido a MSE de internação, a mais grave de imediato. Afirma que estaria fazendo um curso de digitação ministrado pela própria equipe da instituição. Por fim, relata desejo de voltar a estudar e morar com a mãe e os irmãos.

Chico é um jovem adulto de 17 anos que mora com a mãe na capital. Sua família é composta pela mãe e um irmão mais velho que atualmente se encontra acautelado no sistema prisional. No momento da entrevista relata que a mãe estava desempregada, mas trabalhava de cozinheira e cuidadora de idosos. Relata início do envolvimento infracional aos 16 anos de idade na dinâmica do tráfico de drogas, sendo que a mãe descobriu seu envolvimento e tentou dissuadi-lo. Então, o adolescente deu uma pausa para esperar o irmão ser liberado do sistema prisional para retornar à dinâmica infracional, momento em que passam a atuar em conjunto na dinâmica infracional/criminal. Afirma que ficou um período aproximado de seis meses praticando o ato infracional de roubo, tendo interrompido porque não achava justo roubar de quem tinha pouco, inclusive, imaginou que outros poderiam fazê-lo com sua mãe, assim voltou para o tráfico de drogas. Chico se descreve como alguém “*encapetado*” (sic). Assenta que após o envolvimento infracional passou a ser respeitado e, igualmente, parou de sofrer *bullying*.

Disse fazer uso de álcool e de drogas, sobretudo, a cocaína. Disse ainda que possui diversas passagens pelo sistema socioeducativo, demonstrando um cansaço da MSE. Adolescente não teve experiência laboral e não soube afirmar qual curso profissionalizante havia feito porque já tinha um tempo que teria feito (em MSE anterior). Disse que ficou assustado ao saber que a namorada estava grávida por se considerar novo, mas que cuidaria do bebê. Finalmente, assevera que pensa muito na experiência da paternidade e da maioridade que iria conquistar em poucos dias.

Jorge é um adolescente de 17 anos que mora sozinho na capital. Sua família é composta pelos pais e por mais 07 irmãos, sendo que um dos irmãos já faleceu na adolescência vítima de disparo de arma de fogo pela polícia. Acrescentou que os vínculos são precários, apesar de se sentir mais próximo do pai e do irmão caçula. Os pais eram usuários de droga e já estiveram acautelados no sistema prisional, sendo que ambos atualmente estão recuperados e estão trabalhando. O adolescente tem pouco contato com os genitores, que foram ausentes na sua criação. Jorge, desde os seus primeiros dias de vida, foi criado pela avó até os 10 anos. Relata que não gostava de morar com a avó na RMBH, pois, só ficava dentro de casa e não tinha nada para fazer. Em seguida foi morar com uma tia materna por dois anos na capital. Nessa época começou a ter problemas de convivência na escola que levaram a tia era chamada na diretoria, motivo pelo qual, a tia batia nele diariamente em casa visando corrigi-lo. No entanto, profissionais da escola viram marcas de agressão e chamaram a polícia. Em seguida, o adolescente foi encaminhado para o Conselho Tutelar e depois para uma instituição de acolhimento. Após alguns dias, um primo o retirou do abrigo e voltou a morar com a tia por alguns meses. Em seguida, iniciou o envolvimento infracional, evadiu da escola e passou a morar sozinho no local de atuação aos 12 anos de idade. Afirma fazer uso de bebida alcoólica e de maconha. Relata diversas apreensões e passagens pelo sistema de justiça e socioeducativo. Adolescente afirma que não teve outra experiência laboral a não ser no tráfico de drogas e que durante as passagens pelas MSE's já fez curso de Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro, de salgados, de auxiliar administrativo, comunicação solidária e, inclusive já trabalhou como jovem aprendiz na BHTrans por alguns meses, tendo interrompido a experiência porque evadiu da MSE. Por fim, não apresenta perspectiva de futuro e afirma viver um dia de cada vez.

Elza é uma adolescente de 17 anos e mora com o marido no interior do estado. A família é composta pela mãe, um padrasto, uma irmã, uma sobrinha e o marido. Relata que saiu da casa da mãe aos 10 anos para morar com a irmã mais velha, pois, não tinha uma boa relação com o padrasto. Aos 12 anos casou-se e foi morar em outra residência. Afirma que tinha um primo

muito próximo que atuava no tráfico de drogas, conhecia todos os seus amigos e fazia uso de maconha. Após um tempo esse primo foi assassinado, momento em que resolve entrar na dinâmica infracional do tráfico de drogas no intuito de vingar a morte de seu primo. No entanto, foi intensificando o envolvimento além do uso de drogas, inicialmente a maconha, passando a fazer uso de cocaína. Relata que insistiu para que o marido entrasse na dinâmica criminal, sendo ele apreendido e acautelado no sistema prisional. Nesse momento, passa a assumir uma posição mais forte no tráfico de drogas além de fazer uso abusivo de cocaína. Relata passagens por tráfico de drogas e roubo. No momento da entrevista, o marido estava livre e trabalhando formalmente. Por fim, demonstra arrependimento de suas escolhas e muita saudade da família. Sua prioridade além de finalizar a medida, seria voltar a estudar, trabalhar, ser mãe, bem como, ser uma boa filha.

Milton é um adolescente de 17 anos e mora com a mãe na capital. Tem uma irmã mais velha que já é casada e mora em outro local. A mãe trabalha como administradora. Relata início do envolvimento infracional aos 14 anos de idade no tráfico de drogas, momento em que também evade da escola. Aduz ainda que tem diversas passagens pelo sistema, tendo recebido a medida de Liberdade Assistida mas que não teria cumprido, pois, preferiu continuar com o envolvimento infracional. Afirma que não gosta de ficar saindo e sim de juntar dinheiro, motivo pelo qual se define como uma pessoa “*cabeça*” (sic). Relata fazer uso de álcool e de maconha. Durante o cumprimento da MSE de Semiliberdade fez curso da ESPRO e iria começar um curso no Senai. Finalmente, afirmou querer acabar logo o cumprimento de MSE.

Mozart é um adolescente de 16 anos e mora com o pai, a irmã e uma sobrinha na capital. O pai trabalha como pedreiro e a irmã trabalha em um restaurante. Não teve contato com a genitora apesar de saber quem era através de fotos e que vivia em situação de rua, afirmou ainda que ela teria falecido no ano anterior. Tem duas irmãs mais velhas que moram em outro local. De início, já afirma que a infância não foi boa, pois, o pai gostava de beber e quando chegava em casa o agredia. Quando era criança pedia ao pai dinheiro e este não dava, além disso, ajudava o pai em seu serviço sendo que recebia pouco dinheiro e sentindo-se injustiçado parou de trabalhar com o pai e entrou na dinâmica infracional. Relata início do envolvimento infracional aos 10 anos de idade no tráfico de drogas, sendo que é um dos, senão o principal, responsável pelas despesas da família e às vezes reveza algumas despesas ora com o pai e ora com a irmã. Aduz que antes do envolvimento infracional frequentava a igreja sozinho e que depois teria se revoltado fazendo uso de drogas e entrando na dinâmica infracional, além de evadir da escola. Durante o cumprimento da MSE de semiliberdade estava em uma unidade tendo iniciado o

curso de soldas, mas teria se envolvido em conflito com outro adolescente, motivo pelo qual foi transferido de unidade e não pôde terminar o curso. Na atual instituição fez o curso da Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro. Finalmente, afirma que sua principal prioridade é trabalhar para se sustentar e que se não conseguir arrumar algum emprego terá que voltar para a dinâmica infracional.

Belchior é um adolescente de 17 anos que mora com a mãe e mais oito irmãos na capital. A mãe trabalha como cozinheira, o irmão mais velho está acautelado no sistema prisional e a outra irmã mais velha cuida dos irmãos mais novos enquanto a mãe trabalha. Relata início do envolvimento infracional aos 12 anos de idade no tráfico de drogas e ao ver que estava ganhando pouco dinheiro passou a atuar em outros atos infracionais, tais como, furto e roubo. Afirma que possui diversas passagens pela justiça e pelo sistema socioeducativo além de demonstrar cansaço de cumprimento de MSE e de causar “*desgosto*” (sic) à genitora. Aduz que não teve infância e adolescência, pois, passou a maior parte dela “*preso*” (sic). Confessa fazer uso de álcool e de drogas. Belchior afirma que sabe escrever algumas coisas e assinar o nome, porém, não sabe ler. O adolescente fez o curso da Rede Cidadã – Jovens profissionais do futuro, mesmo que tenha dito que não sabe ler, que foi auxiliado pelas técnicas na realização do curso. Finalmente afirma desejo de terminar a medida, conseguir um trabalho e ajudar a mãe com as despesas.

Beethoven é um adolescente de 17 anos que mora com a mãe e mais três irmãos mais novos na capital. Relata longo envolvimento infracional no tráfico de drogas, tendo iniciado por vontade própria no começo da pandemia de Covid-19 por volta dos 14 anos, momento em que interrompe os estudos por não ter se adaptado às aulas *online* tendo, inclusive, tomado bomba e quando as aulas retornaram não quis estudar à noite no EJA por ser “*vazio*” (sic). Antes de iniciar o envolvimento fazia apenas o uso de drogas e diante do desejo de obter dinheiro aliada a vontade de ser independente iniciou o envolvimento infracional. A mãe encontrava-se desempregada no momento da entrevista. Relata ainda que já chegou a ser encaminhado para o trabalho de jovem aprendiz na ASPROOM através da Liberdade Assistida em virtude da realização do curso de técnico em informática, porém, pediu para não dar continuidade porque todos os seus colegas ficaram sabendo que estava em cumprimento de MSE e começaram a lhe questionar como era “*marchar cadeia*” (sic), sendo este um fato que o desagradou. Não possui experiência laborativa e não mencionou outro curso profissionalizante que teria realizado. Tornou-se pai recentemente e relata desejo de cuidar da filha. Na entrevista ao tratar do envolvimento infracional, o adolescente afirma acreditar que tráfico seja um trabalho,

principalmente, por existir uma rotina e renda. Nesse ínterim afirma que criminoso seriam somente aqueles que passaram pela justiça, assim o rótulo de “*criminoso*” (sic) é algo imposto pela justiça e que conhece muitos trabalhadores do tráfico que nunca foram pegos. Afirmou ainda que a internação é um espaço onde se aprende tudo, inclusive, quem é inocente passa a aprender o atividades criminosas, nesse caso, prefere aprender de tudo para saber o que gosta e o que não gosta. Por conseguinte, aduz a importância de diferenciar trabalhador de usuário de drogas, sendo que estes são aqueles que trabalham para poder consumir a droga, enquanto os primeiros trabalham para conseguir uma renda. Finalmente, disse que hoje sua prioridade seria arrumar um trabalho para poder cuidar da filha.

Bach é um adolescente de 16 anos que estava morando sozinho na capital. Sua família é composta pela mãe e irmã, sendo que Bach e a irmã são adotados e os pais adotivos eram casados na época. A mãe trabalha como enfermeira e não mencionou a profissão do pai. Após a MSE o adolescente afirma que irá voltar a morar com a mãe e a irmã. Relata início do envolvimento infracional aos 09 anos de idade, momento em que os pais adotivos se divorciam, inclusive, aponta que foi o seu envolvimento infracional que causou a separação dos pais. Após a separação passa a ter contato precário com o pai, rompendo o vínculo com este, além de demonstrar maior afeição à mãe e à irmã. Acrescenta que tinha uma bolsa em uma escola particular da capital, mas que devido ao envolvimento infracional evadiu da escola. Afirmo fazer uso de maconha e relata diversas passagens pela delegacia, inclusive, começou a ser apreendido por volta dos dez anos de idade sendo encaminhado para o Conselho tutelar. Relata ainda que, tentaram tirar a sua guarda da mãe adotiva. No começo, em virtude do envolvimento infracional e das recorrentes abordagens policiais, mudou-se com a mãe por duas vezes para dois bairros diferentes, até que decidiu morar sozinho em outro bairro. Durante o cumprimento da MSE de internação fez o curso da MRV, curso de informática básico, intermediário e o avançado. Também já fez curso de barbeiro. Por fim, Bach tem o sonho de comprar uma casa para a mãe e dedicar aos estudos.

Johann é um adolescente de 14 anos que reside com o pai, madrasta e um irmão mais novo em uma cidade do interior do estado. Tem também vínculos com a mãe e um irmão mais velho que moram na mesma cidade, inclusive, o adolescente morava com eles até o envolvimento infracional, a partir do qual passou a residir com o pai. A mãe trabalha cuidando de idosos e o pai é eletricitista. Afirmo ter diversas passagens por tráfico de drogas e roubo, porém, sua atual medida trata-se de uma tentativa de homicídio. Relata início do envolvimento infracional aos 11 anos de idade com a prática do ato infracional análogo ao crime de roubo,

sendo que com dinheiro adquirido comprava droga e revendia por um valor mais caro. Disse ainda que, gostava de praticar atos infracionais e os praticava para ter a própria renda. Não mencionou se teria feito curso profissionalizante durante o cumprimento da MSE. Finalmente, estava em cumprimento de sua primeira MSE e sentia saudades de casa e da família.

Chopin é um adolescente de 17 anos que mora com a mãe e dois irmãos em uma cidade do interior do estado, sendo que o mais velho se encontra acautelado no sistema prisional e o mais novo trabalha como menor aprendiz. Relata que tinha uma boa vida e uma infância normal até a separação dos seus pais, aos 11 anos de idade. Avalia tal evento como uma experiência negativa em sua vida e que teria começado o envolvimento infracional após a separação, levando o irmão mais velho junto. Neste mesmo momento, com a separação ficou morando com a mãe por dois anos, inicia o uso abusivo de drogas, sobretudo, a cocaína e o mesmo acontecia com seu irmão, bem como inicia o envolvimento. Após, chegou a morar com o pai durante um ano aos treze anos de idade, porém, não adaptou a morar com o pai e passou a residir novamente com a mãe. Devido ao uso abusivo de drogas, internou-se em uma clínica de recuperação por duas vezes. Em decorrência do vício, afirma que precisou praticar roubos para quitar dívidas de drogas. Durante o cumprimento da MSE fez o curso da Rede Cidadã- Jovens profissionais do futuro e o curso Conecte-se com o amanhã. Finalmente, relata uma preocupação com a maioridade que iria conquistar em poucos dias, além de afirmar que apesar da saudade da família, entende ser justo o recebimento da MSE devido ao seu envolvimento infracional.

Frisa-se que todos os entrevistados afirmaram que entraram na dinâmica infracional para obter dinheiro e comprar as coisas que desejavam. Também, é unânime entre os adolescentes/jovens a ideia de que a função exercida no tráfico de drogas pode ser considerada um trabalho tendo em vista que existe uma rotina, uma hierarquia, uma função e, sobretudo, uma renda pela tarefa realizada. Essa é uma temática que merece ser estudada com rigor em futuras pesquisas.

Na tabela a seguir apresenta-se uma síntese das principais informações dos participantes recrutados que estão em cumprimento de MSE.

Tabela 3- Síntese dos dados demográficos dos socioeducandos

Nome fictício, idade, escolaridade e residência (onde e com quem).	Medidas Socioeducativas e demais informações relevantes.	Experiência de trabalho anterior ao cumprimento da MSE.	Curso profissionalizante na MSE atual ou anteriores.
--	--	---	--

<p>Brian, 14 anos (não informou a série escolar). Mora com a avó paterna e uma tia no interior de MG.</p>	<p>Estava cumprindo internação há três meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, mas também tem passagem por receptação. Essa é a sua primeira medida de internação, mas relata já ter recebido MSE de meio aberto (LA), porém, não iniciou o cumprimento. Relata diversas passagens pelo sistema*.</p>	<p>Já trabalhou apanhando café e já cuidou de bois em uma fazenda aos 13 anos de idade.</p>	<p>Durante o cumprimento da MSE estaria fazendo curso de digitação.</p>
<p>Tom, 14 anos e está na nona série do ensino fundamental. Morava sozinho na RMBH. Mas vai voltar a morar com a mãe e os irmãos após a MSE.</p>	<p>Estava cumprido a internação a quase dois meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas e tem passagem por dano ao patrimônio público. Essa é sua primeira medida socioeducativa. Relata diversas passagens pelo sistema*.</p>	<p>Já trabalhou vendendo doces aos finais de semana e descarga de caminhão no CEASA.</p>	<p>Durante o cumprimento da MSE estaria fazendo curso de digitação.</p>
<p>Chico, 17 anos e está sétimo ano do ensino fundamental. Mora com a mãe na capital.</p>	<p>Estava cumprido a internação há dois meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas e tem passagem por ato infracional análogo ao crime de roubo. Essa não é a sua primeira MSE, relata ter recebido LA, duas MSE de semiliberdade, uma MSE de internação. A atual passagem tratava-se de um retorno de internação em que teria evadido.</p>	<p>Não teve experiência de trabalho.</p>	<p>Não soube mencionar qual curso profissionalizante fez durante o cumprimento da MSE.</p>
<p>Jorge, 17 anos e está no oitavo ano do ensino fundamental. Mora sozinho na capital.</p>	<p>Está cumprindo internação a doze dias por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Afirma longa trajetória infracional, diversas passagens pelo sistema de justiça e socioeducativo. Essa não é sua primeira MSE, já recebeu</p>	<p>Já trabalhou por alguns meses como Jovem Aprendiz na BHTrans devido ao encaminhamento da MSE anterior.</p>	<p>Já fez curso da Rede Cidadã – Jovens profissionais do futuro, de salgados, de administrativo e de comunicação solidária.</p>

	LA, Semiliberdade e a atual passagem tratava-se de um retorno de internação em que teria evadido.		
Elza , 17 anos e está no sexto ano do ensino fundamental. Mora com o esposo no interior de MG.	Estava cumprindo internação há três meses por ato infracional análogo ao crime de roubo e de tráfico de drogas. Essa é sua primeira medida socioeducativa. Relata poucas passagens pela sistema de justiça.	Já trabalhou como babá e faxineira.	Fez curso de <i>Biscuit</i> .
Milton , 17 anos e está no sexto ano do ensino fundamental. Mora com a mãe na capital.	Estava cumprindo a semiliberdade há três meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas e tem passagem por receptação. Já recebeu LA, mas não cumpriu. Essa é a primeira medida socioeducativa de semiliberdade recebida e em cumprimento. Também relata diversas passagens pelo sistema*.	Já trabalhou em lava-jato.	Fez curso da ESPRO e iria começar um curso no Senai.
Mozart , 16 anos (não informou série escolar). Mora com o pai, a irmã e uma sobrinha na capital.	Estava cumprindo a semiliberdade há dois meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Já recebeu LA mais de uma vez e não cumpriu. Essa é sua primeira medida socioeducativa de semiliberdade recebida e em cumprimento. Também relata diversas passagens pelo sistema*.	Já trabalhou de ajudante de pedreiro.	Fez o curso da Rede Cidadã – Jovens profissionais do futuro e iniciou um curso de soldas mas por fatores externos não concluiu.
Belchior , 17 anos e está na terceira série do ensino fundamental. Mora com a mãe e oito irmãos na capital.	Estava cumprindo internação há cinco meses por ato infracional análogo ao crime de furto e tem passagens por roubo, tráfico de drogas e porte de arma. Já cumpriu outras medidas socioeducativas (de LA e semiliberdade), relata	Não teve experiência de trabalho.	Fez o curso da Rede Cidadã – Jovens profissionais do futuro.

	diversas passagens pelo sistema* e, atualmente, estava cumprindo a terceira internação.		
Beethoven , 17 anos e está no oitavo ano do ensino fundamental. Mora com a mãe e mais três irmãos mais novos na capital.	Estava cumprido a internação há três meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Essa é sua segunda medida socioeducativa de internação. Já recebeu medida de meio aberto (LA) e relata diversas passagens pelo sistema*.	Não teve experiência de trabalho antes da MSE. Outrossim, chegou a ser encaminhado para ASPROOM, porém, interrompeu o contrato.	Ainda não fez curso na atual medida.
Bach , 16 anos e está na sétima série do ensino fundamental. Morava sozinho na capital. Mas vai voltar a morar com a mãe e a irmã após MSE.	Estava cumprindo internação a três meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Já recebeu outras medidas socioeducativas (de LA e semiliberdade), relata diversas passagens pelo sistema e conselho tutelar. Recebeu internação pela primeira vez por descumprimento de semiliberdade e devido a prática de novo ato infracional.	Não teve experiência de trabalho.	Fez o curso da MRV, curso de informática básico, intermediário e o avançado. Também já fez curso de barbeiro.
Johann , 14 anos (não informou série escolar). Mora com o pai no interior de MG.	Estava cumprindo a internação há cinco meses por ato infracional análogo à tentativa de homicídio, mas tem passagem por atos infracionais análogos aos crimes de tráfico de drogas, furto e roubo. Essa é a primeira medida socioeducativa e relata diversas passagens pela delegacia.	Não teve experiência de trabalho.	Não informou qual curso profissionalizante realizou durante o cumprimento da MSE.
Chopin , 17 anos e está no sétimo ano do ensino fundamental. Mora com a mãe e dois	Estava cumprindo a internação há quatro meses por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Tem passagens por atos infracionais análogos ao crime de	Já trabalhou de marmoraria.	Durante o cumprimento da MSE fez o curso da Rede Cidadã- Jovens profissionais do futuro e o curso Conecte-se com o amanhã.

irmãos no interior de MG.	roubo. Essa é a primeira medida socioeducativa de internação, mas já recebeu LA e não cumpriu. Relata diversas passagens pela delegacia. Já passou por clínica de recuperação devido ao uso abusivo de droga ilícita.		
---------------------------	---	--	--

Fonte – Elaboração própria

6.2.2 Entrevistas e as categorias temáticas

Em síntese, os resultados da pesquisas, assim como nos achados de Pereira (2023, artigo 1, p. 21-36), apontam que os adolescentes e/ou jovens possuem a idade acima de 14 anos e, em sua grande maioria, possuem família monoparental, tendo a mãe como cuidadora principal. Em um caso a família é monoparental paterna (Mozart) e, em dois casos a criação é destinada aos familiares extensos (Brian e Jorge). A maioria dos entrevistados reside na capital ou na RMBH. Há uma discrepância entre a idade e série escolar que, essencialmente, é marcada pela evasão escolar a partir do início do envolvimento infracional. Sendo que do total dos participantes (15), apenas dois estão no Ensino Médio e o restante encontra-se no ensino fundamental. Os atos infracionais mais recorrentes nos discursos foram atos infracionais análogos aos crimes de tráfico de drogas e roubo, ressalva-se que o primeiro se deve a seleção do perfil específico do grupo de pesquisa.

A maioria dos entrevistados relata o início do envolvimento infracional ainda criança, em alguns casos aos nove anos de idade, sendo que a média é aos 12 anos de idade e apresentam como principal motivação o desejo de ter dinheiro para consumo. Finalmente, narram longo envolvimento infracional marcado por diversas perseguições e apreensões policiais e várias passagens pelo sistema de justiça e socioeducativo, tendo inclusive recebido outras medidas socioeducativas, principalmente, a de meio aberto (LA).

Feitas as apresentações dos perfis e principais dados das histórias de vida dos participantes, essa seção será dedicada a apresentação das categorias que emergiram a partir da análise das entrevistas. Acrescenta-se que para evitar repetições optou-se por realizar a divisão a partir dos temas e não por perfis de participantes (egressos e em cumprimento de MSE), desse modo, se por acaso tiver divergências dentro de um tema elas serão discriminadas no decorrer do texto.

Como já mencionado na seção “3.2 Curso de Vida” é imprescindível considerar o indivíduos em suas diversas dimensões a fim de compreender sua história de vida. Por conseguinte, de acordo com Heinz e Krüger “as instituições sociais básicas, principalmente, a família, a educação, a economia e a política social, desempenham um papel central na viabilização ou restrição das continuidades do curso de vida” (2001, p.34, tradução nossa)⁴⁸, sendo essas algumas das categorias discriminadas a partir das narrativas. Vejamos:

a) Eventos importantes e possíveis *turning point*

De acordo com Elder (1998), as histórias de vidas são marcadas por uma espécie de acumulação de desvantagens, que através de uma série de experiências negativas que, de certo modo, influenciam as escolhas e trajetórias dos indivíduos. Cita-se como exemplos o rompimento de vínculos afetivos, a ausência afetiva materna ou paterna, a morte de um ente querido, a separação dos pais, o término de um namoro, a evasão escolar, ter sido vítima de violência ou até mesmo a privação de recursos.

Durante a fala dos participantes, foi possível perceber alguns eventos que foram significantes em suas vidas e reconhecendo o impacto destes eventos, optou-se por mencionar alguns deles nesta seção. Para Alan, cuja infância e adolescência é marcada pela ausência paterna, afirma que a experiência da paternidade é algo significativo a ponto de fazê-lo refletir sobre as suas escolhas.

Para o entrevistado Bob, cuja trajetória é marcada por constantes perseguições policiais, avalia que a experiência do socioeducativo, apesar de avaliar como uma experiência negativa, aponta que teve um lado positivo, pois permitiu que vinculasse ao programa Se Liga e aprendeu a valorizar a liberdade:

Entrevistado: Pra mim num reflete nada na minha vida. Tipo, única coisa que eles fez pra mim de bom, que eu acho, até hoje, foi ter arrumado, tipo, um acompanhamento aqui fora. Tipo, do “Se Liga”. Tipo, lá eu tava dando assistência, aparecendo um curso, benefício, pra num ficar à toa (Bob).

⁴⁸ Trecho original: “Basic social institutions, mainly the family, education, economy and social policy play a central role in enabling or restricting life-course continuities”.

Para Jimi, a experiência do cumprimento de uma MSE foi algo que impactou a ponto de provocar em si um amadurecimento além de começar a refletir sobre a necessidade de arrumar um trabalho e poder ajudar as pessoas, a seguir:

Entrevistador: Para além da liberdade, você acha que serviu para mais alguma coisa na medida que você passou lá?

Entrevistado: Serviu, porque eu amadureci lá, né? Porque eu era um moleção na época e amadureci lá. Foi até o que eu falei pra minha mãe, foi lá que eu me transformei em homem, né? Foi lá que eu vi a realidade da vida e comecei a transformá-la. Mas não foi boa assim, mas foi tranquilo. Consegui passar tranquilamente por ela.

Tom, em sua narrativa menciona que estava trabalhando com o pai de seu ex-padrasto e quando ele e sua mãe foram vítimas de agressões do padrasto, a mãe rompeu o vínculo com este e mudaram de casa. Momento em que o adolescente para de trabalhar e se insere na dinâmica infracional. Diante dos fatos relatados, infere-se que o rompimento de vínculos, pode ser considerado como uma experiência negativa e, inclusive, uma mudança de trajetória, eis que além da mudança de casa, Tom inicia o envolvimento infracional.

Chopin afirmou que sua infância era boa até o momento em que os pais viviam juntos. Acrescenta que depois que os pais se separaram, ficou chateado com a separação e quando tinha 11 anos, *“Aí eu me envolvi com os amigos errados, aí eu comecei a entrar pro tráfico de droga”*. Além da separação dos pais que, inclusive, pode ter contribuído para o uso abusivo de drogas, o adolescente afirma que sua passagem pela clínica de reabilitação foi uma experiência negativa, pois, *“Ah foi bom não por causa que a clínica lá não adianta nada Ela só deixa chapado de remédio, depois você sai e eles não falam mais nada”*. Até mesmo, disse que após sua segunda passagem pela clínica ficou pior porque *“A minha mãe não dava atenção. Quando era dia de ligar, ela não atendia. Aí eu fiquei muito bolado, fiquei muito revoltado”*, percebendo-se uma carência afetiva materna.

Chopin, ainda, relata que tinha uma namorada que morava com ele e quando ela precisou ir embora para morar em outro estado, isso o deixou bastante chateado fazendo com que intensificasse ainda mais o uso de drogas. Inclusive, fez com que *“Aí nisso, aí eu comecei a traficar mais ainda, perdi a casa, voltei a morar com a minha mãe”*. Ademais, com o envolvimento infracional, mais vínculos foram sendo rompidos: *“Ah, foi ruim. Minha família começou a desfazer de mim e do meu irmão, mas já não ia na casa da minha avó mais”*. No final de sua narrativa, Chopin afirma sentir falta da infância e que *“queria voltar no passado”*.

Já Chico afirma que mesmo após apreensões policiais continuou envolvimento com o tráfico de drogas porque gostava da fama e do fato de que passou a ser respeitado, eis que, na infância era vítima de *bullying*, em suas palavras:

Entrevistador: Da fama? Que tipo de fama?

Entrevistado: Ah, não sei tipo assim... Igual eu... Os meninos que me conhecia... Antes... Igual eu conheço hoje. Hoje eu tenho um pouco mais de respeito entendeu?

Entrevistador: Todo mundo te conhece, agora. E você não era respeitado?

Entrevistado: Não era respeitado.

Entrevistador: Mas você era vítima de alguma coisa?

Entrevistado: Ah, hoje os meninos fazia *bullying* comigo. Pegavam os cano e batem em mim. Ai revoltei

Entrevistador: Ah, eles batiam em você?

Entrevistado: É, aí hoje quem que bate, hoje em dia comprimento e abaixa a cabeça.

Ao ser questionado sobre a revolta que sentia, Chico menciona que quando pedia coisas à mãe, ela não lhe dava, mas dava para o namorado: “*Ah eu pedi minha mãe quando eu era mais novo, eu pedi pra minha mãe um [inaudível] mas ela não me dava e dava pro namorado dela*”. O entrevistado fala ainda sobre a experiência da paternidade, que apesar de ser um choque por se considerar novo para ser pai, afirma que é algo que o faz repensar. Até mesmo a experiência da maioridade, pois, entende que agora se continuar no envolvimento irá para cadeia e que agora tem uma filha para cuidar.

Belchior avalia que a infância foi muito ruim, pois, passou a maior parte dela preso: “*Minha infância foi muito ruim. Eu passei só preso na minha infância*” e que agora está cansado dessa vida de ficar somente preso.

Semelhante ao afirmado por Belchior é a narrativa de Bach: “*Fui machucado desde os meus nove anos, entrei pro crime novo. Não tive uma infância, como que eu posso falar? Não brinquei, como eles falam. Não tive uma infância. Na infância mesmo eu fui desperdiçado na vida do crime*”. Inclusive, o adolescente percebe o seu envolvimento infracional como a motivação para a separação dos pais adotivos: “*Divorciou por causa de mim. É porque eu entrei na vida do crime.*”, eis que, o responsável não aceitava o envolvimento infracional.

Por outro lado, Mozart avalia que sua infância não foi boa porque era vítima de violência familiar:

Porque quando... Porque teve uma época que quando meu pai chegava, ele gostava de beber todo dia. Aí sempre quando ele chegava, ele ficava me batendo, né? Ficava só me batendo. Aí, depois disso que ia acontecendo, eu

comecei a pedir ele dinheiro, esse negócio. Só que ele não queria ficar me dando muito dinheiro.

Inclusive, quando o pai recusa a dar dinheiro para o filho e a dividir o dinheiro do serviço por igual, Mozart para de trabalhar com o pai e ingressa na dinâmica infracional.

Elza afirma que um fato que contribuiu para o início de seu envolvimento infracional, foi a morte do seu primo, que foi um fato que a impactou significativamente a ponto de almejar vingança. Já o entrevistado Jorge afirma que não teve infância e acredita que sua vida teria sido diferente se a avó tivesse deixado a genitora o entregar para a adoção de um casal que à época não podia ter filhos e o queria adotar.

A partir dos relatos discriminados é válido dizer que “a trajetória dos adolescentes é marcada por diferentes experiências, que vão desde as variadas expressões de violências até a possibilidade de encontros em que se percebe a possibilidade de ações pautadas pela dialogicidade e a tentativa de produção de novos projetos de vida” (Medeiros e Paiva, 2021, p. 37). Sendo estes os pontos que mais chamaram atenção nas narrativas e que podem ter contribuído, sobremaneira, para o início do uso de drogas ou até mesmo para o início e/ou possível permanência no envolvimento infracional, ou seja, podem ter sido eventos significativos a ponto de implicar em uma transição e, conseqüente, mudança de trajetórias em seus cursos de vida, no caso, em grande maioria foram possíveis *turning point* negativos.

Para além destes pontos, a seguir pretende-se trazer outros dados que dizem muito sobre a história de vida dos participantes, inclusive, é a partir das próximas categorias cujas vozes ouvidas serão representadas e discutidas a partir da literatura.

b) Família e vínculos sociais

Antes de adentrar na temática, é imperioso lembrar o princípio de vidas conectadas (trabalhados na seção 3.2.3), no qual, os indivíduos vivem de forma interdependentes mas são abrangidos por uma série de vínculos sociais, que se manifestam em uma infinidade de redes interconectadas que são formadas ao longo da vida (Elder, 1998, p. 4). No caso, a família aparece como um dos principais vínculos, eis que, bastante recorrentes nas falas dos entrevistados. A família enquanto instituição, é de fundamental importância para a formação e desenvolvimento do indivíduo, isso porque socio-historicamente é a primeira responsável pela transmissão de afeto, valores, habilidades e sociabilidade (Pereira, 2023, p. 111). Menciona-se que neste momento, considerar-se-á como família: a mãe, o pai e irmãos.

Em conformidade a este raciocínio Elder (1998), a partir do estudo da Grande Depressão, destacou a família como principal elo para o bem-estar das crianças, inclusive, apontou que se as famílias estivessem com dificuldades econômicas tal fato iria influenciar no comportamento e escolhas de vida dos filhos. Ainda segundo o autor, “os laços sociais com outras pessoas significativas tornam-se formas de controle social e de constrangimento na canalização de decisões e ações individuais. A socialização ocorre através dessas redes de relações sociais” (Elder, 1998, p. 6, tradução nossa)⁴⁹.

Ainda sobre o contexto familiar, entende-se que este pode ser tanto um fator protetivo quanto de risco, segundo estudo de Borges e Schneider (2021), para além da prevenção do uso de drogas o suporte familiar positivo desempenha papel fundamental na prevenção do envolvimento infracional. Complementam ainda que um contexto familiar conturbado pode contribuir para comportamentos infracionais, muitas vezes associados ao uso de drogas. Desse modo, os vínculos sociais e familiares são imprescindíveis para o processo de apreensão de valores, regras e normas sociais, por conseguinte, para a socialização.

Em relação aos aspectos familiares, os entrevistados demonstram grande afeição a eles, demonstrando no geral forte vínculos à mãe e aos irmãos. Mais enfaticamente, é a mãe que aparece com um papel de destaque na vida dos entrevistados, sendo principal fonte de afeto, de cuidado e de preocupação. Inclusive, a preocupação com a genitora os impulsionam a se movimentarem para ajudar nas despesas da casa ou evitando pedir dinheiro à mãe. Tal fato pode ser percebido nas seguintes falas: “*porque eu tenho que ajudar a minha mãe dentro de casa*” (Alan); “*Pra ajudar minha mãe a pagar as contas de casa*” (Jimi).

A preocupação e proteção com a genitora é percebida para além do desejo dos participantes em conseguirem uma renda para ajudar a custear as despesas da casa, bem como, na tentativa de esconder da mãe o envolvimento infracional, como é o caso de Tom que ficou com medo da mãe descobrir de uma vez o envolvimento, de Beethoven que inventou estar namorando para poder ficar mais tempo fora de casa. Belchior, por sua vez, afirma o desejo de interromper o envolvimento porque tal fato faz a mãe sofrer e Bach afirma que o envolvimento e as perseguições policiais causam “*desgosto*” (sic) à genitora.

Ainda em relação ao apoio dos pais, Lloyd e Turanovic (2020) expressa a ideia de apoio instrumental como um fator de proteção e uma forma de assistência para o desenvolvimento de

⁴⁹ Trecho original: “Social ties to significant others become forms of social control and constraint in channeling individual decisions and actions. Socialization occurs through such networks of social relationships”.

crianças e adolescentes. Essa forma de apoio familiar, sobretudo dos pais, de acordo com os autores, pode ajudar os jovens a serem financeiramente estáveis e assim fornecer meios e orientações para o processo de desenvolvimento dos seus filhos. No entanto, a realidade expressada pelos participantes do estudo, no modo geral, está na contramão desta lógica devido a situação de vulnerabilidades financeira dos pais, social e de estudos que vivenciam, porém, os indivíduos se adaptam da melhor maneira que conseguem, como já apontado anteriormente.

Para três participantes, a mãe era uma figura ausente. No caso de Brian a mãe o deixou com a avó paterna em busca de emprego em outro estado e não fazia contato com o filho. No caso de Mozart, a mãe viveu em situação de rua em boa parte de sua história, sendo que atualmente é falecida. Já no caso de Jorge, foi entregue aos cuidados da avó materna desde os seus primeiros dias de vida e relata pouco contato com a genitora devido a conflitos de convivência.

Chopin, apesar de morar com a mãe, relatou que com a separação dos pais, a mãe parou de cuidar dele, de fazer comida, sendo que teve que se virar sozinho, inclusive, durante sua internação em uma clínica de recuperação para dependência química, *“A minha mãe não dava atenção. Quando era dia de ligar, ela não atendia. Ai eu fiquei muito bolado, fiquei muito revoltado”*. A situação foi parecida no caso de Chico cuja mãe não foi visitá-lo na instituição: *“Ela falava que se eu fosse preso ela não me visitava, dito e feito”*. Nesse sentido, a ausência materna é algo que marca profundamente a vida dos sujeitos que ora se dizem conformados, ora chateados e tristes com a situação.

Por outro lado, a ausência paterna é mais comum nas narrativas, sendo que alguns casos nem mencionam uma figura paterna (Alan, Jimi, Tom, Chico, Milton, Belchior, Beethoven e Elza), em outros casos não possuem vínculo com o pai (Brian, Bach). Apenas os entrevistados Bob, Mozart, Johann, Jorge e Chopin possuem convivência com pai. A ausência paterna impacta diferentemente a vida de cada um dos participantes, sendo que para Alan ela é mais intensa e pode-se considerar como um evento significativo em sua vida, tanto que, afirma que apesar de não ter tido um pai, ele pretende ser um pai presente para a filha que irá nascer: *“Eu não tive, mas eu vou ser né? Tem que ser um pai, né? Tem que ser presente”*, ainda reitera quando questionado se vai ser um pai presente, *“Claro, eu vou ser, não pretendo não, eu vou ser presente. Nem que eu tenha que fazer o que for preciso, mas eu vou ser”* (Alan).

Além disso, este participante demonstra um afeto e cuidado com o irmão mais novo, inclusive, se colocando em um papel responsável de pai quando questionado o porquê deste cuidado com o irmão: *“É porque ele é o mais novo também, é que nem eu, né? Vai crescer*

querendo ou não, sem pai. E é isso aí” (Alan). No caso, Alan deseja ser tanto o responsável quanto uma figura masculina e de exemplo para o irmão caçula.

Em relação aos irmãos, os participantes demonstram grande afeição sendo que os mais velhos se enquadram como uma figura masculina e de referência enquanto os mais novos são motivos de cuidado e proteção. Além desses, relatam bons vínculos com os demais membros da família extensa que participaram da criação e demais atividades de suas histórias de vida. Por exemplo, o entrevistado Brian foi criado pela avó e tia, pessoas por quem nutre profundo afeto e zelo. Contrariamente, Jorge que foi criado pela avó e pela tia materna, apesar de não ter dito o motivo, afirma não nutrir afeto por elas.

Além desses, alguns dos entrevistados relatam ter um relacionamento amoroso, outros já tiveram e irão ser pais e uns poucos afirmam preferirem ficar solteiros. Também, é comum na fala dos entrevistados que estavam em cumprimento de MSE, uma vinculação com o território onde moram ou onde possuem envolvimento conforme Bach se define como “*cria*” (sic)⁵⁰ do território, motivo pelo qual optam por circular apenas onde se sentem bem.

Conforme salientado por Assunção e Carvalho (2021), os laços familiares, e acrescento os laços sociais, são fundamentais para ressignificação da trajetória de vida, bem como o apoio familiar, as visitas e os diálogos presenciais são imprescindíveis para fortalecimento de vínculos familiares e, conseqüente, reintegração social. Concluem que é importante considerar a potencialização e o fortalecimento de vínculos familiares como estratégias positivas para o processo socioeducativo, sobretudo, para construção de identidade e aquisição de valores sociais.

Em relação aos vínculos familiares, é apontado como um dos principais contrapesos da MSE, para além da privação de liberdade, o fato de estar longe da família. Essa queixa é mais intensa para os entrevistados residentes no interior do estado que relatam muita saudade dos familiares. Devido à distância ainda não receberam visitas, sendo o caso de Brian, Elza, Johann e Chopin, reforçando-se que este é um dos lados ruins da MSE, contrariando as diretrizes previstas no SINASE, eis que, deve-se viabilizar o encontro entre socioeducandos e familiares a fim de fortificar os laços afetivos.

Entre os entrevistados, 5 deles expressaram o rompimento destes laços em algum momento relacionado ao envolvimento infracional, ficando ainda mais complexo o retorno ao seio familiar após o envolvimento. No caso de Chopin, o envolvimento infracional provocou o

⁵⁰ O entrevistado Bach define “*cria*” como alguém que é nascido e criado no território, logo, é conhecido por todos.

rompimento de vínculos com os membros da família extensa: “*Ah, foi ruim. Minha família começou a desfazer de mim e do meu irmão, mas já não ia na casa da minha avó mais*”, inclusive, afirma que o pai ficou triste ao saber do seu envolvimento e do irmão. Já para Bach, a partir do seu envolvimento, o pai adotivo rompeu o vínculo consigo, inclusive, aponta que foi o motivo de separação dos pais. Para estes casos, acredita-se ser interessante o fortalecimento dos vínculos familiares para facilitar no processo de retomada e reinserção destes após o cumprimento da medida.

Tanto a mãe quanto os irmãos são figuras de exemplo e referência, cujos vínculos positivos podem ser compreendidos como uma rede de apoio afetivo e social que contribui significativamente para o processo de reintegração dos entrevistados. Este também é o resultado encontrado nas pesquisas de Priuli e Moraes (2007) e Assunção e Carvalho (2021) em que o suporte familiar, especialmente na figura da mãe, é um fator determinante para a ressignificação das experiências vivenciadas, bem como para a procura por novas oportunidades e trajetórias.

Em suma, os vínculos familiares e sociais dos entrevistados são marcados fortemente pela figura de suporte afetivo e financeiro da mãe, aquela quem cuidou da criação e cuida dos custos das despesas familiares, ou a que ajuda contribuindo financeiramente para o sustento do filho quando moram em outra residência, bem como, os irmãos. Além do mais, o vínculo forte à genitora é algo que faz repensar a trajetória infracional, clarividente na fala de Alan: “*De tanto ver a minha mãe passar pelas coisas, eu resolvi dar um tempo*” (Alan).

Apesar do cenário de vulnerabilidades marcados, essencialmente, pela ausência paterna, concorda-se com Elder que a teoria do curso de vida “alertam-nos para este mundo real, um mundo em que as vidas são vividas e onde as pessoas traçam caminhos de desenvolvimento da melhor forma possível” (1998, 9, tradução nossa)⁵¹, sobretudo, quando se fala do sacrifício da mãe em trabalhar e cuidar dos filhos, motivo pelo qual é fruto de afeto e admiração por eles.

Por fim, os vínculos familiares ou sociais, a depender das várias configurações assumidas pelas interações sociais podem, potencialmente, influenciar a tomada de decisão dos indivíduos (Oliveira, 2020), motivando-o ou inibindo-o de se envolver em comportamentos específicos, dependendo da natureza e do significado do vínculo.

c) Escola

⁵¹ Trecho original: “Life course theory and research alert us to this real world, a world in which lives are lived and where people work out paths of development as best they can”.

A escola como uma outra instituição fundamental para o desenvolvimento e formação do indivíduo, é um espaço destinado para a educação, um espaço de socialização, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho (já destacado na seção 6.1.2 alínea “c”).

Sobre os aspectos escolares, percebe-se na maioria dos relatos que os entrevistados evadiram da escola quando iniciaram o envolvimento infracional. Estes dados estão em consonância com os resultados da pesquisa realizada por Pereira : “os resultados apontam que esses sujeitos, ainda em desenvolvimento, foram se desvinculando aos poucos do ambiente escolar, à medida que encontraram identificação com o contexto infracional” (2023, p. 37), isso porque segundo os dados encontrados “a escola deixa de ser atrativa ou presente na proporção inversa ao envolvimento com a infracionalidade” (Pereira, 2023, p. 81). Assim, a evasão escolar tem como principais motivações o fato de não gostar de estudar ou do ambiente escolar, ou por conta da incompatibilidade de horários ou porque ficavam cansados após o “*plantão*” (sic) no caso daqueles apreendidos pela prática do ato infracional do tráfico de drogas.

De acordo com Oliveira (2020), “a mudança na lógica formal pedagógica em uma direção menos tutelar que se dá com a progressão etária pode se apresentar como um abismo para os jovens periféricos oriundos de famílias populares”. Nessa seara, os entrevistados Alan e Beethoven pararam de estudar quando aconteceu a pandemia do Covid-19 sob a justificativa que não se adaptaram as aulas *online*⁵², sendo que quando as aulas retornaram abandonaram os estudos devido ao fato de terem tomado bomba e porque não queriam estudar à noite com a “*sala vazia*” (Beethoven). Tais fatos, permitem reiterar que a evasão escolar, também, está ligada à pouca atratividade e vinculação do adolescente e ou jovem com o ambiente escolar.

Por conseguinte, o entrevistado Milton é mais enfático e afirmou que: “*Parei depois da pandemia. Quando começou a pandemia assim aí eu parei. Aí eu falei, ah não, bandido que é bandido, mesmo não estuda não*” e complementa dizendo que não dava para conciliar os estudos com o envolvimento no tráfico de drogas. Já o participante Bob além de afirmar que não gostava de estudar, disse ainda, “*Escola ensina nada pra ninguém não*” (Bob), inclusive, afirmou que ia para a escola somente para “*bagunçar*” (sic), tal discurso marcado pelo

⁵² Existem estudos e relatos de experiências que atestam o aumento da evasão escolar no período da pandemia do Covi-19, em que, alguns não conseguiram se adaptar à nova modalidade de ensino, uns não tinham um direcionamento de como assistir às aulas ou realizar as atividades, outros não tinham acesso aos recursos tecnológicos tais como computador e internet estável para assistir às aulas, outros apresentaram desinteresse e, por fim, uns prorizaram arrumar uma renda para ajudar nas despesas familiares (Amaral, Taques, Tortorelli e Palaro, 2021; Santos, Mendes, Souza, 2021; Marques, Passos e Azevedo, 2021).

desinteresse e pelo desestímulo educacional está de acordo com o exposto por Oliveira (2018b) já mencionado na seção 6.1.2 alínea “c”.

Os dados, no que tange à evasão escolar estão de acordo com o exposto por Oliveira (2020, p.51) “a evasão escolar representa um ponto de virada nessa trajetória típica, visto que a dinâmica social voltada para o futuro - como é o processo de escolarização - dá lugar à força do presente e a urgência de mitigar as necessidades”. Logo, os dados coletados demonstram que os entrevistados, no geral, fizeram uma escolha entre os estudos e o envolvimento infracional no tráfico, sendo que participantes dessa pesquisa priorizaram o tráfico de drogas porque desejavam obter dinheiro para comprar as coisas que desejavam.

Por outro lado, o entrevistado Tom reconhece a importância dos estudos ao dizer sobre o futuro profissional:

Entrevistadora: E quando você fala assim de saída, o que que é mais importante pra você? A escola ou o futebol que seria um trabalho, uma carreira?

Entrevistado: Ah, tipo, eu ia preferir a escola, porque sem estudá a gente não tem nada na vida, né. Até pra poder ser jogador de futebol, tem que estudar os “trem”

Entrevistadora: Então você acha que a escola abre portas?

Entrevistado: Abre, porque tipo, querendo ou não, a gente tem que saber fazer conta, tem que saber os “trem”. Lá tava dando aula de inglês esses “trem”, nós tava aprendendo a falar inglês, espanhol, os “trem”. E ensina bastante a gente. (Tom)

No mesmo sentido é o discurso de Bach que tem o sonho de cursar medicina, bem como o sonho de Chopin de ser advogado, apesar de afirmar que acha que não tem estrutura para formação superior, porque parou de estudar no sétimo ano do ensino fundamental. Até mesmo Elza tem como projeto futuro o retorno aos estudos, pois, afirma que ficou 04 anos sem estudar e que “*eu gosto muito de estudar, muito. Eu tenho um dom de estudar. Falar a verdade com a senhora. Foi burrice minha de ter saído*” (sic), vez que, afirma ter o sonho de ser veterinária.

Contrariamente, o entrevistado Chico foi enfático em dizer que não tem interesse em voltar a estudar porque “*o crime fala mais alto*” (sic), bem como, Jorge acredita que estudar é importante mas não tem interesse em retomar os estudos, inclusive, afirmou que irá estudar somente dentro da unidade, pois, “*Ah, porque aqui a gente tá preso, né? Não tem muita coisa pra fazer. Então a escola quer dizer a gente é distraí um tiquinho sua mente*” (sic). Desse modo, para além de ser um dos eixos da MSE, a escola para os adolescentes e/ou jovens em cumprimento de MSE de internação seria uma forma de passar o tempo, enquanto para aqueles que estão na semiliberdade seria uma forma de poder circular fora da instituição:

Entrevistadora: Você gosta? você falou que não gostava muito não.

Entrevistado: Porque pra sair daqui né e querendo ou não eu estou preso aí você tem que parar tem escola e lá tem outras coisas também... (Milton).

Apesar de dizer que não gostava da escola, Bob afirma que poderia até voltar para a escola, no entanto, atualmente sua prioridade seria trabalhar pois *“Eu moro sozinho, então tipo, eu tenho que pagar aluguel, comprar as coisas pra dentro de casa e tal. Pra mim num compensa entrar pra escola, porque dependendo do horário não vai se encaixar”*, além do mais, afirma que tem a responsabilidade de cuidar da namorada de 15 anos. Este resultado está em consonância com o estudo de Moraes, Rocha-de-Oliveira e Andrade (2020), já relatado na seção 6.1.2 alínea “c”, em que há uma preferência pelo trabalho em detrimento dos estudos.

Apenas o entrevistado Jimi afirmou que gostava da escola e almeja continuar seus estudos aspirando uma formação superior para dar aula futuramente, inclusive, mencionou um ditado que teria sido dito pelo avô e, também, por sua mãe: *“Um peso de uma caneta é muito mais leve do que um peso de uma enxada. Então é melhor que você estude”* (Jimi). Jimi aparece como um contraste em relação aos outros entrevistados, eis que, aposta no estudos como uma possível ponte para educação superior, qualificação profissional e, conseqüente, mobilidade social (Oliveira, 2018a).

Então, de forma geral, os resultados sugerem que há uma sobreposição do trabalho, do desejo de auferir uma renda em relação aos estudos, igualmente, há um desinteresse pelo ambiente escolar, eis que, a escola não se apresenta como um local atrativo. Aqui cabe uma observação importante, os entrevistados no geral afirmaram que possuíam um envolvimento infracional, contrariamente, o ato infracional praticado por Jimi foi algo pontual em sua vida. Desse modo, sugestiona-se que existe uma divergência entre os que possuíam envolvimento infracional e nenhum vínculo à escola com aquele que praticou um ato pontual e que almeja continuar os estudos através de uma formação de nível superior.

d) Cultura, esporte e lazer

De acordo com Elder (1998), a estrutura social e a cultura desempenham um papel crucial na definição das oportunidades e restrições que determinam as várias decisões que os indivíduos tomam ao longo de suas vidas. Entende-se que a vivência cultural, o esporte e o lazer são experiências que podem contribuir para a construção de vínculos, para aquisição de

habilidades, proporcionar momentos de lazer, além de viabilizar a integração social. Nesse sentido, conhecer como os participantes se inscrevem nestes ambientes são umas das possíveis maneiras de compreender como a interação dos indivíduos nestes espaços, ou a ausência dela, podem ter contribuído para as suas escolhas (Sampson e Laub, 2005), motivo pelo qual faz-se este destaque.

Os autores Lemos *et al* (2017) e por Sebenello, Kleba e Keitel (2016), apontam que as vivências de cultura, esporte e lazer podem ser utilizadas como forma de prevenção de violência, de crescimento individual, de estimulação do protagonismo juvenil, de socialização, bem como garantir o exercício dos direitos de forma autônoma e significativa. No mesmo sentido é o afirmado pelas autoras Lopes da Silva, Rigoni e Silva (2021), inclusive, acrescentam que se trata de uma experiência que viabiliza a construção de valores e faz parte da manifestação identitária da sociedade.

Neste sentido, entendemos que o direito à cultura, esporte e lazer não podem ser subestimados, pelo contrário, devem ser materializáveis e desprovidos da ideia calculista (Lemos *et al*, 2017). Coaduna-se com este raciocínio, os autores Stoppa e Delgado (2006) que explicam a importância pelos quais o acesso à cultura, esporte e lazer é benéfico para a juventude, sendo um espaço de convivência, oportunidades, de criação de referências, bem como de manifestação da cidadania. Em seguida, os autores apontam sobre a carência de espaços culturais indicando baixa oferta de atividades à população, sobretudo, à juventude. Esse apontamento feito pelos autores vai de acordo com os achados dessa pesquisa, eis que, nota-se que os entrevistados tiveram pouco contato e, alguns deles nem tiveram vivências com atividades de cultura, esporte e lazer.

Assim, através das narrativas percebe-se que as experiências dos participantes nestes ambiente se deram de forma escassas, no caso, alguns dos entrevistados (Tom, Chopin, Belchior e Milton) relataram que já tiveram experiência cultural de ir ao cinema ou ao parque quando criança na companhia da mãe. Por outro lado, os entrevistados Jorge e Mozart afirmam que não tiveram nenhuma dessas experiências na infância, sendo que o segundo afirmou que apenas apanhava do pai quando este bebia, mas que hoje gosta de ir em Baile. Outros afirmam que gostam e jogam futebol (Alan, Tom, Chopin, Chico, por exemplo) ou de artes marciais e dança (Jimi), sendo que o entrevistado Tom tem o sonho de ser jogador de futebol profissional.

Em relação ao acesso à tecnologia os entrevistados Alan e Jimi, afirmaram ter acesso à internet, computador e/ou celular. Este acesso é percebido quando o entrevistado Jimi afirma que assiste as aulas de luta pela internet, apesar de não saber mexer muito bem no computador.

O entrevistado Chico afirma que não tinha muito acesso à internet porque não tinha celular e tinha que ir até a *lan house* para jogar videogame. Os demais não mencionaram sobre o acesso à internet ou aos recursos tecnológicos. Em certo sentido, essas falas demonstram as fragilidades que caracterizam a existência desses indivíduos que, por vezes, ou carecem de recursos tecnológicos ou de domínio e conhecimento de manuseio destes recursos.

Por fim, conforme exposto por Sebenello, Kleba e Keitel (2016), entendendo as atividades culturais, de esporte e lazer como importantes práticas protetivas, de promoção de desenvolvimento sadio e de vínculos, bem como, de prevenção ao risco para a juventude, inclusive, essas atividades podem contribuir para a aquisição de habilidades de forma autônoma e significativa. Até mesmo, pode-se aproveitar essas práticas como forma de crescimento pessoal e financeiro, ao fazer dela uma fonte de renda. Por estes motivos entende-se que esta deve ser amplamente estimulada através de políticas públicas, de ofertas interessantes e engajadoras que mesclam diversas atividades a fim de atrair a atenção do público juvenil, seja por meio de torneio popular de futebol, de programas esportivos em diversos pontos da cidade, além de investir de forma intensa e contínua em programas culturais, de esporte e lazer nas áreas periféricas.

e) Saúde e uso de drogas

Em relação aos aspectos de saúde e uso de drogas, no geral, os entrevistados alegaram fazer uso da maconha com exceção dois entrevistados que afirmaram não gostar de nenhum tipo de droga ou álcool e que, inclusive, Tom disse que sente “*nojo*” (sic) só de sentir o cheiro dos outros fumando. Os entrevistados não mencionaram o motivo do início do uso de substâncias químicas, porém, é comum nos discursos a utilização dessas substâncias sempre em conjunto com algum colega ou amigo a fim de se aproximarem dos grupos com os quais se identificam ou pretendem pertencer (Pereira, 2023, p. 89).

Aduz-se que o uso de drogas se trata essencialmente de uma prática compartilhada seja como um momento de lazer, de relaxamento ou como forma de identificação de grupos, tão característicos da juventude, sendo uníssono nas narrativas o uso de maconha como prática compartilhada com colegas e/ou primos. Concorde-se, também, que “o consumo de drogas, então, serviria como uma espécie de anulação/anestesia do mal-estar social e das subjetividades” (Conte, 2008, p. 133).

Ainda de acordo com a autora, o consumo de droga como problema de saúde pública trata-se de uma questão invisibilizada, eis que, é socialmente entendido como uma prática social valorizada, bem como, um modo de formação de laços sociais e construção de identidade (Conte, 2008). Contrariamente, uma das exceções encontrada em relação ao uso de drogas, é aquele que relata ser mais abordado por conta dos olhos vermelhos que possui em função das alergias (Tom).

Pereira (2023, p. 43) apontou que o uso de substâncias químicas podem contribuir para o início do envolvimento infracional, eis que, a partir do uso surgem novas necessidades de consumo e desejo. Sendo que a partir do uso, conhecem “um mundo novo” de ganhos financeiros fáceis com a venda de drogas. Tal fato, é percebido nas falas dos entrevistados em que afirmam que começaram fumando a maconha e, em seguida, como já conheciam “*os caras*” (sic) pediam para entrar na dinâmica do tráfico e iniciaram a venda de drogas. Por fim, o desejo de ter uma renda “fez com que o vínculo com a droga se transformasse em forma de renda” (Pereira, 2023, p. 89).

Outrossim, para além do uso casual da maconha, tanto o entrevistado Chopin quanto os entrevistados Elza e Chico afirmam que gostavam de fazer o uso da cocaína, inclusive, Chopin e Elza confessaram que faziam uso intenso dessa. No caso de Chopin chegou a se internar por duas vezes em um clínica de recuperação para tratar o uso abusivo de drogas, já Elza afirma que “*Eu cheirava pó. Nossa! Deixava, eu cheirava os 30 pinos. Entrei na depressão*” (sic), inclusive, disse que perdeu muito peso e estava bem magra causando até estranhamento quando reencontrou o marido que estava acautelado.

Ante essa constatação, em acordo com o exposto por Pereira (2023, p. 43), entende-se que o uso de substâncias químicas se resume à uma tentativa de evitar lidar de frente com as dificuldades e frustrações da vida, isso fica bastante evidente na fala de Chopin que narra ter iniciado o uso de drogas após a separação dos pais e, após algum tempo, quando já estava melhorando intensificou o uso de cocaína a partir rompimento do namoro. Igualmente, Elza afirma que começou a fazer uso de cocaína quando o marido foi preso e estava sozinha dentro de casa.

Ainda sobre o uso de drogas, Chopin afirmou que o uso era tão intenso que “*Só que aí depois eu mesmo me internei eu por causa que tava ficando muito louco da cabeça... É, eu mesmo me entreguei, me internei em numa clínica abusiva de droga*”, e após passados três meses de internação, retornou para a casa, teve uma recaída e se internou novamente. Além disso, o entrevistado usava toda a droga que tinha direito, gastava todo lucro da venda em droga

e mais, da droga que pegava para vender usava de forma intensa, tanto que, precisou praticar um roubo para pagar o valor que ficou faltando de droga ao “chefe”. A partir dessas falas, percebe-se como o participante acaba passando por mais contingências negativas devido ao uso abusivo.

Já em relação ao tratamento médico, apenas Jimi encontra-se fazendo tratamento médico, psicológico e psiquiátrico no CAPSi, cujo acompanhamento é semanal, além de participar das atividades oferecidas pelo centro. Até como já mencionado, antes da entrevista a pesquisadora fora alertada sobre o “quadro de saúde mental” do entrevistado, inclusive, essa era uma das determinações do judiciário quando do seu desligamento da MSE.

f) Religião e Deus

A religião como uma prática espiritual tem sido apontada como sendo uma prática importante devido ao seu caráter multifacetado além de promover a sociabilidade. É uma prática que de certa forma oferece uma orientação ou propósito de vida, nessa seara de acordo com Dias (2013), a religião se apresenta como uma prática que regula o comportamento juvenil, em suas palavras: “a religião pode ter papel importante, na medida em que orienta os fiéis a seguirem o caminho do bem e dita comportamentos condizentes” (2013, p. 7-8) com os valores sociais.

Rodrigues e Fonseca (2015) apontaram existir uma relação entre as práticas religiosas e a adequação do comportamento às expectativas normativas, ou melhor, à desistência de comportamentos criminosos, a fim de evitarem a “punição” (2015, p.106). No mesmo sentido foram os resultados de Jahn e Dell’Aglia (2017), em que, a religião previne comportamentos de riscos na adolescência, vez que, atua enquanto fator protetivo.

Ainda sobre fator protetivo, de acordo com Dias, a partir da revisão de literatura constatou que a religiosidade aparecia como uma prática que poderia ser percebida como um “freio interno” (2013, p.8) ao envolvimento com a ilegalidade, eis que em tese, permitiria a criação de novos vínculos além da integração social em outros ambientes fora da criminalidade.

Outrossim, Dias (2013) ao fazer um estudo a partir de uma região periférica de Belo Horizonte/MG, aponta a existência de uma grande número de igrejas evangélicas além de um alto número de fiéis. Explica que parte disso, dá-se pela possibilidade de integração social vez que o Estado é muitas das vezes ausente, como também, pela possibilidade de ajuda recíproca e auferimento de renda através do empreendedorismo. Levanta a ideia de que existe um

competição entre a sociabilidade promovida pelo envolvimento na dinâmica do tráfico de drogas com a sociabilidade promovida através da prática e grupos religiosos. Essa competição de sociabilidade seria explicada pela diferença entre os valores compartilhados por cada um desses grupos.

A ideia levantada pela autora vai de acordo com a narrativa de Mozart. O adolescente afirmou que quando criança “*ia a igreja todo dia. Todo dia na igreja. Ai não sei o que deu em mim não que eu larguei a igreja*” apesar de afirmar que permanece acreditando em Deus. No caso, o adolescente deixou de exercitar a prática religiosa ao se aliciar à dinâmica infracional, encaixando-se sobremaneira na hipótese levantada por Dias (2013) em que há uma incompatibilidade de valores entre os dois tipos de sociabilidade.

Ademais, os entrevistados pouco trazem sobre a religião e Deus em suas narrativas, aparecendo de forma esparsa ou indireta em seus discursos. Para Tom, cuja mãe é pastora e lançava mão de discursos religiosos, afirma que seria Deus quem estaria cuidando da sua medida e que “*tô deixando nas mãos de Deus, seja o que Deus quiser*”. Já o entrevistado Chico afirmou que pertence a Umbanda.

Apesar da religião quase não aparecer nos discursos dos entrevistados – inclusive não apareceu nas narrativas do participantes egressos da MSE -, percebeu-se que tatuaram palavras que de certo modo remetem à Deus, tal como: “*blessed*” (Milton, Jorge). Por fim, de acordo os estudos de Jahn e Dell’Aglia (2017), acredita-se que a religião não é um ponto significativo e, nem de apoio para os participantes, eis que, ausente em seus discursos e práticas.

g) Polícia, justiça e Estado

A experiência com a polícia é marcada pelas constantes abordagens, perseguições policiais bastante presente nas falas dos entrevistados. Tais fatos também estão presente nos achados de Priuli e Morais (2007) em que a maioria dos adolescentes afirmou ter sido vítima de violências policiais bem como terem sido alvo de agressões e humilhações no ato da apreensão.

Bob disse que a partir das denúncias dos vizinhos foi alvo constante de perseguições e apreensões: “*Chegou um certo ponto os polícia começou a me chamar pelo nome, pula na minha casa*”. Inclusive essas perseguições eram marcadas por violência ou tiros: “*Eu mesmo, quando trombava com eles, eu saía quebrando. Eles dava tiro pro meu lado, corria atrás de*

mim, ficava pulando lá em casa. Levava pro meio do mato, batia". Já o personagem Jimi ou Alan não menciona vivências ou conflitos de perseguição policial.

O participante Tom afirma que além das perseguições policiais, muitas das vezes, estes utilizam de algum tipo de violência ou forjam atos infracionais ou delitos.

E tipo, é uma correria, porque tipo toda hora as polícias vai lá, aí nós temos que ficar correndo dos polícias, pros polícias não pegar a gente. Quando eles pegam, eles fazem covardia com a gente, batem na gente. Tem vezes que eles levam a gente preso forjado, falam que a droga é nossa, sendo que nem a droga é nossa. Pulando na nossa casa, revistas, os "trem" (Tom)

Este mesmo entrevistado aponta que em relação ao risco do envolvimento infracional, o principal era: "*Ah tipo... Morrer... Não, porque tipo, no tráfico a gente tá ali dando a vida, né, a gente pode morrer a qualquer hora, mas tipo os riscos que eu tenho pra mim, é que as polícia faz muita covardia comigo, né. Só isso mesmo. É muitos alemão que vão pegar e vai covardia também*". Esse pensamento era recorrente nas narrativas dos entrevistados, no qual, o principal risco relacionado ao envolvimento era a violência ou ser vítima de projétil de arma de fogo por parte da polícia, já mencionado na alínea "f" dessa seção.

Elza narrou que na sua última apreensão apanhou muito da polícia, tendo inclusive marcas no seu corpo e que teria apanhado bastante porque os policiais queriam que ela entregasse o restante dos colegas que estavam envolvidos no roubo por conta do qual fora apreendida, no entanto, "*Aí eu fiquei calada, eu apanhei calada*". No mesmo sentido, Bach afirma "*polícia pega a gente, escama, bate na gente, forja. Então, a vida não é assim. É muito difícil*" e complementa dizendo que os policiais fazem armadilhas "*Querendo ou não... tem as bruxarias que eles fazem, né? Os puliças*" (Bach) e pelo entrevistado Mozart: "*Ah, eu acho que qualquer um que eles pegarem que for do tráfico, eles estão batendo*" e mais "*É porque eu tava ficando de noite também, mas sempre quando os polícias me pegavam eles me batiam*" (sic).

Ainda sobre os policiais, é comum na falas dos entrevistados sobre o prejuízo que tomaram destes, pois, sempre apreendiam seus bens ou dinheiro. Dentre os itens perdidos citam motos, celulares, dinheiro, relógio, corrente, boné, roupa, tênis e vários outros itens. Acerca do prejuízo de celulares, Bach acredita que em relação aos celulares apreendidos, os policiais aproveitam a situação e dão para os filhos:

Entrevistado: Nossa senhora, celular eu nem conto não.
Entrevistadora: Foi muito?
Entrevistado: Foi demais.

Entrevistadora: Eles pegam, quebram e fazem o que?

Entrevistado: Ah, não sei. Eu acho que eles resetam e dá pros filhos deles.

Entrevistadora: Você acha que ele dá pros filhos?

Entrevistado: Uhum. Roupa então, esquema.

Em relação a experiência com a justiça, tanto o entrevistado Jimi quanto o entrevistado Alan afirmaram que foram desligados da MSE em audiência concentrada⁵³. Ademais, Jimi afirmou que foi sugestão do Juiz que ele se vinculasse ao programa Se Liga e que fizesse um curso profissionalizante através do programa. Já o entrevistado Tom afirma que o juiz de sua cidade deixa acumular os processos, sendo um juiz bem rígido e que “*ele não passa pano mesmo*” (sic).

Ainda sobre a justiça, o entrevistado Beethoven acredita que que o rótulo de criminoso é a justiça quem dá, nesse caso, segundo o adolescente não é o fato de praticar crimes que o torna criminoso e sim o fato de passar pela justiça que torna a pessoa criminosa. Assim, “desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas assim o rotulam” (Becker, 1963, p. 53). Por acreditar neste rótulo, Beethoven afirma que conhece muito trabalhador no tráfico de drogas e poucos criminosos. Até mesmo, a ele foi atribuído o rótulo de alguém criminoso porque estaria “*marchando cadeia*” (sic) já mencionado na síntese do participante.

O Estado, em sentido de governo, apareceu na fala do entrevistado Alan que ao falar sobre considerar o tráfico de drogas um trabalho digno, disse que: “*O que não é digno é você estar lá vendendo droga, mas infelizmente, nosso país mesmo, o povo do nosso país mesmo aí que manda, joga nós pra essa vida*”, destaca a precarização e as barreiras para a entrada no mundo do trabalho, inclusive, emenda que este é um Estado que remunera mal confirmando, então, os achados da revisão integrativa.

Finalmente, a conjugação dos três elementos dessa seção aparece na fala de Bob que inconformado com a forma de funcionamento do sistema socioeducativo e da justiça, afirmou ter sido vítima de violência dentro da instituição, que apesar de ter reclamado nada foi feito, pois, o Estado só cuida de seus funcionários. Nesse sentido, o jovem reclama por um

⁵³ As audiências concentradas são definidas no artigo 4º, inciso III da Resolução CNJ n.º 367/2021, sendo que se pode conceituá-las como uma sessão de revisão processual periódica da MSE aplicada conforme previsão no SINASE, verificando-se a possibilidade de sua substituição e/ou extinção após análise da situação individual do adolescente, mediante participação do Ministério Público, defensor, responsáveis e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, que são órgãos da política pública também responsáveis pela execução dessa.

atendimento mais humanizado e a presença da Justiça no sistema socioeducativo, semelhantes queixas já foram apontadas anteriormente.

h) Ato infracional, armas e estigmas

Os entrevistados, no geral, relatam o início do envolvimento infracional bem novos (09; 13; 16; 12; 12; 14; 10; 12; 14; 09; 11 e; 11 anos de idade). A fim de compreender melhor o envolvimento infracional os participantes foram inquiridos sobre o que entendiam por ato infracional. Na visão de alguns dos participantes o ato infracional foi definido como “*Das coisas erradas que eu fiz*” (Alan), “*Por entrar no mundo do crime*” (Alan) e mais, “*Á eu envolvi no corre*” (Bob).

O impulso para a entrada na trajetória infracional vão desde as dificuldades financeiras até o desejo de conquistar a independência. Assim, apresentam como principais motivações o desejo de ter uma renda, não dependerem de ninguém, bem como, não ocuparem os familiares com seus desejos de consumo, sendo que a entrada na trajetória infracional foi a saída encontrada diante de seus desejos, necessidades e habilidades. Nessa seara, Alan afirma: “*Foi porque estava começando a ficar tudo mais difícil. Minha mãe não estava podendo me dar as coisas direito. E eu fui correr atrás dos trem pra mim*”. Já outro entrevistado afirmou:

É, foi coisas que influenciou. Tipo, simples coisinha, porque eu era maldoso. Tipo, eu me peguei na maldade muito rápido. Aí, tipo, foi onde é que chegou um certo tempo que eu falei, ah, tipo, não dependo de ninguém, não fico pedindo as coisas pros outros, fico só dentro de casa, indo para a escola. Escola só bagunço e pá... Sabe de uma coisa, eu vou entrar pra loja, vou parar de estudar, vou ganhar dinheiro por fora, vou ficar de boa. Só que eu comecei a ganhar dinheiro pá, automaticamente eu já comecei a ficar visto, porque eu tava ganhando dinheiro demais. (Bob)

A partir dessas falas dos personagens percebe-se que a lógica da entrada no mundo infracional perpassa inicialmente pelo uso de drogas e, em seguida, pelo convite de um colega ou alguém já envolvido e em um determinado momento o convite diante das promessas (dinheiro e fama) passa a ser atrativo ante o desejo de consumo e renda. Além do mais, a necessidade de consumo pode ter sido influenciada, também, pela atual lógica política, econômica e social (Silva, Ruzzi-Pereira e Pereira, 2013), sendo que a maneira pela qual os valores sociais foram “fetichizados” evidenciando a necessidade de consumo por qualquer via possível (Silveira e Previtali, 2017, p.314).

Nesse ínterim, ao serem questionados sobre o porquê da escolha pela trajetória infracional, o participante Alan afirmou “*Mas nesse momento foi o que eu precisei e foi o que apareceu*”. Emendou que se estivesse trabalhando ou tivesse conseguido um emprego na época, não teria envolvido na trajetória infracional. No mesmo sentido é o raciocínio de Bob que afirmou que por não possuir a idade mínima para trabalhar, a saída encontrada foi o tráfico de drogas: “*Só que tipo, por eu ser de menor, não poder trabalhar nem nada, eu já pensei “o que? Não. Se eu entrar, eu vou ter meu dinheiro, eu posso fazer o que eu quiser, eu posso andar do jeito que eu quiser*”. Inclusive, Bob acredita que se estivesse trabalhando já teria uma vida estabilizada com moto, casa e uma família.

Evidente nessas falas que o envolvimento infracional aparece como uma alternativa para conseguir renda e, consoante aos achados de Coscione *et al* (2018), a entrada na trajetória infracional se justifica diante da ausência ou dificuldade de acesso aos bens de consumo, em suas palavras: “o ingresso no mundo do crime é favorecido pela possibilidade de obter renda sem o preenchimento de critérios de escolaridade, como no mercado de trabalho” (p.112). Corroborar-se este achado com a seguinte fala de Elder “a possibilidade de fazer certas escolhas depende das oportunidades e dos constrangimentos da história” (1998, p. 5, tradução nossa)⁵⁴, logo, a saída encontrada por estes indivíduos foi através da ilegalidade.

Ademais, tais narrativas reafirmam os achados da revisão integrativa anterior, em que a população juvenil é a que mais sofre com a questão do desemprego, incerteza profissional. Nessa seara, conforme apontado por Oliveira: “alguns jovens ajudam a sustentar suas famílias através de inserções precarizadas no mercado informal, enquanto outros podem enxergar na criminalidade uma alternativa para a resolução da precariedade material” (2020, p. 51). Logo, a informalidade ou, como é o caso, a criminalidade foi uma saída possível diante das privações e dificuldades vivenciadas.

Ao serem questionados se sofreram influência de colegas e/ou familiares sobre a entrada na trajetória infracional ou se o fizeram por escolha própria “*Influência todo mundo tem. Mas ninguém é obrigado, né?*” (Alan) e “*Eu penso assim, eu fui porque eu quis ... Você vai se você quiser*” (Alan), no mesmo sentido é o afirmado por outro entrevistado: “*Já fumo um baseado, toda vez que eu passo lá para pegar um chá, os caras ficam me chamando para ir pra loja*”, mas enfatiza que foi ele quem quis: “*Eu que quis*” (Bob), tais falas evidenciam o princípio

⁵⁴ Trecho original: “But the chance to make certain choices depends on the opportunities and constraints of history”.

analítico de agência humana trabalhado do capítulo “Curso de vida”, em que os indivíduos desenham ativamente suas trajetórias.

Em relação ao uso de armas, alguns participantes afirmaram que já tiveram ou usaram armas, mas que era algo esporádico, especialmente, quando iam em baile em outros territórios como forma de se protegerem. Por sua vez, outros afirmaram que evitam o uso de arma, pois, chama mais atenção da polícia e pode fazer com que esta reaja com maior rigor nas perseguições e justifique possível troca de tiros sob o fundamento de que eles estariam armados, logo, representando uma ameaça àqueles. Jorge, no entanto, afirma que precisa estar o tempo todo durante o plantão armado, como forma de se proteger, além de proteger o território que vive constantemente em “*guerra*” (sic).

É possível dizer, também, que o envolvimento infracional é marcado por riscos e desconfiança cotidianas, sendo necessário que estes adolescentes e jovens se protejam e fiquem o tempo todo em alerta. Nessa seara, ao dizerem sobre os riscos do envolvimento infracional, é de comum nas narrativas dos entrevistados os riscos, sobretudo, de perseguição e violência. Aqui é curioso observar que os entrevistados veem mais os riscos da perseguição e violência policial (já mencionados na alínea antecedente) do que os riscos inerentes ao envolvimento infracional, tais, como as regras e acerto de contas em caso de conflito ou dívida de drogas, sendo estes riscos citados de forma mais vaga.

Já os participantes Alan e Bob, ora egressos da MSE, são mais enfáticos em dizer sobre valorizarem a liberdade e a vida, nesse sentido, afirmam que no envolvimento infracional o indivíduo corre o risco de perder a vida, ficar inválido ou de ser preso: “*Se na vida errada, querendo ou não, se você tá na vida errada aí você corre o risco de nem ver o seu filho nascer*” (Alan). Os participantes ainda reforçam o risco de ser perseguido pela polícia, dizendo que é um risco que não vale à pena: “*Então, no corre não adianta, porque cê vai tá ali correndo de polícia, correndo risco. Mas, tipo assim, cê nunca que tem uma garantia de nada certo e outra a maioria do tempo cê tá ali correndo o risco de perder sua vida... Não vale a pena*” (Bob) e emenda:

É quando na rua com polícia, quanto os caras que fecha com cê, que tem hora que cê passa uns estresse, tem uns problema, tá ligado? E tipo, se for pra olhar mesmo, o... a liberdade da gente vale muito barato, por quê? Cê vende uma droga ali, pra mim que você ganha dinheiro, quanto mais dinheiro tá entrando, mais problema tá entrando pro cê resolver. Cê chega em casa, cê num tem nem paz, fica pensando em matemática, fica pensando nos outros que tem de pegar, é dívida que cê tem de cobrar do cara. (Bob)

Então para além do risco de morrer, de ser preso, o envolvimento infracional traz também problemas e responsabilidades. Em oposição, o benefício do envolvimento constantemente presente na fala dos participantes: Bob enfatiza a possibilidade de ganho de dinheiro e fama: *“automaticamente eu já comecei a ficar visto, porque eu tava ganhando dinheiro demais... Tipo, fumando maconha em rua, andando muito bem arrumado, toda hora com dinheiro em mão”*.

Finalmente, sobre o que conseguiu juntar do envolvimento infracional, o participante Bob afirmou *“Ah, juntei, gastei, perdi. Ganhei um boleiro e hoje não tenho é nada do corre”*. Estas falas deixam pistas que no envolvimento infracional existe uma dualidade, ou melhor, uma fase boa em que se ganha muito dinheiro e fama passando a ser reconhecido, em oposição, uma fase ruim em que é permeada pelo risco de perseguição policial, prisão ou morte além do risco de perder tudo o que ganhou, financeiramente falando.

Sobre a interrupção da trajetória infracional, o personagem Alan afirmou que foi ele quem quis sair, que ele não queria mais causar sofrimento à mãe e que ele mesmo quem resolveu *“dar um tempo”* (sic). Inclusive, afirma que a MSE não teve significação em sua vida. Ainda sobre a saída do envolvimento infracional, especificamente, do tráfico de drogas, apesar de ser afirmado que é uma saída possível é destacada a importância de não estar devendo dinheiro, bem como da necessidade de conversar com os responsáveis pela *“boca de fumo”*, os supostos *patrões*:

Quando eu fui preso. Aí quando eu saí, eu fui lá onde é que eu tava, desembolei com os cara, saí do corre... Fiquei só dentro de casa, tá ligado? Fiquei dentro de casa, então cada um mês sem sair direito, tá ligado? Indo só do serviço pra casa e tal, desembolando com pouca gente. Quem era envolvido e pá, que eu já trombava, já pegava e falava, ih vou passar longe, quero que fulano nem me vê, depois eu vou lá, troco ideia. Passou uns dois meses que eu já tava mais de boa, já peguei, já subi lá em cima, desembolei com os caras que eu frago, falei que sai do corre, que eu tava na quebrada e pá, que tipo, como eu não devia ninguém, tá ligado? Tipo, se rolasse algum desembolo podia me ligar aí, ou se precisasse de alguma coisa. Ninguém falou nada, deixei pra lá, não procurei mais. (Bob)

Para além disso, foi comum nas falas dos entrevistados, a desaprovação familiar do envolvimento infracional até mesmo relatos de tentativas de dissuasão, seja através de conversas repreendedoras, castigos ou trancamento dentro de casa. Novamente a genitora aparece como uma figura ímpar na vida dos participantes, além de ser figura de afeto, ela quem tentam dissuadir os filhos da trajetória infracional: *“Aí minha mãe né tentou de tudo”* (Alan), mais uma vez, demonstrada a importância dos vínculos afetivos e sociais. Outrossim, sete dos

participantes afirmaram possuir familiares envolvidos na dinâmica infracional, sendo que em dois deles trata-se do genitor(es), em outros três trata-se dos irmãos e em dois deles de um primo e marido.

Inclusive, alguns relataram que a partir do envolvimento infracional, o comportamento e o relacionamento com algumas pessoas mudaram, como é o caso de Chopin cujo familiares romperam o vínculo, o caso de Tom em que: *“pessoa de fora, assim, que não é da família, algumas pessoas mudaram os jeito de tratar, tipo, tava me tratando como se fosse aquilo tudo, aqueles “trem”*. Ademais, Tom ainda menciona o estigma que é dado por comuns àqueles que possuem algum tipo de envolvimento, afetando inclusive a genitora:

Tipo, eu penso bastante na minha mãe. Tipo, mesmo que eu tô nessa vida, eu fico triste com a situação. Porque os povo não sabem tipo ficar sem julgar. As pessoas sempre julgam uma a outra. Igual teve esse dia que eu liguei pra minha mãe, ela estava dentro da igreja. Eu liguei pra ela pra ligar pela ligação e ela tava dentro da igreja. Nem deu pra eu me conversar com ela muito tempo não. Mas o tempo que eu tava conversando com ela, eu escutei umas três pessoas falando ala tá conversando dentro da igreja com o filho dela, que tá preso esses “trem”, e isso pra mim é triste porque tipo, minha mãe tá levando culpa de um trem que não foi ela que escolheu que foi eu e meu irmão que escolheu. (Tom)

Elza relata que quando foi apreendida, tanto na delegacia quanto no dia de sua audiência ouviu os depoimentos dos policiais que diziam que não imaginavam que era ela quem vendia droga, que era apenas uma *“noiada”* (sic) e que devido ao fato de não levantarem suspeitas sobre a sua atuação, passou bastante tempo despercebida. Acrescenta que quando ouviu os policiais a chamando de *“noiada”*, *“vagabunda”* (sic), sentiu-se bastante incomodada, pois ninguém lhe havia chamado daquela maneira. Essas narrativas transparecem que os estigmas somente é percebido e compreendido através da interação social quando às pessoas são atribuídas características negativas que a reduzem como alguém a ser ignorado, nessa seara, Goffman (1988) afirma que diante de um indivíduo podem surgir indícios de que este detém características que o diferencia de um grupo, fazendo com que considerado inferior, por conseguinte, excluído. Inclusive, este rótulo é atribuído devido à passagem pelo sistema de justiça (Becker, 1963).

Essas categorizações atribuídas por populares ou, até mesmo, o rompimento de vínculos de familiares, amigos e vizinhos denotam uma desvalorização desses indivíduos além de endereçar a eles o rótulo de perigosos e ameaçadores. Esses rótulos perduram mesmo após desligamento da MSE e nos mais diversos espaços através barreiras intransponíveis de convivência e interação social (Goffman, 1988). Tal fato também está presente nos achados de

Menezes e Moura (2021, p.81). Além do mais, essas categorias perpetuam ainda mais a violência da vida destes jovens, dificultando “a possibilidade de transformação” (Medeiros e Paiva, 2021, p.29) desses sujeitos.

Ainda sobre a relação ao envolvimento e estigmas, o participante Bob relatou que após o finalização da MSE tinha arrumado um emprego e foi mandado embora por conta do seu passado: “*Só que aí os povo do Termas tudo me conhece, aí eles sabem um pouco da minha vida. E pelo fato de eu ter sido do corre, alguém foi lá e queimou pro patrão... Aí eles contou pro meu patrão e eles ficou com medo de eu levar droga lá pra dentro e mandou embora*” (Bob). De acordo com Mocelin os “adolescentes em conflito com a lei, ato infracional e socioeducação são objetos ou categorias que se perdem diante do preconceito e do estigma que a sociedade impõe” (2016, p. 41).

Em consonância com Mocelin (2016) e Medeiros e Paiva (2021), os dados aponta-se que a simples passagem ou cumprimento de uma MSE deixa marcas no sujeito que duram por toda a vida mesmo que este seja considerado, juridicamente, reeducado (já destacado nos subtópicos 3.1.2 e 3.1.4). Logo, sugere-se que MSE ao invés de viabilizar inserção social está perpetuando a violência simbólica e a estigmatização dos sujeitos. Inclusive, este mesmo participante (Bob) afirma que tem o sonho de ser policial militar e supõe que daria certo na profissão, pois, a partir de sua própria vivência saberia reconhecer os que são ou não do envolvimento infracional/criminal: “*Mas só de olhar pra cara do sujeito eu já sei*” e mais “*Pelo andar, pelo jeito*”, “*O jeito de conversar*” evidenciando, sobremaneira, um estigma que os indivíduos que possuem ou possuíam envolvimento infracional carregam mesmo após cumprimento da MSE.

Apresentadas as motivações, os riscos e benefícios do envolvimento infracional, passa-se a análise da percepção dos adolescentes em relação ao cumprimento da MSE e, especialmente, sobre a realização de cursos profissionalizantes.

i) MSE e os cursos profissionalizantes

Diversas são as percepções e significações da MSE na vida do socioeducandos, eis que, impactou diversamente a vida de cada sujeito da pesquisa. Para Alan e Bob, ora egressos, foi uma experiência que avaliam como negativa em suas vidas. No caso, estes dois participantes a concluem que a MSE somente significou a privação da liberdade, sendo que Alan é mais enfático em dizer que o cumprimento da MSE não significou nada em sua vida, senão vejamos:

Entrevistadora: É... essa medida que você cumpriu de semi, o que ela significou pra você?

Entrevistado: Nada.

Entrevistadora: Nada? Cê acha que mudou alguma coisa?

Entrevistado: A única coisa que tirou minha foi só minha liberdade assim, mais ou menos.

...

Entrevistador: Ah, sim. E... você acredita que essa medida que você cumpriu possa ter mudado algo pra você? Pensamento, alguma coisa de comportamento, de relacionamento? Você acha que mudou alguma coisa?

Entrevistado: Mudou nada, porque até lá dentro o sistema é sujo, então mudou nada. Quem quis sair mesmo foi eu mesmo. De tanto ver minha mãe passar pelas coisas, eu resolvi dar um tempo.

No mesmo sentido é o afirmado por Bob que antes de começar a gravação da entrevista afirmou que não sabia se queria participar porque sua experiência no socioeducativo havia sido muito ruim, mas após concordar em participar afirmou que:

Entrevistadora: E... aí cê falou que foi uma experiência muito ruim lá. Não te ajudou em nada.

Entrevistado: Pra mim num reflete nada na minha vida.

A partir destes dois relatos, infere-se como já apontado no subtópico 3.1, Coscioni, Costa, Rosa & Koller (2017), as práticas socioeducativas podem estar mitigando o caráter pedagógico em detrimento do caráter punitivo a ponto dos entrevistados considerarem como uma experiência negativa em suas vidas, até o ponto de denominarem o sistema como algo “*sujo*” (sic). Sugestiona-se que a privação de liberdade aliada às múltiplas violações internas ao invés de promover o desenvolvimento e auxiliar para o rompimento da trajetória infracional pode contribuir para a perpetuação dessa.

Para Jimi, apesar da privação da liberdade, avalia que cumprir a MSE foi tranquilo, destacando que o aspecto ruim foi da privação de liberdade, mas que no geral se adaptou bem a rotina.

Já em relação aos participantes que estavam em cumprimento de MSE, obteve-se diversas ponderações, senão vejamos: Tom apesar de ter ficado chateado por ter recebido a MSE de internação de imediato, entende ser justa a sua designação, pois, estava no envolvimento infracional, por conseguinte, afirma que “*toda consequência tem um ato, né?*”. Milton afirma que antes de adentrar na MSE não estava pensando em trabalhar formalmente e que essa seria uma contribuição positiva da medida em sua vida.

Para Bach a MSE é associada a um local de oportunidades, apesar de estar “*atrás das grades*” (sic). Ainda sobre as oportunidades menciona que: “*Eles aqui também arrumam emprego, dão oportunidade procê de sair da vida do crime. Eu mesmo não vou desperdiçar essa oportunidade que eles dá não. Eu já vou abraçar, sair do crime o mais rápido possível. E vida que segue é porque cansei*”. No caso, este participante demonstra um cansaço em relação à medida, em parte porque já se encontra acautelado a três meses e em parte porque já possui um extenso histórico de entrada e saída das unidades socioeducativas, conforme relatou.

Ainda sob a perspectiva de Bach, apesar de destacar pontos positivos da MSE, logo em seguida o adolescente se contradiz e afirma que não considera o local em que está cumprindo medida como “*cadeia*” (sic), mas sim como uma “*colônia de férias*”, eis que, afirma existir muita “*mordomia*” (sic) e quando perguntado se achava que devia ser mais pesado, ele afirma enfaticamente que não.

Para Elza a medida de internação, apesar de deixá-la longe da família, está sendo uma experiência positiva porque está vendo sob outras perspectivas as suas escolhas, retornou aos estudos, está aprendendo novas habilidades, bem como, reconhecendo sua capacidade para outras atividades. Por outro lado, Johann percebe a MSE como algo ruim porque fica longe da família. Já para Chico o importante é finalizar a medida.

Chopin, apesar de afirmar que está “*preso*” (sic), compara a medida com a clínica onde ficou internado e aponta que a principal diferença é que na segunda dormia em “*quarto e aqui é cela aqui nós ficamos presos, lá nós ficávamos soltos*” (sic). Apesar deste contraste, narra que já se acostumou com a medida, inclusive, sua atual passagem o fez repensar sua trajetória:

Entrevistadora: Mas é um acostumou, tipo assim, me fez repensar ou acostumou, tipo, é isso aí?

Entrevistado: Ah, fez eu pensar, né?

Entrevistadora: O que que fez pensar?

Entrevistado Ah, fez pensar que essa vida não vira nada não. Por causa do lugar que me trouxe, então não é boa essa vida não.

...

Entrevistadora: Aí você acha então que a medida que você cumpre mudou a sua relação com esse envolvimento que você tinha?

Entrevistado: Mudou.

Entrevistadora: Mudou? Ela te fez repensar o quê?

Entrevistado: Ah, que isso não é vida, né? Você é louco pra ficar na esquina vendendo, povo falar mal da tua vida, tacando praga no cê, é bom não...

Para Belchior, o cumprimento da MSE apenas mudou o fato de que está cumprindo uma designação judicial e que não terá mais pendências com a justiça:

Entrevistadora: Você acha que a medida, você ter cumprido a medida mudou alguma coisa na sua vida?
Entrevistado: Mudou, porque eu vou sair daqui e não vou dever mais nada.
Entrevistadora: Não vai dever mais nada... é com a justiça?
Entrevistado: É.

Pelas narrativas expostas, percebe-se que não há um consenso sobre a significação da MSE na vida dos entrevistados. Sendo que para uns trata-se de uma experiência positiva que faz repensar a trajetória, para outros significa somente privação da liberdade ou ficar longe da família e, por fim, para alguns significa um lugar de oportunidades. Em suma:

A experiência de cumprir a MSE soma-se às condições de vida pré-existentes à internação de tal forma a produzir, sofrimento, insegurança, violência, bem como estigmatização no cotidiano dos adolescentes. A MSE não inaugura essas experiências, mas pode reforçar essas condições que os recortes de classe social e aspecto étnicos, raciais e de território já colocavam em cena (Medeiros e Paiva, 2021, p.33).

Nessa seara, o cumprimento e a percepção da MSE varia conforme a trajetória e vivência de cada um dos participantes e, somente uma análise longitudinal posterior para avaliar se foi de fato uma experiência positiva e, se propiciou aos adolescentes e jovens uma mudança em seus cursos de vida.

Ultrapassada a questão da significação da MSE e a fim de compreender a percepção acerca dos cursos profissionalizantes concorda-se que “as medidas socioeducativas que potencializem as habilidades do adolescente, devem ser consonantes à elaboração do seu projeto de vida, possibilitando o enfrentamento das adversidades em seu contexto” (Ruzzi-Pereira, Silva e Pereira, 2012, p. 553). Assim, entende-se que as MSE, bem como, suas atividades e ofertas sejam profissionalizantes ou não, devem ser interessantes, criativas e compatíveis com a realidade dos socioeducandos, tanto em termos de escolaridade, de atratividade, de renda quanto de habilidades para que possam praticá-las para além da medida.

Em relação a realização de curso profissionalizante sob a visão dos adolescentes egressos: Alan relata que não chegou a fazer curso profissionalizante; Jimi afirma que até iniciou um curso profissionalizante de almoxarifado no qual estava gostando, inclusive, acredita que foi útil e poderia trabalhar nessa área se tivesse concluído, porém, não conseguiu finalizá-lo porque foi desligado da MSE antes do término do curso. Afirma ainda que fez o curso porque a equipe da instituição tinha lhe oferecido e era o único curso disponível na época. Por fim, Bob relata ter feito três cursos profissionalizantes e afirma que fazer curso era algo necessário porque fazia parte da medida, em suas palavras:

Entrevistadora: E te ajudou em alguma coisa? Era curso que você queria? Cê fez curso de quê?

Entrevistado: Ah.. eu fiz por fazer, por causa da medida.

Entrevistadora: Da medida?

Entrevistado: Essa é a verdade. Porque sem curso eles num te mandam embora.

Entrevistadora: Eles falaram que cê tinha que fazer, aí cê fazia?

Entrevistado: Sem curso eles não faz seu relatório pro juiz. Então eu peguei e fiz. (Bob)

...

Entrevistadora: E você não queria fazer isso, mas cê fez porque falaram que cê tinha que fazer?

Entrevistado: Tipo, num é que eu não queria.

Entrevistadora: Não era o seu... era o seu objetivo um daqueles cursos?

Entrevistado: O objetivo também num era porque eu também nunca nem tinha pensado. Mas na hora que me ofertou e antes disso eu já sabia que precisava do curso pra... pra finalizar a medida, eu peguei e abracei.

Nesse sentido, Bob afirma que sabia que fazer um curso profissionalizante era importante para o seu relatório a ser encaminhado para o juiz, por isso que, “*abraçou a ideia*” (sic) de realizar um curso, o que nos leva a suspeitar que exista uma escolha intencional para cumprir requisitos.

Sobre o processo de escolha e inscrição no curso profissionalizante, Bob afirma que dois dos cursos realizados, teria escolhido dentre as opções disponíveis e que o curso de confeitiro foi através da escola, logo, apenas teve que ir. Poder-se-ia falar de uma adesão às ofertas de curso profissionalizante, ora adesão cerimonial sob perspectiva de Hagan (trabalhada no tópico 3.2.5), a fim de encurtar o tempo de cumprimento de medida. Ainda sobre a importância da realização dos cursos e sobre como se deu a oferta dos cursos, Bob afirmou:

Entrevistadora: Esse processo desses cursos, quando eles te mostraram os cursos que tava tendo, foi você que escolheu ou eles falaram que “você vai fazer esse”? Cê lembra disso?

Entrevistado: Dois eles já preencheu a ficha e perguntou pra mim se eu queria ir. Aí eu peguei e só aceitei.

Entrevistadora: Mas aí, quando eles falaram, “ah, tem curso de confeitiro, você quer fazer?”

Entrevistado: Ah, o de confeitiro foi pela escola, então eles já nem perguntou, só mandou ir. (Bob)

Pela fala do entrevistado, questiona-se houve uma conversa sobre orientação profissional, ou projeto de qualificação, ou até mesmo uma diálogo ativo sobre qual seria seu real desejo de realização de curso e qual a temática de interesse. A fala “*só mandou ir*” (sic)

sugere que houve uma imposição para a realização de curso profissionalizante, como algo que faz parte da medida, em que teve de comparecer e acabou recebendo um certificado no final.

Ultrapassada a questão da realização de cursos e questionado se mesmo após ter realizando-os se os teria escolhido, afirmou que dos 3 cursos realizados mencionou que o de promotor de vendas não teria interesse, o curso da Rede Cidadã “*dá muito trabalho*” (sic) e por isso que também não deseja trabalhar nessa área. Apesar de afirmar que o curso de confeitaria dá muito trabalho, o jovem afirma que teria feito este curso assim mesmo porque gosta muito de comer doce, ou seja, não seria uma aspiração profissional e sim um hobby.

Por outro lado, para Bob, após desligamento a equipe do programa Se Liga ofereceu o curso de mecânico de carro, sendo o curso que mais lhe despertou interesse. Por fim, disse que a MSE poderia ter sido melhor se houvesse um encaminhamento para emprego ou para realizar o curso profissionalizante externo, pois, todos os cursos que fez foram dentro da instituição e não teve qualquer proveito ou encaminhamento a partir da realização deles.

Sob o ponto de vista dos adolescentes em cumprimento de MSE, os entrevistados Brian e Tom queixaram de ainda não terem feito um curso de seus interesses, inclusive, ambos afirmaram que a equipe da instituição havia prometido inscrevê-los em um curso e até o momento da entrevista isto não havia acontecido. Tom tem vontade de fazer curso de mecânica e Brian um curso do SEBRAE, porém, ambos estavam fazendo curso de digitação ministrado pela própria equipe da unidade.

Bach afirma que fez curso da MRV, curso de informática básico, intermediário e o avançado. Também já fez curso de barbeiro. O adolescente foi questionado se pediu para fazer o curso ou se era porque ofereceram e afirmou que: “*Eu mesmo... Eu quis falar de curso. Eu estou topando também, que é bom, né?*” e quando questionado sobre o porquê afirmou que era bom “*Pra ir embora mais rápido*” e “*Porque também faz parte do eixo da medida*”, sendo que em um segundo momento afirmou que era também porque desejava mudar de vida. Consoante a este resultado, Menezes e Moura (2021) destacaram que os socioeducandos sabem que a matrícula e frequência escolar é algo que pode reduzir o tempo de cumprimento da MSE.

Chico afirma ter feito um curso profissionalizante, mas não lembra qual e nem o que aprendeu, apenas disse que “*Quando não tinha nada a fazer, eu queria um curso. Aí os menino me deu um curso. Aí eu terminei o curso e ganhei um benefício*”. Nessa seara, para o entrevistado o objetivo de fazer algum curso era conseguir algum benefício para sair mais rápido. Emenda ainda que, sabia que não iria utilizar os ensinamentos do curso para além da medida:

Entrevistado: Ah, eu fiz por fazer.
 Entrevistador: Você sabia que você não ia usar depois?
 Entrevistado: É.

Já Belchior disse ter feito o curso de barbeiro, que gostou deste curso e considera ser uma profissão interessante. Também fez o curso da “Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro”, inclusive, afirma que foi o aluno destaque de sua turma e que iam encaminhá-lo para uma vaga de emprego, só que foi apreendido em novo ato e não foi possível dar seguimento ao encaminhamento. Sobre esse curso, afirma que gostava dele, apesar de não saber mencionar o que aprendeu no curso. Além do mais, acrescentou que teria pedido por outro tipo de curso:

Entrevistado: Eu pedi um curso, aí eles me caminharam para a Rede Cidadã.
 Entrevistadora: Mas você tinha pedido algum curso específico? De que?
 Entrevistado: Eletricista.

No trecho acima percebe-se a discrepância entre o curso solicitado com o curso que o adolescente foi efetivamente inscrito e recebeu certificado. Inclusive, faz-se uma ressalva, este participante não sabe ler, conforme já mencionado na síntese de sua história.

Chopin narrou ter feito o curso da “Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro” e o curso “Conecte-se com o Amanhã” e ao ser questionado sobre sua percepção do curso mencionou:

Entrevistadora: O que você aprendeu nesse curso?
 Entrevistado: Ah, eu não aprendi nada.
 Entrevistadora: Nada?
 Entrevistado: Nada.
 Entrevistadora: Por que ele era chato?
 Entrevistado: Não, é por causa que a mulher só falava.
 Entrevistadora: A mulher só falava? Ela vinha aqui?
 Entrevistado: É.
 Entrevistadora: Era na sala de aula?
 Entrevistado: Era na sala de aula.
 Entrevistadora: Ah, ela só falava?
 Entrevistado: Só falava.
 Entrevistadora: Aí você não conseguiu acompanhar ela?
 Entrevistado: Não, eu não entendi nada mas eu tenho o diploma.
 Entrevistadora: Mas o que?
 Entrevistado: Eu tenho o diploma.
 Entrevistadora: Mas você tem o diploma?
 Entrevistado: Eu tenho o diploma e não entendi.
 Entrevistadora: E o que você acha que tem o diploma de um curso que você não entendeu nada?
 Entrevistado: Não, não entendi nada, pra mim não adianta nada.
 Entrevistadora: Você acha errado?

Entrevistado: Eu achei errado, não entendi nada nem sei pra que isso funciona.
 Entrevistadora: E por que você acha que você ganhou o diploma?
 Entrevistado: Eu acho porque venho todos os dias mesmo

Nos trechos destacados percebe-se que o adolescente foi inserido em dois cursos, mencionando que não teria entendido o curso e, que mesmo assim, recebeu o certificado apenas porque comparecia aos encontros.

Merece destaque que na MSE de internação, os adolescentes não têm muito opção de atividades a serem realizadas, logo, o adolescente provavelmente não teve a opção de não comparecer ao curso. Ademais, o fato de ir ao curso, mesmo sem entender nada poderia ser uma tentativa de fazer passar o tempo de forma menos ociosa, fato já mencionado em relação às atividades nas alíneas antecedentes, especificamente, na alínea que trata da escola.

Chama-se atenção para a importância existente na relação entre professor e aluno, de modo, a criar um vínculo entre ambos e contribuir para o aprendizado deste. Conforme apontado por Bazon, Silva e Ferrari (2013), a relação entre professor e aluno pautada por um diálogo, pelas trocas recíprocas, bem como, pelo fornecimento de orientação além do estímulo da manifestação por parte do aluno sobre suas percepções e compreensão sobre o conteúdo propicia uma admiração mútua além de facilitar o aprendizado. Desse modo, deixa de ser um ensino meramente passivo em que o professor somente fique falando para ser um ensino ativo, no qual, o aluno pode apresentar sua contribuição.

Chopin ainda emenda que fez tais cursos porque sabia que era bom para a medida, inclusive, isto estava ajudando a ser desligado da medida, conforme o diálogo a seguir:

Entrevistadora: E esse curso que você fez, o que você queria fazer? você escolheu fazer esse curso?
 Entrevistado: Não.
 Entrevistadora: Alguém falou que você tinha que fazer o curso?
 Entrevistado: É, alguém pôs eu.
 Entrevistadora: Quem pôs?
 Entrevistado: A minha técnica.
 Entrevistadora: Sua técnica falou que você tinha que fazer e ela te colocou?
 Entrevistado: É, ela falou que isso é bom pra minha medida.
 Entrevistadora: Que é bom pra sua medida?
 Entrevistado: É.
 Entrevistadora: Por que que é bom pra medida?
 Entrevistado: Pra ir embora.
 Entrevistadora: Pra ir embora?
 Entrevistado: É.
 Entrevistadora: E aí você quis fazer porque é bom pra medida?
 Entrevistado: É.
 Entrevistadora: Você acha que isso ia te ajudar a ir embora?
 Entrevistado: Me ajudou. Eu já tô quase.

...

Entrevistadora: Você acha que esse curso e o outro te ajudou?

Entrevistado: Eu acho que tem que ter uma medida profissionalizante, na medida que é bom.

Entrevistadora: Você sabe que tem que ter uma medida profissionalizante. Se não tivesse que ter, você teria feito curso?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistado: Não tinha feito não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistado: Eu teria feito outro que eu gosto.

Entrevistadora: Tipo o que?

Entrevistado: Tipo de mecânica, porque aí eu ia ser mecânico de carro.

...

Entrevistadora: Se fosse pra dizer, esse curso que você fez, você acha que ele vai te servir depois?

Entrevistado: Ah, eles falou que vai servir, né?

Entrevistadora: Eles falaram, mas o que você acha?

Entrevistado: Que eu acho que não vai servir não.

Nesse diálogo com Chopin, resta destacado que o adolescente não teria escolhido os cursos que realizou, bem como, os teria feito porque a técnica o havia inscrito além de saber que era algo que fazia parte dos eixos da medida, logo, algo importante para acelerar o desligamento da MSE. Ademais, destaca-se a discrepância entre o curso desejado (mecânica) com o curso realizado (preparação para o mercado de trabalho ainda reforçando a “falsa” lógica do mundo do trabalho formal como uma possibilidade).

Milton fez curso da ESPRO e iria começar um curso no Senai, relacionado com gestão da administração, sendo este um curso que teria escolhido. Já o adolescente Mozart afirma ter iniciado o curso de soldas dentro de unidade de semiliberdade e que estava gostando, contudo, não o finalizou por ter sido transferido de unidade antes do término do curso. Finalizou o curso da “Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro” e afirma que era um curso bom apesar de não ter entendido muita coisa, mas sabia dizer que o curso ensinava sobre como se portar em um entrevista de emprego.

Elza afirmou ter feito curso de *biscuit*. Jorge, em suas diversas passagens pelo sistema socioeducativo, afirmou ter “*muitos certificados*” (sic), dentre eles, mencionou ter feito curso da “Rede Cidadã – Jovens Profissionais do Futuro”, “Comunicação Solidária”, salgados, auxiliar administrativo e, de jovem aprendiz. Até mesmo, chegou a trabalhar como jovem aprendiz na BHTrans por alguns meses até evadir da MSE. Quando questionado, aponta que já teve várias oportunidades, mas acredita que não serve para trabalhar nessas áreas, demonstrando ainda, uma vinculação à dinâmica do tráfico de drogas. Por fim, Johann e Beethoven não mencionaram se fizeram cursos profissionalizantes.

A partir dos diálogos e citações colocadas, infere-se que os adolescentes e jovens compreendem que realizar um curso profissionalizante é algo que faz parte de um dos eixos da medida (eixo profissionalização), e mais, que seria bom para encurtar o tempo de duração dessa. Na maioria das vezes não sabiam detalhar o que foi dito no curso ou até mesmo apresentavam grande dificuldade em dizer/lembrar o nome do curso realizado.

Por fim, em geral, afirmam que não irão aproveitar o curso após o término da medida e que a inscrição foi realizada pela técnica. Logo, sugere-se que existe uma adesão às ofertas profissionalizantes de forma estratégica e intencional, pois, conseguem dizer sobre a (in)utilidade do curso feito, porém, o fazem racionalmente a fim visarem a redução do tempo de cumprimento da medida.

j) Se Liga

As trajetórias dos três entrevistados Alan, Bob e Jimi, ora egressos, perpassam pela passagem e vinculação ao programa Se Liga, bem como pela realização de atendimentos e ofertas de cursos profissionalizantes. Em relação a essa trajetória específica (passagem pelo Se Liga), os participantes relatam uma experiência positiva e apontam contrastes em relação à passagem pela MSE. Inclusive, Alan e Bob avaliam tão positivamente o programa que afirmaram que foi muito mais significativo o acompanhamento pelo Se Liga do que a experiência do cumprimento de uma MSE.

É uníssono nas narrativas que estão sendo bem acompanhados. Além do mais, apontam mudanças tanto por parte da equipe que se mostra mais acolhedora, a ponto de destacarem o acompanhamento e atendimento com as técnicas, quanto de si mesmos que estão mais abertos e disponíveis para mudarem seus cursos de vida.

O acompanhamento pelo programa tem sido útil para confecção de currículo (Alan), para inscrição e realização de curso profissionalizante (Alan, Bob e Jimi), bem como, para regularização da documentação civil tais como identidade e alistamento militar, além de indicar para oportunidades de emprego (Bob).

Desse modo, percebe-se que o acompanhamento pelo programa está sendo benéfico aos entrevistados que pode ser percebido para além de seus discursos, ou seja, é percebido pela adesão voluntária ao Se Liga a ponto de comparecerem para atendimentos e darem seguimentos às atividades propostas. Mais uma vez, destaca-se a uniformidade dos discursos dos participantes o que podem levar a concluir por um resultado mais favorável e potencialmente

enviesado devido à seleção dos participantes pela equipe do programa (tal ressalva melhor explicada no subtópico 5.2)

k) Trabalho, tráfico de drogas e dinheiro

Sobre o trabalho, os três adolescentes egressos da MSE tiveram dificuldades em definir o que seria um trabalho. Apesar dos entrevistados terem tido dificuldade, conforme já destacado no subtópico 6.1, entende-o como um importante meio de reinserção social. No mesmo sentido, é o exposto por Jacobina e Costa (2007): “ele os tira da rua e possibilita-lhes um outro tipo de inserção social”.

Para Alan o trabalho seria o meio de conseguir realizar os sonhos, sustentar a família e comprar as coisas para a casa, além disso, define a pessoa trabalhadora como aquela que tem uma rotina de acordar cedo e chegar tarde em casa, aquela que tem que “*ir lá buscar o pão de cada dia e chegar tarde dentro de casa*” (Alan). O entrevistado acrescenta ainda que, é difícil conseguir um trabalho atualmente, inclusive, essa mesma constatação é percebida na revisão integrativa realizada, sendo juventude a que mais sofre com o desemprego, informalização e precarização do mercado de trabalho. Por fim, para ele a principal prioridade é arrumar um trabalho, até mesmo, por este motivo que teria se vinculado ao Se Liga.

Alan, ainda afirma que: ou o indivíduo trabalha ou vai para o crime, em suas palavras, “*Mas tem que trabalhar, né? Se não trabalhar, ou você trabalha ou você vai pra vida errada*” e mais ainda, fala da precarização do salário que mal dá para pagar as contas: “*Ah, o salário de hoje em dia, né? A gente ajuda sem nada, você paga o aluguel, conta de água, mal mal sobra pra compra dentro de casa...*”. Nessa seara, o entrevistado demonstra uma revolta ao dizer sobre como é difícil se sustentar com apenas um salário:

Entrevistadora: Você acha então que o trabalho é uma forma de você conseguir adquirir as coisas?

Entrevistado: Bem difícil, bem difícil, bem difícil, mas sim. Porque você trabalha o mês inteiro pra ganhar mil reais, o que você faz com mil reais hoje em dia? Nada, né?

Entrevistadora: Você acha que também, por outro lado, o que o trabalho paga hoje é muito pouco?

Entrevistado: Bem pouco, porque você paga um aluguel e paga a conta de água, de luz, faz uma compra pra dentro de casa, não sobra nada proê, cê tem um investimento proê poder fazer um curso, querendo ou não, nós que é tipo... mais... nós tem uma condição mais baixa, não tem um rendimento bacana, você não quer fazer um curso, aí você trabalha e você vira escravo do governo.

Entrevistadora: Então o trabalho não sobra muito, é o pouco que paga tudo, paga as contas e não sobra, né?

Entrevistado: É, não sobra pra você ter seu investimento e correr atrás de seus sonhos, né?

Entrevistador: Não dá pra investir em muita coisa depois, né? Essa é a visão que você sempre teve no trabalho?

Entrevistado: Sempre tive, porque desde de novo eu sempre fui um pouco mais cabeça, né? Porque sempre tive, né? Querendo ou não, eu não tive pai, mas tive meu tio que sempre conversou comigo, tive minha mãe também que sempre conversou bastante comigo, me explicou muito e também vi a minha mãe passando as coisas, né? As dificuldades de casa e trabalhava o dia inteiro, chegava em casa só de noite, não tinha tempo pra nós, chegava no final do mês ainda, ela chorando porque não tinha dinheiro pra terminar de pagar as contas. Infelizmente é isso aí, né? Que todo mundo passa.

Entrevistador: Você já teve algum trabalho antes, alguma oportunidade de trabalho antes, você se envolver?

Entrevistado: Não, sempre tentei, mas nunca tive oportunidade.

O interessante é que Alan tem essa percepção negativa acerca do trabalho e da remuneração mesmo sem ter tido qualquer experiência de trabalho, como mesmo foi apontado pelo próprio entrevistado que tem essa percepção a partir da vivência da mãe e das dificuldades dessa em custear as despesas da família. Este entrevistado além de afirmar da dificuldade arrumar um trabalho, diz sobre o preconceito que existe em relação ao indivíduo “*lá dentro do serviço você recebe, dependendo do seu jeito de andar, do seu jeito de vestir, do seu jeito de falar, você é sempre... colocado pra baixo, colocando essas coisas assim, né? Tipo, os outros tira, tipo, a sua animação de querer trabalhar*”, evidente, mais uma vez, as marcas atribuídas àqueles que seguem determinados estilos de vestuários ou pertencem a determinados grupos.

Já o entrevistado Jimi define o trabalho como: “*Trabalho é uma forma de... ganhar dinheiro, ser remunerado, só que ajudando os outros. Isso é um trabalho realmente, sabe? Eu penso assim. Você não pode ganhar dinheiro fazendo nada. Fazer uma coisa que vai atrapalhar as pessoas*” (Jimi). Para ele é fácil de arrumar um trabalho, sendo que muitos indivíduos é que não querem fazer serviço pesado como “*descarregar caminhões*” (sic) e que ele poderia fazer tal serviço sem problema algum já que daria um bom dinheiro.

Por outro lado, este mesmo entrevistado afirmou que seria melhor fazer um curso superior, assim, afirmou “*Então eu prefiro alguma coisa mental, por que é desgastante você trabalhar muito com carregamento de uma coisa pesada, sabe?*” (Jimi). Percebe uma contradição no próprio discurso do adolescente que inicialmente afirma que poderia trabalhar descarregando caminhões, porém, prefere trabalhar com algo mais mental já que o trabalho que envolve esforço físico é mais penoso.

Para Bob, um trabalho é aquilo que além de dar dinheiro, também seria uma possibilidade de progressão de carreira e de aprendizado: *“qualquer coisa é trabalho. Uma latinha que cê acha na rua ali e leva pra dentro de casa, juntar, isso já é um trabalho. Cê pode pegar, vender e ganhar um dinheiro... O trabalho também tá ligado no aprendizado”*.

Destes três entrevistados, Bob foi aquele quem mais enfatizou a importância de um trabalho nos moldes da CLT, o que pode ser justificado pelas experiências de trabalho informais que já teve, diferente dos outros dois entrevistados que não haviam tido experiência de trabalho progresso à entrada no sistema socioeducativo.

Segundo esse jovem, um serviço formal seria importante porque: *“Tipo... a verdade é que o serviço fichado ele te dá uma garantia, um benefício. Se caso cê sofrer um acidente, eles continua te pagando. Se caso algum dia cê tiver mal de saúde ou alguma coisa assim, é perigoso a empresa até arcar se cê nem ser terceirizado.”*. Complementa: *“Cê pode tá dentro da maior empresa que for, que cê cair uma caixinha na sua cabeça e machucar e tal, eles não te pagam nada”*. Então, destaca a assistência à saúde que é fornecida em caso de acidente de trabalho como algo importante e que o motiva a procurar um emprego nos moldes da CLT, por outro lado, queixa-se da burocracia em relação aos documentos para assinatura da carteira de trabalho, apontando essa como sendo a principal dificuldade de arrumar um emprego “fichado”.

Por fim, Bob afirma que nem sempre o dinheiro que ganhava com o serviço, de contrato temporário, era suficiente para pagar as despesas e que às vezes precisou procurar por outra renda *“tem hora que tem que fazer um corre por fora, tá ligado? Tipo, arrumar um bico por fora, alguma coisa assim”* ou às vezes pedir à mãe um dinheiro emprestado. Mais uma vez, evidente a precarização do mercado de trabalho, que força o indivíduo a procurar na informalidade um sustento que, de certo modo, mal dá para pagar as contas.

Desses relatos, é evidente que entendem o trabalho como uma forma de sustento e acesso aos bens de consumo, mas também se compreende que se trata de um valor partilhado e idealizado socialmente e, não somente, por Bob e Alan (Medeiros e Paiva, 2021).

Em contrapartida, em relação aos participantes que estavam em cumprimento de MSE pela prática do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas ou ter passagem por este ato infracional, encontrou-se uma regularidade das narrativas sobre a dinâmica, riscos e benefícios do envolvimento no tráfico de drogas. Sem estender muito em relação à rotina, quantia recebida ou a função exercida, pois foge ao escopo dessa pesquisa, é interessante trazer alguns elementos que foram recorrentes nas narrativas.

Diferentemente dos três participantes egressos, estes não mencionaram especificamente outro tipo de trabalho a não ser o tráfico de drogas e muito menos um trabalho nos moldes CLT. Apesar disso, alguns destes entrevistados apresentaram em suas narrativas experiências de trabalho pretéritas. Brian já trabalhou apanhando café e cuidando de bois em sua cidade. Tom relata ter tido experiência com venda de doces e, também, com descarga de caminhão no CEASA. Afirma que este era um serviço pesado, pois, tinha “*de acordar cedo, era mais ou menos, porque era muito pesado pra mim também, porque eu era muito novo assim na época*”. Chopin já trabalhou na marmoraria junto com o pai. Mozart já trabalhou com o pai como ajudante de pedreiro, Milton em uma lava-jato e Elza como faxineira e babá.

Assim como no estudo de Silveira e Previtali (2019), os resultados mostraram que os entrevistados que tiveram experiências de trabalho, o tinham na informalidade demonstrando a “rotatividade e instabilidade... levando a uma precarização não só do trabalho, mas de si mesmos” (p. 314). Reforçando ainda mais a desigualdade e violências a que estão submetidos, eis que, não tinham capacidade e habilidade para conseguirem um trabalho formal.

Todavia, como já destacado na alínea “h” deste subtópico, no geral, ora socioeducandos, consideravam que o tráfico de drogas é um tipo de trabalho e entre as principais motivações para o envolvimento infracional era o desejo de obter dinheiro, uma renda que não conseguiriam através de um trabalho formal, seja porque não tinham a idade mínima, seja por não possuírem a qualificação necessária. Por conseguinte, a venda no tráfico de drogas, em suas percepções, seria um trabalho por envolver uma rotina, ordens, uma função específica e uma remuneração.

No caso, Bach afirma que não existe diferença entre um trabalho do tráfico com outro tipo de trabalho porque “*Nos dois você recebe ordens, você recebe...*”. Inclusive, Chopin afirma que a venda de drogas seria um trabalho porque era a forma que encontrou para se sustentar:

Ah, porque pra mim, na época que eu tava vendendo, pra mim era meu sustento de vida. quase sei lá que a minha mãe também não preocupava mais comigo, já não fazia comida mais pra mim já não fazia nada, aí eu tinha que ir pra esquina vender, pra me ter dinheiro, pra me ter o que comer e tal.

Então para estes entrevistados, a atuação no tráfico de drogas é considerada como um trabalho, eis que, possui uma rotina específica, hierarquias, função específica, assim como, existe uma punição em caso de chegar atrasado como afirmado por Jorge, caso chegasse atrasado para o “*plantão*” (sic) tomava “*balão*” (sic), ou seja, era cobrada uma multa que deveria ser paga no final do expediente ou então somente poderia retornar no outro dia de “*plantão*” (sic). Além da renda, tem uma remuneração específica e progressão de carreira

inerentes à dinâmica do tráfico de drogas, tal fato também foi constatado na pesquisa de Coscioni et al (2018), cujos resultados apontaram o tráfico de drogas como uma empresa organizada.

De modo geral, os participantes, com exceção de Tom, aproveitaram do prazer do consumo de drogas para fazer disso uma fonte de renda, nessa seara, “o comércio de drogas faz surgir a chance de uma carreira de sucesso e automaticamente o alcance da realização de desejos” (Pereira, 2023, p. 90). Adicionalmente, apontaram que recebiam convites sejam de terceiros ou de colegas para começarem a ganhar dinheiro com a venda de drogas, mas sempre destacando que apesar dos convites, fora uma escolha própria iniciar a trajetória infracional.

Além do convite atrativo que recebiam, foi comum na fala dos entrevistados que a partir da observação e da vivência pessoal que tráfico traz como benefícios, o dinheiro, a fama, mulheres, bem como, permite acessar bens de consumo. Conforme Teixeira, o impacto do capitalismo e da disparidade social é observável, o desejo dos adolescentes de adquirir bens em contraste com os recursos financeiros que dispunham, ocasionalmente, facilita o início e/ou permanência no envolvimento infracional (2022, citado por Pereira, 2023, p. 93).

Ainda mais, no atual cenário econômico, político e social além do estímulo, há uma “busca individualista e desenfreada por um estilo de vida consumista” (Silveira e Pereira, 2019, p. 315), tal fato é bastante presente nas falas do entrevistados que fazem questão de contar que a partir do dinheiro obtido no tráfico de drogas compraram motos, carros, casa, corrente de ouro, *Iphone* de última linha, dentre outros.

A fim de ilustrar este raciocínio, Bach é enfático ao dizer sobre o que o motivou a iniciar o envolvimento aos 09 anos de idade: “*Acabei que entrei nessa vida de ilusão, dinheiro e fama. Dinheiro, fama, mal, desculpa, mulher. Eu entrei nessa vida aí*”. Nesse sentido, de acordo com Coscioni et al (2018, p.114), o envolvimento infracional facilita a aquisição conveniente de bens de consumo, proporcionando aos indivíduos a oportunidade de assumir uma posição de destaque na sociedade viabilizando ainda, o prazer de andarem com roupas de marcas, correntes e, em alguns casos, armados, tanto que é recorrente nas falas dos entrevistados que começaram a andar bem-vestidos e que isso atraía a atenção na comunidade, sobretudo, de mulheres.

Por conta desses supostos benefícios, alguns dos entrevistados chegam a afirmar que gostam do envolvimento por gostarem do prazer, tanto físico quanto psicológico, que lhes é proporcionado (Johann e Chico, por exemplo). Sobre a entrada, Coscioni et al (2018, p.114) afirma que “a entrada no mundo do crime propiciava emoções intensas que a inserção no mercado de trabalho não causava”. Tal assertiva explica o fato de alguns adolescentes

afirmarem o desejo de permanecer na trajetória até atingir a maioridade, momento em que pretendem romper com a criminalidade para não serem acautelado no “cadeião” (sic).

Em relação ao dinheiro, Mozart afirma que o dinheiro do tráfico é um dinheiro que: “*Ele vai rápido e volta rápido também*”, no mesmo sentido, Tom afirma que o dinheiro adquirido com o exercício do tráfico de drogas dura menos do que o salário-mínimo e que, inclusive, se fosse escolher preferia ganhar um salário-mínimo já que é mais garantido. Mais uma vez, percebe-se a dualidade do envolvimento infracional marcada por uma fase boa que se ganha muito dinheiro e uma fase ruim em que se perde todo o dinheiro, tal como afirmado por Tom: “*Tipo, é tipo uma fase, tem fase boa e fase ruim, tem fase que a gente só ganha, mas também tem fase que a gente só perde também. Que a gente vai, eles passa todo dia, que a gente toma prejuízo toda hora*”, referindo-se aos policiais.

Por outro lado, Bach é o único participante que, exclusivamente, abriu uma conta bancária para guardar o dinheiro adquirido com o tráfico de drogas: “*Tipo, metade minha mãe abriu uma conta no banco pra mim. Tipo, metade eu gasto, metade vai pro banco. Querendo ou não, também tem os gastos, né? Tipo, meu, da minha mãe. Eu ajudo ela. Aí a maioria vai pro banco. Aí...*”. Por sua vez, Jorge aproveitou uma conta que a avó havia criado em seu nome para fazer depósito do seu lucro, sendo que poderá retirar somente quando atingir a maioridade. Já Tom e Milton afirmam ter uma pequena quantia guardada em suas respectivas residências.

Sobre sair do tráfico de drogas, alguns participantes dizem ser difícil, pois, é muito tentador permanecer no envolvimento diante do tanto dinheiro que se ganha e, que diante disso, optam por permanecer no envolvimento, é o caso de Tom, de Chico, Bach e Jorge. Apesar disso, é uníssono nas narrativas do entrevistados que a saída é possível, desde que não esteja devendo dinheiro.

Em síntese, os entrevistados veem no tráfico de drogas uma possibilidade de renda e acesso a bens de consumo apesar dos riscos do envolvimento. Desconsideram as preocupações e conselhos familiares, bem como demonstram certo deslumbramento em relação à fama e desconsideram o risco iminente de morte, invalidez ou de acautelamento Além do mais, a maioria, demonstra interesse em manter o vínculo na dinâmica infracional até atingir maioridade.

Dito isso, na percepção dos participantes o tráfico de drogas é um trabalho legítimo como qualquer outro se colocando, inclusive, como uma opção de renda para essa juventude que não consegue se conectar com a escola e, menos ainda, se inserirem no mercado formal de

trabalho. Portanto, o mercado de trabalho no comércio ilegal de drogas é uma opção viável para que estes jovens não sejam nem-nem (ponto trabalhado no tópico 6.2.2 alínea “f”).

1) Sonho e futuro

Falar sobre sonho e futuro é falar dos projetos de vida, eis que, “são as aspirações de futuro, acompanhadas de um sentido de ação” (Coscioni *et al*, 2018, p.110). Os autores apontam que essa é uma reflexão que perpassa tanto por uma perspectiva crítica em relação a história de vida quanto um planejamento em relação às futuras ações e pretensões para mudar a realidade vivida. E mais, destacam que essa é uma das finalidades da MSE, qual seja, promover a reeducação e reinserção social a partir do rompimento do envolvimento infracional aliado ao fortalecimento e/ou construção de novos vínculos, especialmente, por meio da inserção no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, os entrevistados quando indagados sobre sonhos e perspectiva de futuro, no geral, falam sobre as aspirações profissionais.

Considerando que os três entrevistados, ora egressos, tanto passaram pelo cumprimento da MSE quanto finalizaram esta e, segundo, os moldes do SINASE e do ECA, dever-se-iam estar em um processo avançado em seus projetos de vidas. Outrossim, ao tocar na temática o entrevistado Alan apesar de ficar desconfortável em falar dos sonhos afirma a importância do trabalho como uma forma de alcançar os sonhos: “*Eu só quero ter uma profissão, poder dar uma casa pro meu irmão, e pro meu filho*” (Alan). No mesmo sentido é o apontado pelos outros dois entrevistados que seria: “*Ah, eu espero trabalhar, construir minhas coisa, tipo, adquirir meus objetivos. Depois que eu adquirir meus objetivos, só esperar*” (Bob) e; “*Um futuro próspero, né? Quero um futuro próspero que possa namorar, ter meus filhos...*” (Jimi). Em suma, para estes três os projetos de vida consiste resumidamente em ter uma casa, uma família e um trabalho para custear ambos.

Destes três, considera-se que Jimi é o único dos entrevistados que apresentou planos mais concretos para o futuro, sendo que os outros dois, ainda que, possuam sonhos ou o desejo de trabalhar nos moldes CLT, são planos mais abstratos vez que não realizaram um planejamento concreto de como irão conseguir alcançar seus sonhos e desejos. Desse modo, sugere-se que se trata mais de aspirações de futuro do que projetos de vida, conforme salientado por Coscioni, Costa, Rosa & Koller (2017) as práticas do sistema socioeducativo podem estar se sobrepondo à lógica pedagógica inicialmente prevista, suggestionando-se ser um desafio promover o desenvolvimento e autonomia dos adolescentes e jovens em conflito com a lei.

Sobre o desejo profissional e sonhos:

- Jimi além de estudar, deseja ajudar pessoas e dar aula de artes marciais;
- Tom sonha em ser jogador de futebol, bem como, deseja voltar a estudar e ajudar a mãe com as despesas familiares;
- Chopin deseja estudar, trabalhar e formar uma família, além disso, tem vontade de trabalhar como mecânico ou de marmorista igual ao pai, mas tem o sonho de ser advogado;
- Chico gostaria de trabalhar em supermercado ou ser motoboy;
- Belchior tem vontade de trabalhar como jovem aprendiz na CEDIPRO ou de barbeiro ou eletricitista;
- Bach tem vontade de ser médico ou trabalhar de motorista de caminhão ou de barbeiro, além disso, tem o sonho de comprar uma casa para a mãe;
- Milton tem vontade de ser administrador igual a genitora, bem como, deseja ter uma casa, um carro, uma namorada, em suas palavras: “*tipo... que fecha naquele nipe*” (sic);
- Mozart gostaria de trabalhar em supermercado, mas possui o sonho de ser veterinário. Porém, Mozart se contradisse e não apresentou nenhuma perspectiva de futuro ou sonhos, apenas disse que quando terminar a medida precisará de uma renda, e que se não arrumar um trabalho voltará a atuar no tráfico de drogas;
- Elza tem o sonho de ser veterinária ou técnica/educadora social para poder contar a sua história de vida.

Tanto Chico quanto Beethoven desejam trabalhar para cuidar do(a) filho(a) que irá nascer. Brian deseja trabalhar e ajudar nas despesas de casa, já Belchior além destes fala em estudar. Os demais não mencionaram nenhuma aspiração profissional específica, afirmando que poderiam “*trabalhar em qualquer coisa*” (sic). De acordo do Medeiros e Paiva (2021, p.35), estes discursos fazem parte de valores socialmente partilhados e que, poderiam marcar um rompimento com a trajetória infracional aliada a uma adequação do comportamento às expectativas sociais.

É interessante, assim como apareceu na pesquisa feita por Medeiros e Paiva (2021), que as perspectivas de futuro perpassam tanto pelo desejo de arrumar um trabalho para ajudar nas despesas da casa quanto pela possibilidade de conseguir dinheiro que garante acesso aos bens de consumo. Outrossim, ainda que os entrevistados “tenham apresentado aspirações de futuro relacionadas à educação, trabalho e família, elas careciam de um sentido de ação por meio do qual se intencionava tornar tais aspirações reais” (Coscioni, 2018, p.117).

Por conseguinte, as perspectivas de futuro e sonhos mencionados, apresentam-se como desejos abstratos e destoantes, eis que, um mesmo indivíduo sonha em ser médico e caminhoneiro ao mesmo tempo. Outro sonha em ser advogado e marmorista. Um terceiro deseja trabalhar como jovem aprendiz mas está no terceiro ano do ensino fundamental e um outro sonha em ser veterinário e afirma que continuaria na trajetória infracional se não arrumar um trabalho. Há, então, uma discrepância entre os desejos e sonhos profissionais dos adolescentes e jovens, sugerindo que percebem uma dicotomia entre sonhos parecem ser mais viáveis daqueles inatingíveis.

Para além disso, acredita-se que falta um direcionamento profissional ou um aconselhamento de carreiras e suas respectivas áreas correlatas, algo que poderia ser ensinado nas escolas e, já que está se falando socioeducandos, ser ensinado nas instituições socioeducativas. Inclusive, retoma-se um dos apontamentos feitos durante a reunião do Se Liga (mencionada no capítulo de “Metodologia”) em que apesar dos entrevistados mencionarem sonhos profissionais, não entendem a dimensão legal e burocrática envolvidas e que perpassam na dinâmica do mercado de trabalho.

Finalmente, concorda-se com o afirmado por Coscioni *et al*: “Ainda que as aspirações de futuro estejam presentes nas falas dos participantes, os resultados sugerem ausência de projetos de vida” (2018, p. 118). Assim, sugestiona-se que a MSE encontra limitações em promover ou viabilizar o desenvolvimento pessoal dos socioeducandos, sobretudo, em projetos de vida pautados em ações concretas e realizáveis licitamente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, compreender as forças sociais e institucionais somadas às escolhas e comportamentos dos indivíduos é tarefa da teoria do curso de vida (Heinz e Krüger, 2001). Percebe-se que a teoria do curso de vida se mostra interessante para analisar os possíveis fatores que levaram os participantes ao envolvimento infracional, eis que, foi possível reconhecer que algumas das experiências vivenciadas durante a infância e começo da adolescência influenciaram no comportamento e nas escolhas individuais, sobretudo, nas escolhas da trajetória infracional como uma meio de obter renda. Porém, é preciso reforçar que seriam necessárias mais entrevistas com os participantes para compreender de que maneira os eventos podem ter influenciado nas suas escolhas e trajetórias de vida.

A partir dos dados coletados, percebe-se uma recorrência do perfil do público atendido. A maioria dos entrevistados pertencem à família monoparental materna, sendo a mãe a principal provedora da família. Com exceção dos irmãos, identificou-se que os vínculos com os demais membros familiares e sociais, em geral, são fracos. Percebe-se uma discrepância entre a idade e a série escolar. Poucos tiveram experiência de acesso a serviços de cultura, de esporte e lazer. Iniciam o envolvimento em média aos 12 anos de idade e apresentam como principal motivação o desejo de ter uma renda e a impossibilidade de adentrarem no mercado formal de trabalho.

O início do envolvimento infracional é precedido pelo uso de drogas e, por diversas situações de violações e privações vivenciadas ao longo da infância e início da adolescência. Possuem sonhos distantes de sua realidade, bem como, não apresentam planos concretos de realização. São indivíduos com diversas passagens pelo sistema de justiça e socioeducativo e que, apesar dos riscos, ainda manifestam deslumbramento com os benefícios prometidos pela dinâmica do tráfico de drogas.

A temática da dinâmica do tráfico de drogas e o envolvimento infracional apresenta-se relevante, pois, foi recorrente nas narrativas tratar-se de um trabalho legítimo como qualquer outro, enquanto o sistema de justiça considera como uma violação legal. Nessa seara, o tráfico enquanto um trabalho, entender-se-ia como um trabalho infantil, precarizado e perigoso (Costa, Mendes e Guedes, 2021; Martins, 2020). Assim, é dever do Estado, da sociedade e da família proteger estes indivíduos dessas violações de direitos⁵⁵ e, não simplesmente criminalizá-los. Este tema deve ser pormenorizadamente estudado em futuras pesquisas, eis que, são escassas as pesquisas sobre essa problemática.

Ultrapassada a questão do tráfico de drogas, devido ao fato dos adolescentes e/ou jovens estarem no cumprimento de uma MSE, não foi possível avaliar possíveis eventos que pudessem influenciar na ruptura da trajetória infracional, eis que, necessário um estudo longitudinal prospectivo para avaliar qual o impacto das MSE no curso de vida dos socioeducandos, após o seu cumprimento. Inclusive, retomando o exemplo do cruzamento em que existem duas vias e se escolhe uma em detrimento de outra representando um ponto de virada se mostra uma ilusão. Isso porque é fantasioso falar em ponto de virada quando o sujeito continua morando no mesmo território, com a mesma condição de vida precária e violadora de direitos, na mesma dinâmica familiar, na dificuldade de se inserirem formalmente no mercado de trabalho, além dos estigmas que carregam por toda a vida, motivo pelo qual a teoria do curso de vida se mostra desinteressante para estudar a MSE como ponto de virada na vida destes sujeitos.

⁵⁵ Tal normativa está constitucionalmente prevista no artigo 227, bem como no artigo 4º do ECA.

Assim, apesar de alguns afirmarem o desejo de continuar com o envolvimento infracional até atingirem a maioria, e outros desejarem cumprir a MSE e interromper a trajetória, são suposições que demandam novas pesquisas com estes participantes para avaliar o fenômeno da permanência ou desistência da trajetória, eis que, trata-se de um processo complexo demandando, de certa forma, compreensão da dinâmica entre o indivíduo, ambiente e escolhas intencionais (Sampson e Laub, 2005). Por outro lado, a partir dos relatos já expostos, percebe-se que a MSE impacta diversamente a vida de cada participante sugerindo-se que, no geral, foi por eles avaliada como uma experiência negativa vez que os retira do convívio familiar e comunitário e limita a autonomia deles.

Com a lente voltada para a profissionalização, a partir dos egressos, sugere-se que a MSE não influenciou de maneira significativa ou, talvez, não tenha propiciado um ambiente criativo, de estímulo de habilidades suficientes para a elaboração de novos projetos de vida. Estes dados precisam ser analisados com cautela, vez que, se trata de uma amostra pequena e potencialmente enviesada, logo, novos estudos quantitativos são necessários para verificar esses *insights*.

No mesmo sentido, são os dados coletados a partir dos participantes em cumprimento MSE, ou seja, sugere-se ausente um estímulo educacional profissionalizante suficiente para construção de projetos concretos de vida. Também, percebeu-se uma fragilidade do ponto de vista da oferta de conhecimento, ambiente, estrutura e habilidades oferecidas pela MSE, sendo questionável se realmente habilitam o ingresso no mercado de trabalho. Isso porque, os participantes demonstraram, a partir de suas narrativas, que aderiram de forma cerimonial, ora racional, às ofertas de curso profissionalizante, com o objetivo de encurtarem o tempo de seu cumprimento nas instituições.

Nesse sentido, os dados indicam que existe uma dissonância entre o que é ensinado durante o cumprimento da MSE de meio fechado, no que tange à profissionalização, com o desejo e a realidade que esses sujeitos vivenciam. Logo, poder-se-ia falar de uma profissionalização cerimonial sob a perspectiva de Hagan. Apesar de terem sido coletados dados de 15 participantes, trata-se de um estudo a partir da realidade mineira e, este é um número pequeno para representar a sociedade como um todo.

Ademais, conhecendo a crise do mercado de trabalho marcada pela precarização e terceirização, possivelmente, estes adolescentes e jovens terão dificuldades de adentrar neste mundo ou se o conseguirem será de forma precarizada, informal, devido às poucas habilidades que possuem, à baixa escolaridade, bem como, à marca que carregam por serem egressos do

sistema socioeducativo. Reflete-se ainda que a profissionalização, por si só, não rompe com a trajetória infracional. Ela é uma das alternativas que pode ser abraçada ou não pelo indivíduo, fato este que estará relacionado a diversas outras circunstâncias, tais como, escolaridade, suporte familiar, ambiente vivido e, principalmente, o próprio desejo do adolescente e/ou jovem.

Por fim, este trabalho contribui com a literatura por se tratar de estudo novo, além de ser possível entender com certa profundidade o fenômeno tendo em vista tratar-se de uma pesquisa qualitativa com evidência empírica, bem como, levantar *insights* que poderão ser discutidos em futuros trabalhos.

Para além disso, contribui também, para que possam alertar os atores (in)diretamente envolvidos nas práticas institucionais, no âmbito do sistema socioeducativo, aconselhando-se a readequação da oferta de cursos profissionalizantes compatíveis com a realidade e desejo profissional dos socioeducandos. Sugere-se começar por uma orientação vocacional em linguagem acessível e de forma prática a fim de que os adolescentes e/ou jovens consigam compreender a diversidade de áreas e possibilidades profissionais. Também, seria interessante ensinar a estes indivíduos formas concretas de executar seus planos de vida. Tais sugestões também poderiam ser ensinadas no ambiente escolar, como uma das formas de prevenção ao comportamento infracional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. A racionalidade prática do isolamento institucional: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. Socialização e regras de conduta para adolescentes internados. *Tempo Social*, v. 25, p. 149-167, 2013.
- AMARAL, Polyana; TAQUES, Geovanna; TORTORELLI, Thabatha; PALARO, Luzia Aparecida. Relato de Experiência: as Consequências no Ensino com o Advento da Pandemia: Evasão Escolar e Qualidade de Estudo. *In: Relatos de experiência – Seminários de Educação*, 29. , 2021, Cuiabá. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021 . p. 635-639. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu_estendido/article/view/21103/20928. Acesso em 10 de jan. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?. *Anál. Social* [online]. 2023, n.248, pp.512-532. Epub 30-Set-2023. ISSN 0003-2573. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2023248.04>. Acesso em 10 de jan. 2024.
- ASSUNÇÃO, Adrian Bezerra; CARVALHO, Vanessa Carneiro B.. A Percepção de Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas Sobre a Importância da Família. *In: GEVEHR, D. L.. (Org.). Temas da Diversidade: Experiências e Práticas de Pesquisa*. 1ªed.São Paulo: Editora Científica, 2021, v. 2, p. 1-320. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210303905.pdf>. Acesso em 03 de janeiro de 2024.
- BALBINOT, Caroline; COSCIONI, Vinícius; ROSA, Edinete Maria; KOLLER, Sílvia Helena. O convívio entre adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Psicologia em Estudo*, v. 27, 31 maio 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/48317>. Acesso em 12 de dez. 2023.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 3ª edição. 2004.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo; LEMES, Marilene Alves e SANTOS, Eliene Amorim dos. Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação. *Educação. Porto Alegre* [online]. 2011, vol.34, n.03, pp.341-350. ISSN 1981-2582. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/7618>. Acesso em 10 de jan. 2024.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro. Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 3ª reimpressão, agosto de 2016 – (Cap. 1).

BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. *Educação em Revista* (UFMG. Impresso), v. 29, p. 175-199, 2013.

BECKER, H. *Outsiders: studies in sociology of deviance*. New York: Free Press, 1963.

BLANCO, Mercedes. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. *Revista Latinoamericana de población*, v. 5, n. 8, p. 5-31, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3238/323827304003.pdf>. Acesso em 21 de jun. 2023.

BLANCO, Mercedes; PACHECO, Edith. Trabajo y familia desde el enfoque del curso de vida: dos subcohortes de mujeres mexicanas. *Papeles de población*, v. 9, n. 38, p. 159-193, 2003. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252003000400006. Acesso em 21 de jun. de 2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado, 1990.

_____, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Brasília, DF: Senado, 2012.

BOGHOSSIAM, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília Souza. Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. *Saúde Soc. São Paulo*, v.18, n.3, p.411- 423, 2009. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10517/2/JOICI_CRISTIANI_DE_SOUZA_DIS.pdf. Acesso em 08 de nov. 2023.

BORGES, Cláudia Daiana; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Vulnerabilidade, família e o uso de drogas: uma revisão integrativa de literatura. *Psicologia Revista*, v. 13, p. 9-34, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/44389/37609>. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

BOTELHO, Louise da Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 09 de nov. 2023.

BUENO, Alana Lemos. "Competências E Empregabilidade: Sentidos Da Formação Nas Políticas Curriculares Para O Ensino Médio." *Sociologias Plurais (Online)* 5.2 (2019): *Sociologias Plurais (Online)*, 2019, Vol.5 (2). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/71024>. Acesso em 20 de nov. 2023.

CAMPOS, Simeia Rodrigues e GOTO, Tommy Akira. Os conflitos e valores na juventude: transição para a maturidade. *Rev. abordagem gestalt.* [online]. 2017, vol.23, n.3, pp. 350-361 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000300011&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1809-6867.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314,

Maio/Ago. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jgzXVY4P9YMbxnwwRfT7y9g/abstract/?lang=pt/>. Acesso em 08 de nov. 2023.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?lang=pt/>. Acesso em 13 de abril de 2023.

CARMO, Renato Miguel do; MATIAS, Ana Rita. As dimensões existenciais da precariedade: jovens trabalhadores e os seus modos de vida. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online]. 2019, n.118, pp.53-78. ISSN 2182-7435. <https://doi.org/10.4000/rccs.8502>. Acesso em: 09 de nov. 2023.

CONTE, Marta. Desafios na Juventude: drogas, consumismo e violências. *In: Educação & Realidade* – v. 33, n. 2. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Jul./dez. 2008. p.131-146 .

CORREA, Licínia Maria; CUNHA, Maria Amália de A.. "A vida numa encruzilhada: Jovens do ensino médio entre o desejo e a necessidade se projetar o futuro." *Educação & Formação*. Fortaleza. 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10059>. Acesso em 20 de nov. 2023.

COSCIONI, Vinicius *et al* . Projetos de vida de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Cienc. Psicol.*, Montevideo , v. 12, n. 1, p. 109-120, maio, 2018. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212018000100109&lng=es&nrm=iso. Acesso em 03 jan. 2024.

COSCIONI, Vinicius; COSTA, Luiza Lins. A.; ROSA, Edinete Maira; KOLLER, Sílvia Helena. O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. 2017, *Psico*, 48(3), 231–242. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/24920/pdf>. Acesso em 03 de jan. 2024.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira; GUEDES, Ítalo de Oliveira. Juventude brasileira e o trabalho no tráfico de drogas: pauperização, precarização e superexploração. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte , v. 14, n. spe, p. 1-24, dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300012&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 07 jan. 2024.

DE CAMPOS, Pedro Henrique O.; REIS, Lílian Perdigão C.. Políticas Públicas de trabalho destinadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica: Produção acadêmica em periódicos brasileiros entre 2004 e 2019. *Revista Temas em Educação*. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/49059>. Acesso em: 09 nov. 2023.

DIAS, Vera Maria P. W.. Juventude, religião e criminalidade. *Revista Nures*, v. ANO IX, p. 1-17, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/22203>. Acesso em 08 de jan. 2024.

ELDER, Glen Holl Jr.. The life course as developmental theory. In *Child development*, v. 69, p. 1-12, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/J.1467-8624.1998.TB06128.X>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

ELDER, Glen Holl Jr.. Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course. *Social Psychology y Quarterly*, v. 57, p. 4-15, 1994. Disponível em: <https://doi:10.2307/2786971>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

ELDER, Glen Holl Jr.. Perspectives on life course. Ithaca, New York. Cornell University Press. 1985. Disponível em: <https://faculty.washington.edu/matsueda/courses/401D/Readings/Elder.pdf>. Acesso em 11 de nov. 2023.

FANK, Michele; TRZCINSKI, Clarete; CETOLIN, Sirlei Fávero. Violação dos Direitos de Criança e Adolescente: um estudo junto à realidade do poder judiciário. *R. Pol. Públ., São Luís*, v.17, n.1, p. 251-262, jan./jun.2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/2526-7884-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FARRAL, Stephen; BOWLING, Benjamim. (1999). Structuration, human development and desistance from crime. *British Journal of Criminology*, 39(2), 253-268. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1093/bjc/39.2.253>. Acesso em 08 de jun. 2023.

FARRINGTON, David P. Developmental and life-course criminology: Key theoretical and empirical issues-the 2002 Sutherland Award address. *Criminology*, v. 41, n. 2, p. 221-255, 2003. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x>. Acesso em 22 de jun. 2023.

FELIX, Gil Almeida. Trabalhadores de plataformas digitais: mundialização, superexploração e luta de classes. *REVISTA SOCIEDADE E ESTADO*, v. 38, p. 35-62, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/H9TXPJxD6BztbGxPkk85vNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de jan. 2024.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; DUTRA, Renata Q.. Distinções e aproximações entre terceirização e uberização: os conceitos como palco de disputas.. *Caderno CRH (Online)*, v. 34, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/T8x9Jj3ZkGRHjccQQcc57qc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de jan. 2024.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 117-119.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCISCO, Júlio Cesar. Jovens infratores nas mãos do Estado/ 1ed. – Jundiaí/SP. Paco Editorial, 2020. 120p.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L.. The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research. Routledge, 2017.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Marco Antônio; OLIVEIRA, Marilsa Miranda De Souza de; ROSRIGUES, Ana Paula Aires. *A Educação E O Processo De Reestruturação Produtiva: A Incapacidade Civilizatória Sob a égide Do Capital*. Educação (Santa Maria, Rio Grande Do Sul, Brazil) Ed. Vol. 45, num 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35982> . Acesso em 20 de nov. 2023.

GONZÁLEZ, Rodrigo S.. Políticas públicas para a infância no Brasil- análise do processo de implementação de um novo modelo. *Pensamento Plural (UFPEL)*, v. 8, p. 25-45, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142451/000993298.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GONÇALVES, Bianca Siqueira; RANGEL, Luíza Cassiano. Juventude e Mercado de Trabalho em Campos dos Goytacazes - RJ. *Revista Grifos Uno Chapecó - Ed. Vol. 31, num 55, 2022, p.204-225*. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5460>. Acesso em 20 de nov. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 200. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/trabalho-uma-categoria-chave-no-imaginario-juvenil.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GUIMARÃES JUNIOR, Sérgio D.; SILVA, Elaine Barbosa. A 'Reforma' Trabalhista brasileira em questão: reflexões contemporâneas em contexto de precarização social do trabalho. *FAROL - REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE*, v. 7, p. 117-163, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25113/farol.v7i18.5503>. Acesso em 10 de dez. 2023.

HAGAN, John; HEWITT, John D.; ALWIN, Duane F. Ceremonial justice: Crime and punishment in a loosely coupled system. *Social Forces*, v. 58, n. 2, p. 506-527, 1979.

HEINS, Walter R.; KRÜGER, Helga. Life Course: Innovations and Challenges for Social Research. *Current Sociology*, vol. 49(2), p. 29–45, 2001. Disponível em: <https://doi:10.1177/0011392101049002004>. Acesso em 12 de nov. 2023.

INSTITUTO SOU DA PAZ (São Paulo). *Aí eu voltei para o corre: Estudo da reincidência infracional do adolescente no Estado de São Paulo*. São Paulo, 2018. 59 p. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/ai_eu_voltei_pro_corre_2018.pdf. Acesso em 20 de jun. 2023.

JACOBINA, Olga Maria P.; COSTA, Liana Furtado. “Para não ser bandido”: adolescentes em conflito com a lei e trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)*, v. 10, p. 95-110, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000200008. Acesso em 14 de jun. 2023.

JAHN, Guilherme Machado e DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A Religiosidade em Adolescentes Brasileiros. *Rev. Psicol. IMED* [online]. 2017, vol.9, n.1, pp. 38-54. ISSN 2175-5027. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i1.1541>. Acesso em 08 de jan. 2024.

JESUS, Vania Cristina Pauluk de. Condições escolares e laborais de adolescentes autores de atos infracionais: um desafio à socioeducação. *Revista Eletrônica de Educação*, v.7.n.3, p.129-142. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/648>. Acesso em 11 de junho de 2021.

KOBI, Elisa Cardoso; MACHADO, Marina Vilaça Cavallari; MONZELI, Gustavo Astur. Terapia ocupacional e medidas socioeducativas: uma revisão de literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional JCR*, v. 28, p. 983-998, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/5VPRk3fr7QqqcC3vZZ4nXgg/?lang=pt>. Acesso em 24 de nov. 2023.

LAGARES, Andrea Neiva. A Desistência da Conduta Infracional por Adolescentes no Brasil: uma Discussão Teórica. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v. n. 13, p. 338-357, 2015. Disponível: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35121>. Acesso em 06 de jun. 2023.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini [et al]. *Medida Socioeducativa: entre A & Z*. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014, 280p.

LEMONS, Flávia Cristina S.; GALINDO, Dolores Cristina G.; BRITO NETO, José Araújo de; PASSARINHO, Leandro; NOGUEIRA, Thais de S.; ARRUDA, André Benassuly. Práticas de esporte, lazer e cultura do UNICEF. *Fractal: revista de psicologia*, v. 29, p. 02-08, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1009>. Acesso em 07 de jan. 2024.

LIMA, Francisca Vieira; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. Trajetórias escolares dos/as adolescentes em conflito com a lei: Revisão sistemática e integrativa. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas/ Education Policy Analysis Archives*, v. 29, p. 4-25, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/pkpadmin,+5410++Lima++Haracemiv+FNL.pdf>. Acesso em 24 de nov. 2023.

LIMA, Evelyn S. ; SALES, Marcos Vinícius . Situação da juventude brasileira num contexto de extrema flexibilização, “uberização” e desemprego. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 1, p. 131-152, 2022. Disponível em: http://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352022000300131&lang=pt. Acesso em 09 de nov. 2023.

LOPES DA SILVA, Cinthia.; RIGONI, Ana Carolina C.; SILVA, Luciene Ferreira da. O lazer como fenômeno cultural e suas relações com alguns marcadores sociais. *Revista Corpoconsciência*, v. 25, p. 90-104, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/11995>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LLOYD, Kristin M.; TURANOVIC, Jillian J. Instrumental Support from Parents and Substance Use During the Transition to Adulthood. *Journal of Developmental and Life-*

Course Criminology, 6(4), 477–498, 2020. Disponível em: doi:10.1007/s40865-020-00154-4. Acesso em 13 de dez. 2023.

MARINHO, Frederico Couto; VARGAS, Joana Domingues. Permanências e resistências: Legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, Rio de Janeiro, Edição Especial n. 1, pp. 267-298, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7324>. Acesso em 24 de nov. 2023.

MOCELIN, Márcia Regina. *Adolescência em conflito com a lei ou a lei em conflito com a adolescência: a socioeducação em questão*. 1.ed. – Curitiba: Appris, 2016. 111p.

MACHADO, Erica Babini Lapa do Amaral. Socioeducação: da ontologia à teleologia – Uma ambiguidade teórica. *Revista eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v.11, n.2, 2016, p.531-557. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/19934/pdf>>. Acesso em 11 de junho de 2021.

MARQUES, Janaína Evangelista; PASSOS, Kessia Eduarda S.; AZEVEDO, Gilson Xavier de. Aspectos da evasão escolar na educação de jovens e adultos. *Reeduc*, v. 8, p. 293-423, 2022. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/12618>. Acesso em 10 de jan. 2024.

MARTINS, A. F. P. Crianças e adolescentes em trabalho infantil no tráfico de drogas: visibilizar para proteger. *SCIAS. Direitos Humanos e Educação, [S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 111–130, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseduacao/article/view/5131>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MEDEIROS, Lídia Alice; GONÇALVES, Patrícia Da Rocha. "Jovens Universitários De Camadas Populares E Suas Trajetórias Empreendedoras a Partir Da Vivência Acadêmica." *Arquivos Do CMD* 6.2 (2019): p. 66-78. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/22409>. Acesso em 20 de nov. 2023.

MEDEIROS, Amata Xavier; PAIVA, Fernando Santana de. (2021). A contradição entre proteção e violência na trajetória de adolescentes em medida socioeducativa. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 12(1supl), 18–39. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n1supl18>. Acesso em: 29 de nov. 2023.

MENESES, Elcio Resmini. *Medidas socioeducativas: uma reflexão jurídico pedagógica*. Livraria do advogado Editora: Porto Alegre, 2008. 126p.

MENEZES, Palloma; MOURA, Julia. “Medida socioeducativa é cadeia”: percepções de jovens em semiliberdade sobre violência, sociabilidade, mobilidade e educação em Campos dos Goytacazes. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 57, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.118994. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/118994>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MORAES, Jhony P.; COSTA, Silas Dias M.; HELAL, Diogo Henrique. Juventudes, patrimônio disposicional e aprendizagem situada: proposição de um modelo teórico para pesquisas. v. 21, p. 1, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/948PjJMSmPTGxqS7MSFqVtt/?lang=pt>. Acesso em 09 de nov. 2023.

MORAES, Jhony P.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção Profissional: uma análise bibliométrica dos estudos brasileiros em bases de dados científicas. *Perspectivas Em Gestão & Conhecimento*, v. 9, p. 8'-101, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/42393/29322>. Acesso em 10 de nov.2023.

MORAES, Jhony P.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei . Juventude, formação e trabalho: Aproximando as teorias de inserção profissional e school-to-work. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nHDHRYFHZMphQYjPbvm6GJ/?lang=pt>. Acesso em 10 de nov. 2023.

NARCISO, Roseane de Aguiar Lisboa. *Juventude e transição escola-trabalho: tempo de devir*. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2017.

OLIVEIRA, Lucas. C. P.; Oliveira, J. M.; Silva, B. F. A.; Marinho, F. C.; Souza, J. M. P. Curso De Vida, Adolescentes E Criminalidade: Uma Leitura A Partir Do Pia. *Psicologia & Sociedade (Online)*, V. 31, P. 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6CYVrrnzKBbwPGDP7gKxSDC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16 de jul. 2022.

OLIVEIRA, Lucas Caetano P. *Trajetórias infracionais na adolescência*. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil. *Educ. Rev.* [online]. 2018a, vol.34, n.67, pp.177-197. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qFVd7SLTJzwdLyVVH3gyvCt/?lang=pt>. Acesso em 09 de nov. 2023.

OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. *Trab. Educ. Saúde*, v. 16, n.1, abr. 2018b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/XDscrRPhM9Yk493QMMgWjxC/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

PAUGAM, Serge. Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada. *In Sociologias*, vol. 19, núm. 44, pp. 128-160, 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-019004405>. Acesso em 05 de nov. de 2023.

PERES, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.40,n.140, p.649-673, maio/ago, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sP8smWgyn5fJS77m6Cv4npj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. de 2022.

PEREIRA, Ricardo Bernardes. Variações nos percursos de vida de jovens de mesma origem social: Sequências, eventos e pontos de virada. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, p. 83-110, 2016. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/182>. Acesso em 08 de jun. 2023.

PEREIRA, Roberta Borges C. L. L.. Adolescentes infratores antes da internação: O caminho para o ato infracional a partir da visão dos adolescentes e de suas famílias na Unidade de Internação de Brazlândia (Uibra). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/47139/1/RobertaBorgesCamargoLimaLagoPereira_DISSERT.pdf#page=79. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

PEREIRA, André Luis G.; OLIVEIRA, Ramon de. A inserção dos egressos dos cursos técnicos do Pronatec no mercado de trabalho. *Perspectiva (UFSC)*, v. 37, p. 917-938, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e52345>. Acesso em 07 de jan.2024.

PESSOA, Alex Sandro; ROSA, Edinete Maria; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira(org). Atendimento psicossocial de adolescentes em conflito com a lei: resultados de pesquisas e práticas exitosas – Curitiba: CRV, 2020.

PICOLLI, Ana Clara Gomes; ARRUDA, Daniel Péricles. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e saúde mental: uma revisão integrativa. *Argumentum*. Vitória, v. 15, n. 3, p. 171-187, set./dez.2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/39869/28447>. Acesso em 25 de nov. 2023.

PIQUERO, Alex R. What we know and what we need to know about developmental and life-course theories. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 2015, Vol. 48(3) 336–344. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1177/0004865815589825>. Acesso em 08 de jun. 2023.

PRIULI, Roseana Mara A.; MORAES, Maria Silvia. Adolescentes em conflito com a lei.. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 1185-1192, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kKzFZj8vdLxg8wKyRCVqnfz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de jan. 2024.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MARINHO, Frederico Costa ; PERDIGAO, Tarcísio ; GONCALVES, Isabela. Monitorar o adolescente ou o estabelecimento que executa a medida socioeducativa? O papel dos técnicos judiciários. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 8, p. 70-93, 2014. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/356>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

RODRIGUES, Daniel S. Pereira; FONSECA, Thaniggia. P.. A Religião e o comportamento criminoso. *Unitas - Revista Eletrônica De Teologia E Ciências Das Religiões*, V. 3, P. 100-107, 2016.

ROLIM, Marcos. Desistência do crime. *Sociedade e Estado*, v. 33, p. 829-847, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/C9xTHndSvfkLjB6xJ4zK8Pc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 17 de maio de 2023.

ROCHA, Lorena P.; LIMA, Maria Cecília P.. A Juventude En-Cena na Escola: a educação no encontro com a cidade. *Educação e Realidade* Edição eletrônica, v. 46, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Rv7sfhMPk5dTxgyVBMw8mD/?lang=pt#> . Acesso em 09 de nov. 2023.

SANTOS, Mateus D.; MENDES, Maria A.L.; SOUZA, Luana A. L.. Evasão escolar na pandemia: Estratégias adotadas por uma escola pública. *JOSIF 2022*, 14ª Jornada Científica e Tecnológica. 11º Simpósio de Pós-Graduação IFSULDEMINAS, 2022. Disponível em: <https://josif.ifsuldeminas.edu.br/ojs/index.php/anais/article/view/211/276>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

SANTOS, Railson Felix; COELHO, Leandro Alves. A lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista) como instrumento facilitador ao trabalho escravo. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.]*, v. 9, n. 10, p. 1426–1451, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11761. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11761>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SARAIVA, Isadora Costa; OLIVEIRA, Lucas Caetano P.. Trabalho infantil no Tráfico de Drogas: Dinâmicas infracionais e registros oficiais. In: VIII Encontro de Antropologia do Direito, 2023. Anais do VIII Enadir, 2023. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Trabalho%20infantil%20no%20tr%C3%A1fico%20de%20drogas%20-%20IsadoraCosta%20e%20LucasOliveira2.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2024.

SAMPSON, Robert J; LAUB, John H. *A Life-Course View of the Development of Crime*. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 602. 12-45. 2005.

SCISLESKI, Andrea Cristina C., BRUNO, Bruno Soares, GALEANO, Giovana Barbieri, SANTOS, Suyanne Nayara dos; SILVA, Jhon Lenon C. da .. (2015). Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva?. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505–515. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>. Acesso em 27 de nov. 2023.

SEBENELLO, Daiana Cristina; KLEBA, Maria Elisabeth; KEITEL, Liane. Práticas de lazer e espaços públicos de convivência como potência protetiva na relação entre juventude e risco. *Revista Katálysis*, v. 19, p. 53-63, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/7fDMC9QVf3PFcknRGGYDHzb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 de jan. 2024.

SILVA, Dayane; RUZZI-PEREIRA, Andreia; PEREIRA, Estevão. Fatores protetivos à reincidência ao ato infracional: concepções de adolescentes em privação de liberdade In: *Cadernos de terapia ocupacional*, vol. 21, nº 3, 2013. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/915>. Acesso em 03 de dez. 2024.

SILVA, Jorge Luiz da; BAZON, Marina Rezende. Educação escolar e conduta infracional em adolescentes: revisão integrativa da literatura. *Estudos de Psicologia (UFRN)*, v. 19, p. 278-287, 2014.

SILVEIRA, Manuela Soaras; PREVITALI, Fabiane Santana. Sociabilidade dos adolescentes em conflito com a lei de Uberlândia (MG) em 2017. Espaço Temático: Conflitos Sociais, Ideologia, Cultura E Serviço Social. Rev. Katálysis. Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 309-319, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p309>. Acesso em 05 de jan. 2024.

SILVA, Ana Paula Soares da; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Continuidade/Descontinuidade no Envolvimento com o Crime: Uma Discussão Crítica da Literatura na Psicologia do Desenvolvimento. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n.3, p. 573-585, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/48wk6ZjLpsC9pqcChdpYm6j/?lang=pt>. Acesso em 06 de jun. 2023.

SQUIDAMINI, Fabiane; BARBIANI, Rosangela; SUGIZAKI, Eduardo. Adolescentes em medida socioeducativa: violência ou violação de direitos? Revisão de literatura. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 113-123, abr. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 nov. 2023.

SOUZA, Gabriel Miranda de; SALES, Mara Marçal. O trabalho de ontem, de hoje e de amanhã: o olhar de jovens participantes do Programa de Egressos das Medidas Socioeducativas de Restrição à Liberdade. Pretextos Revista de Graduação em Psicologia, v. 4, p. 482-501, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/19369/15047>. Acesso em 14 de jun. 2023.

STOPPA, E. A.; DELGADO, M. A Juventude e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) Lazer e Recreação: Repertório de atividades por fases da vida. Campinas, SP: Papyrus, 2006, p.65-69. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5310583/mod_resource/content/2/A%20juventude%20e%20o%20lazer.pdf. Acesso em 07 de jan. 2024.

SUTHERLAND, Edwin. Crime de colarinho branco. Rio de Janeiro: Revan, 2015. (capítulos 1 e 15).

THEIS, Ivo Marcos; KRAJEVSKI, Luis Claudio; STRELOW, Daniel Rodrigo; LASTA, Tatiane Thais. Transformações no mercado de trabalho catarinense: a realidade da juventude. Geosul, v. 33, p. 195-214, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n66p195>. Acesso em 09 de nov. 2023.

UNVPA - Fundo de População das Nações Unidas. Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento. 2. ed. Brasília: UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

VACLAVIK, Marcia C.; OLTRAMARI, Andrea Poletto; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz da gig economy. Cadernos Ebape.BR (FGV), v. 20, p. 247-258, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/DVmFqMCPVwLMPPvFbYkfNFr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de jan. 2024.

WHITTEMORE Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *J Adv Nurs*. 2005 Dec;52(5):546-53. doi: 10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x. PMID: 16268861. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Acesso em 16 de nov. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Título do Projeto: Sistema Socioeducativo de meio fechado e a profissionalização: Um olhar sobre o curso de vida dos adolescentes egressos.

Este termo de consentimento pode conter palavras que você não entenda. Por gentileza, peça-nos que explique para você as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Sistema Socioeducativo de meio fechado e a profissionalização: Um olhar sobre o curso de vida dos adolescentes egressos” elaborada pela pesquisadora Isadora Costa Saraiva, mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação da professora Andréa Maria Silveira. Se decidir por participar, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa.

Você foi selecionado(a) intencionalmente porque já cumpriu medida socioeducativa na cidade de Belo Horizonte/MG. Nossa intenção é compreender como que se deu o cumprimento da medida socioeducativa, sobretudo, o eixo profissionalização. Sua participação é voluntária, ou seja, não é obrigatória. Desse modo, a qualquer momento você pode desistir da participação e retirar o seu consentimento. A recusa não trará nenhum prejuízo na relação com a pesquisadora e nem com a Universidade a partir de onde a pesquisa se realiza.

É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

O objetivo deste estudo é a compreensão das nuances que estão relacionadas ao cumprimento das medidas socioeducativas na cidade de Belo Horizonte/MG, ou melhor, quais são os impactos que o cumprimento da medida socioeducativa, a qualificação profissional teve na sua trajetória profissional, na sua renda e na sua vida. Destaca-se a importância de mais pesquisas que se proponham a compreender mais sobre como o sistema traduz a previsão legal para a prática diária do cumprimento dessas medidas, de modo, a verificar a sua eficiência e praticidade.

Se concordar em participar deste estudo, você será convidado(a) a falar livremente sobre sua história de vida, sua rotina e atividades quando do cumprimento da medida socioeducativa com enfoque nas atividades referentes ao eixo da profissionalização, bem como,

se ingressou na vida profissional no pós-medida. As falas serão gravadas em áudio e depois serão transcritas para analisarmos os pontos de vistas levantados por cada participante. Ao final da pesquisa, caso desejar, enviaremos um resumo das conclusões levantadas.

O fato de relatar detalhes sobre sua história de vida e/ou cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado pode provocar algum constrangimento ou mesmo um incômodo psicológico. Neste caso, poderá interromper sua participação, pedir para sair do ambiente onde estivermos, ou solicitar uma pausa.

Você não terá nenhum gasto com a participação desta pesquisa e nem receberá qualquer tipo de pagamento. Não será feita nenhuma cobrança diante dos procedimentos realizados e, garanto que a pesquisa não tem relação com instituições policiais, jurídicas ou outras dessa ordem. Garanto, também, como pesquisadora, que não tenho intenção de julgamentos sobre o que for relatado além de que as informações coletadas não serão utilizadas em seu desfavor. Proponho ser fiel na transcrição da sua fala na tentativa de, inclusive, dar visibilidade às vivências cotidianas nas Unidades Socioeducativas.

As informações obtidas a partir da sua participação neste estudo são estritamente confidenciais. Você não será identificado(a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósito de publicação científica ou acadêmica. Sua identidade ficará resguardada, sendo identificado(a) por uma letra ou um apelido para divulgarmos os resultados da pesquisa.

É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e lembre-se de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem penalidades. Caso você decida retirar-se do estudo, peço que me informe.

Você receberá uma via deste termo onde consta telefones e endereços, assim pode tirar dúvidas sobre o projeto e a sua participação caso seja necessário, a qualquer momento.

Esta pesquisa é coordenada pela professora e pesquisadora Andréa Maria Silveira, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG que está localizado na Avenida Alfredo Balena 190, sala 803 Belo Horizonte - MG, CEP: 30130-100. Se você tiver dúvidas sobre os procedimentos desta pesquisa poderá fazer contato no telefone 3409-9812. Se você tiver dúvidas com relação a qualquer questão ética deste estudo poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada no endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha – Belo Horizonte/MG, CEP

31270-901- Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005, telefone (31) 3409-4592, mail: coep@prpq.ufmg.br.

Tendo em vista o exposto, declaro que li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que fui informado/a sobre os métodos e meios da minha participação, riscos, benefícios e eventos adversos que possam vir a ocorrer em consequência dos procedimentos da investigação.

Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmo também que recebi uma via deste formulário de consentimento, ficando a outra via assinada com a pesquisadora. Compreendo que sou livre para retirar meu consentimento do estudo a qualquer momento, sem penalidades.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para que possa participar como sujeito deste estudo.

Assinatura do entrevistado:

Data:

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios de sua participação. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível e que ele/ela compreendeu essa explicação.

Pesquisadora:

APÊNCIDE B – Termo de assentimento livre e esclarecido (TALE)

Título do Projeto: Sistema Socioeducativo de meio fechado e a profissionalização: Um olhar sobre o curso de vida dos adolescentes egressos.

Este termo de assentimento pode conter palavras que você não entenda. Por gentileza, peça-nos que explique para você as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Sistema Socioeducativo de meio fechado e a profissionalização: Um olhar sobre o curso de vida dos adolescentes egressos” elaborada pela pesquisadora Isadora Costa Saraiva, mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação da professora Andréa Maria Silveira. Se decidir por participar, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa.

Você foi selecionado(a) intencionalmente porque está sendo acompanhado(a) pelo programa Se Liga além de ter sido recentemente desligado das medidas de semiliberdade e/ou internação na cidade de Belo Horizonte/MG. Nossa intenção é compreender como se deu o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade e/ou internação, sobretudo, o eixo profissionalização. Sua participação é voluntária, ou seja, não é obrigatória. Desse modo, a qualquer momento você pode desistir da participação e retirar o seu assentimento. A recusa não trará nenhum prejuízo na relação com a pesquisadora e nem com a Universidade a partir de onde a pesquisa se realiza.

É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu assentimento livre e esclarecido por escrito.

O objetivo deste estudo é a compreensão das nuances que estão relacionadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e/ou internação na cidade de Belo Horizonte, ou melhor, quais são os impactos que o cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado a qualificação profissional teve na sua trajetória profissional, na sua renda e na sua vida. Nesse contexto, analisa-se os eventos desde à sua designação para cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade e/ou internação, sobretudo, a qualificação profissional até o acompanhamento pelo programa Se Liga. Destaca-se a importância de mais pesquisas que se proponham a compreender mais sobre como o sistema traduz a previsão legal para a prática diária do cumprimento dessas medidas, de modo, a verificar a sua eficiência e praticidade.

Se assentir em participar deste estudo, será convidado(a) a falar livremente sobre sua história de vida, sua rotina e atividades quando do cumprimento da medida socioeducativa com enfoque nas atividades referentes ao eixo da profissionalização bem como se encontra a vida profissional no pós-medida. As falas serão gravadas em áudio e depois serão transcritas para analisarmos os pontos de vistas levantados por cada participante. Ao final da pesquisa, caso desejar, enviaremos um resumo das conclusões levantadas.

O fato de relatar detalhes sobre sua história de vida e/ou cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado pode provocar algum constrangimento ou mesmo um incômodo psicológico. Neste caso, poderá interromper sua participação na pesquisa, pedir para sair do ambiente onde estivermos, ou solicitar uma pausa.

Você não terá nenhum gasto com a participação desta pesquisa e nem receberá qualquer tipo de pagamento. Não será feita nenhuma cobrança diante dos procedimentos realizados e, garanto que a pesquisa não tem relação com instituições policiais, jurídicas ou outras dessa ordem. Garanto, também, como pesquisadora, que não tenho intenção de julgamentos sobre o que for relatado além de que as informações coletadas não serão utilizadas em seu desfavor. Proponho ser fiel na transcrição da sua fala na tentativa de, inclusive, dar visibilidade às vivências cotidianas nas Unidades Socioeducativas.

As informações obtidas a partir da sua participação neste estudo são estritamente confidenciais. Você não será identificado(a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósito de publicação científica ou acadêmica. Sua identidade ficará resguardada, sendo identificado por uma letra ou um apelido para divulgarmos os resultados da pesquisa.

É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e lembre-se de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, peço que me informe.

Você receberá uma via deste termo onde constam telefones e endereços, assim pode tirar dúvidas sobre o projeto e a sua participação caso seja necessário, a qualquer momento.

Esta pesquisa é coordenada pela professora e pesquisadora Andréa Maria Silveira, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG que está localizado na Avenida Alfredo Balena 190, sala 803f Belo Horizonte - MG, CEP: 30130-100. Se você tiver dúvidas sobre os procedimentos desta pesquisa poderá fazer contato no telefone

3409-9812. Se você tiver dúvidas com relação a qualquer questão ética deste estudo poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada no endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha – Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901- Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005, telefone (31) 3409-4592, mail: coep@prpq.ufmg.br.

Tendo em vista o exposto, declaro que li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de assentimento. Declaro que fui informado/a sobre os métodos e meios da minha participação, riscos, benefícios e eventos adversos que possam vir a ocorrer em consequência dos procedimentos da investigação. Declaro que meu responsável deu consentimento pela minha participação na entrevista.

Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma via deste formulário de assentimento, ficando a outra via assinada com a pesquisadora. Compreendo que sou livre para retirar meu assentimento do estudo a qualquer momento, sem penalidades.

Dou meu assentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para que possa participar como sujeito deste estudo.

Assinatura do entrevistado:

Data:

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios de sua participação junto com seu(sua) representante legal. Acredito que o participante e seu (sua) representante legal receberam todas as informações necessárias, que foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível e que eles (as) compreenderam essa explicação

Pesquisadora:

APÊNDICE C – Roteiro de perguntas

Projeto de pesquisa: “Sistema Socioeducativo De Meio Fechado e a Profissionalização: Um Olhar Sobre O Curso De Vida Dos Adolescentes Egressos”

Orientações

- ❖ Contato inicial:
 - Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa
 - Agradecer a disponibilidade em participar da entrevista
 - Explicar as informações contidas no TCLE/TALE
 - Solicitar assinatura do termo de consentimento/assentimento
 - Entregar uma via assinada para entrevistado(a) e ficar com uma via
- ❖ Procedimentos iniciais
 - Preparar o gravador e iniciar a gravação

Bloco 1 – Trajetória pessoal

- 1) Para começar, gostaria que falasse sobre a sua trajetória de vida, abordando aspectos de sua infância até os dias atuais:
 - a) Qual a sua idade e com quem mora atualmente?
 - b) Como considera ter sido sua infância? Quais pessoas fazem aporte de sua família? Como é o seu relacionamento com os pais e irmãos? De quem se considera mais íntimo? Como é a rotina familiar? Alguém da sua família trabalha e com o quê? Vocês tem uma boa renda familiar?
 - c) Como era sua vivência escolar? Sabe ler e escrever? Você frequenta(ou) a escola? Está em qual ano escolar? Você gosta(va) de ir à escola? Tinha alguma atividade lá que gostava de fazer? Quais as matérias que mais gostava e as que menos gostava, por quê?
 - d) Você tem computador ou celular em casa? Sabe acessar computador e celular? Possui possibilidade de acessar esses equipamentos? Se sim, você utiliza esses equipamentos no seu dia a dia e para quê? O que significa para você acessar computador e celular?
 - e) Chegou a realizar algum tipo de tratamento médico ou toma alguma tipo de remédio para tratar alguma coisa? Se sim, por quê?
 - f) Você já foi ao teatro ou cinema, por exemplo? Gosta de praticar algum tipo de esporte ou dançar? O que entende por espaços públicos e culturais? Acredita que eles são acessíveis?

Bloco 2 – Trajetória infracional e medida socioeducativa

- 2) O que entende sobre trajetória infracional e me fale agora sobre o seu envolvimento:
 - a) quando e como começou: você teve influência de amigos, familiares ou conhecidos?

- b) como foi o primeiro contato com o envolvimento infracional?
- c) o que esse envolvimento significava para você e para sua família? Por que se viu mais dentro do crime? O que te deixava mais próximo dessas práticas?
- 3) Fale agora sobre as medidas socioeducativas de meio fechado (semiliberdade ou internação) o que ela(s) significou(aram) para você (o que acha da medida de semiliberdade e o que acha da medida de internação);
- 4) Em relação as medidas socioeducativas de meio fechado (semiliberdade ou internação) o que ela(s) significou(aram) para você (o que acha da medida de semiliberdade e o que acha da medida de internação);
- 5) Você acha que a medida socioeducativa mudou sua relação com o envolvimento infracional?
- 6) Do seu ponto de vista, acredita que a medida socioeducativa possa ter interferido em algo na sua vida seja em pensamento, ideia, comportamento, relacionamento ou modo de viver? Se sim, dê exemplos.

Bloco 3 – Percepção acerca do trabalho

- 7) Na sua opinião, o que significa trabalho? O que significa trabalho formal ou legal?
- 8) Quais são as características que definem um trabalho? Qual o valor do trabalho para você?
- 9) Essa era a mesma visão que tinha quando iniciou o cumprimento da última medida socioeducativa?
- 10) Chegou a se imaginar trabalhando? Como era essa imaginação? Já sonhou em ter uma situação de vida financeira melhor para você e sua família? Como seria isso?
- 11) Já teve algum tipo de trabalho antes do envolvimento infracional? Como foi para você? Teve alguma dificuldade em relação ao emprego e/ou profissionalização?
- 12) Acredita que se tivesse tido oportunidade de trabalho teria entrado na trajetória infracional?

Bloco 4 – Medida socioeducativa e profissionalização

- 13) Fale sobre o eixo profissionalização que foi trabalhado com você no último cumprimento da medida socioeducativa; chegou a fazer algum curso profissionalizante ou assinou algum contrato de trabalho como jovem aprendiz? Caso positivo, o que isso significou para você?
- 14) Como foi o processo de escolha do curso? Era o que você teria escolhido?
- 15) Você gostou de ter realizado esses cursos? Qual era sua expectativa em relação ao curso?
- 16) Qual foi, na sua opinião, o impacto de ter realizado esse(s) curso(s)? Acredita que aprendeu algo? Ficou satisfeito com o curso ofertado?
- 17) Isso modificou a sua percepção acerca do mundo do trabalho ou te motivou a ingressar no mundo do trabalho legal?
- 18) Após desligamento da medida, continuou com os encaminhamentos feitos pela equipe

em relação à profissionalização? Se sim, o que o motivou a permanecer e, caso contrário, o que o fez interromper?

19) Ter sido inscrito no curso despertou seu interesse pelo que foi ensinado? Você gostava de fazer o que fazia quando estava lá? Você entendia o que fazia lá?

20) Você acredita que a medida socioeducativa atendeu aos seus desejos, especialmente, no que tange a oferta de cursos profissionalizantes? Caso não tenha atendido, qual curso você gostaria que tivessem te oferecido? Qual área teria gostado de aprender?

21) O curso que você fez te serviu em alguma coisa depois da medida? Contribuiu em alguma coisa para a sua renda familiar?

22) Na sua opinião o que poderiam melhorar ou ter sido diferente;

a) o que considera necessário ser melhorado para enfrentar o problema da profissionalização?

23) Considera que a oferta de cursos profissionalizantes foi condizente com sua realidade, seja educacional ou de vida?

Bloco 5 – Programa Se Liga e amadurecimento

24) Fale sobre a decisão em ser acompanhado pelo programa Se Liga? Partiu de vontade particular ou do contato feito pelos técnicos do programa? O que pensa do programa?

25) O que o motiva a permanecer sendo acompanhado pelo programa? O programa tem contribuído para sua carreira profissional?

Bloco 6 – Planos Futuros

26) Diante de toda a sua história, como avalia hoje o cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado?

27) O que espera/deseja para sua vida profissional, pretende seguir alguma carreira específica? O que o levou a fazer essa escolha?

28) Quais são suas perspectivas de vida? Como se enxerga daqui a 05 (cinco) anos?

Considerações Finais

29) Há alguma informação que gostaria de compartilhar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista que eu não tenha perguntado?

30) Ficou com alguma dúvida?

Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações. Enfatizar que os resultados da pesquisa estarão à disposição, caso tenha interesse, devendo entrar em contato.

ANEXO

PARECER COEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SISTEMA SOCIEDUCATIVO DE MEIO FECHADO E A PROFISSIONALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE VIDA DOS ADOLESCENTES EGRESSOS

Pesquisador: ANDRÉA MARIA SILVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69881123.7.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.130.020

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como viés analisar a história de vida dos adolescentes egressos das medidas socioeducativas de meio fechado bem como das circunstâncias que podem favorecer ou desfavorecer a aderência do adolescente em conflito com a lei no cumprimento da MSE, sobretudo, no eixo da profissionalização. Este eixo precisa ser pormenorizadamente estudado visto que é uma atividade obrigatória para conclusão das medidas socioeducativas e, também, pela importância de ser o um dos principais meios de ruptura com a trajetória infracional ao propiciar novas escolhas e mudanças de vida. Assim, através de revisão de literatura combinada com realização de entrevistas semiestruturadas pretende-se identificar se as MSEs de meio fechado, em Belo Horizonte (MG), no que tange a profissionalização pode ser considerada um ponto de virada na vida do socioeducando de modo que consiga romper com a trajetória infracional.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar se as MSEs de meio fechado, em Belo Horizonte (MG), no que tange a profissionalização pode ser considerada um ponto de virada na vida do socioeducando de modo que consiga romper com a trajetória infracional.

Objetivo Secundário:

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar - Sala 2005 - Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 6.130.020

- 1) analisar como os adolescentes e demais atores tem lidado com o eixo profissionalização nas MSEs de meio fechado em Belo Horizonte afim de verificar se há uma aderência pelos socioeducandos;
- 2) apontar a necessidade ou não de readequação de novos programas de ação e,
- 3) sugerir novas possíveis ações que poderiam ser utilizadas para tornar o eixo profissionalização mais palpável à realidade social destes adolescentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O fato de relatar detalhes sobre sua história de vida e/ou cumprimento da medida socioeducativa de meio fechado pode provocar algum constrangimento, desconforto ou mesmo um incômodo psicológico.

Benefícios:

A pesquisa pode trazer em termos de produção do conhecimento a possibilidade de analisar a (in)compatibilidade entre o que o Sistema oferece enquanto proposta profissionalizante com a realidade dos adolescentes em conflito com a lei. É uma forma de permitir uma escuta dos adolescentes egressos de medidas socioeducativas de meio fechado, de modo a compreender suas interpretações acerca do eixo profissionalização trabalhado durante o cumprimento da medida a fim de propiciar subsídio para informar tanto ao poder público quanto a sociedade como um todo da necessidade ou não de readequação das políticas públicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui relevância social e acadêmica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

Folha de rosto

Informações Básicas do Projeto

Projeto de Pesquisa

Parecer do Projeto de Pesquisa

Aprovação do projeto pela Câmara Departamental

Parecer de membro da Câmara Departamental

Roteiro entrevista

Cronograma

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.130.020

TCLE (s)

TALE

Termo de concordância da instituição

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação deste projeto de pesquisa.

Colocar nas recomendações que seja inserido em todas as folhas do TCLE; TALE o espaço para inserção da rubrica do participante e pesquisador; inserir o período ao qual ficará guardada informação da entrevista e o local.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2098615.pdf	19/05/2023 15:45:31		Aceito
Outros	PARECER_MEMBRO_CAMARA.pdf	19/05/2023 15:44:43	ANDRÉA MARIA SILVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA_PESQUISA.pdf	24/04/2023 07:38:17	ANDRÉA MARIA SILVEIRA	Aceito
Outros	aprovacao_camara.pdf	24/04/2023 07:22:17	ANDRÉA MARIA SILVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	24/04/2023 07:21:26	ANDRÉA MARIA SILVEIRA	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	10/03/2023 07:13:38	ISADORA COSTA SARAIVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	Termo_de_concordancia_instituicao participante.pdf	10/03/2023 07:12:38	ISADORA COSTA SARAIVA	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.130.020

Ausência	Termo_de_concordancia_instituicaooparticipante.pdf	10/03/2023 07:12:38	ISADORA COSTA SARAIVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsavel.pdf	10/03/2023 07:12:01	ISADORA COSTA SARAIVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	10/03/2023 07:10:54	ISADORA COSTA SARAIVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Jovem.pdf	10/03/2023 07:10:36	ISADORA COSTA SARAIVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 20 de Junho de 2023

Assinado por:

Corinne Davis Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br